

LISBOA

REVISTA MUNICIPAL

Saralho



LISBOA

REVISTA MUNICIPAL

ANO XLIX — 2.ª SÉRIE — N.º 23 — 1.º TRIMESTRE DE 1988 — NÚMERO AVULSO: 500\$00

DIRECTOR: ORLANDO
MARTINS CAPITÃO
SUBDIRECTOR: MARIA
SALETE SALVADO
ASSISTENTE TÉCNICO:
ALFREDO THEODORO

sumário

- CARTA ARQUEOLÓGICA DO
CONCELHO DE LISBOA • TRÊS
CACHIMBOS DO HOSPITAL DE TODOS
OS SANTOS • A AULA DO COMÉRCIO-VII
PARTE (CONCLUSÃO) • NOTAS SOBRE A
ESCOLA NORMAL PRIMÁRIA DE LISBOA •
PREGÕES DE LISBOA — UM ASPECTO DE
LISBOA PITORESCA • NOTICIÁRIO

EDIÇÃO DA C. M. L. — D. S. C. C. — REPARTIÇÃO DE ACÇÃO CULTURAL
PALÁCIO DOS CORUCHÉUS — RUA ALBERTO DE OLIVEIRA — 1700 LISBOA — TELEFONE 76 62 68

Tiragem: 2000 exemplares — Depósito Legal n.º 18 112/87

Composição e impressão: Heska Portuguesa — Rua Elias Garcia, 27-A — Venda Nova — Amadora



NA CAPA:
Pátio de D. Fradique de Baixo
Aquarela de Leopoldo Bataha
Colecção da C.M.L.

LISBOA

REVISTA MUNICIPAL

ANO XLII - Nº 1 - 1998

CONTÉUDO

SUMÁRIO

ARTIGOS

CARTA ARQUEOLÓGICA DO CONCELHO DE LISBOA

0. INTRODUÇÃO

Por iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa, realizou-se um concurso para a atribuição de três bolsas de estudo, com o objectivo principal de estimular os estudos lisboenses. Uma dessas bolsas foi atribuída ao campo de estudo da arqueologia, para a realização do levantamento arqueológico do concelho de Lisboa.

O carácter importante desta iniciativa reside não só na atribuição das bolsas a projectos de investigação, objectivando o desenvolvimento dos conhecimentos sobre Lisboa, como também a iniciativa de incentivar os estudos numa área que, usualmente, anda arredada das preocupações culturais dos diversos concelhos do País.

Sendo a arqueologia uma disciplina onde constantemente é necessário o debate científico no repensar de novas ideias e objectivos, os projectos que se orientam para um levantamento sistemático e metódico do espólio arqueológico são importantes e necessários a um correcto conhecimento das primeiras expressões do património cultural. Património este que, e particularmente, no concelho de Lisboa, urge defender (!).

O conhecimento da história local faz parte integrante da cultura de um povo. Deste modo, a recolha e inventariação dos achados e estações pré-históricas surgem-nos como importante para um estudo ordenado das primeiras fases de estruturação da área do actual concelho (?).

Um dos primeiros objectivos da arqueologia pré-histórica é constituir-se como elemento definidor e unificador das populações no seu espaço com o conhecimento da própria realidade pré-histórica; a um primeiro nível com a

marcação/distribuição cartográfica no espaço físico do concelho, sendo este processo fundamental na identificação dos habitantes entre si e com o seu próprio espaço.

As constantes questões, no mundo actual ainda mais prementes, sobre a origem e evolução do homem, sobre a transformação da matéria em recipientes cerâmicos, em metais, sobre a complexificação crescente da sociedade, hierarquização entre os homens, constituição de cidades, estados, forças culturais movimentando-se, leva-nos a admitir que todo o processo pré-histórico (biológico e cultural) é uma das bases de estudo de toda a estruturação da sociedade humana, sem a qual as tentativas de resposta, no mundo tão diferenciado como o de hoje, pareceriam inúteis e desprovidas de diacronismo. O homem de hoje preocupado com o passado e dele consciente, poderá definir-se e ao seu futuro com mais clareza e preocupação.

A consciência histórica só poderá surgir numa população se ela própria conseguir objectivar e reflectir sobre determinadas questões:

- Que forças atraíram o homem para determinado espaço? (o mar?, o rio?, a caça?, o solo?, o clima?, a pesca?...)
- Como é que ele o ocupou? (em grutas?, *habitats* ao ar livre?, elevações?, aldeias?, povoados fortificados?...)
- Que interacção entre ele e a natureza? (adaptação?, destruição?, modificação?...)

Tudo isto leva a uma redefinição constante e redimensionamento dinâmico da sociedade num binómio passado/presente. Estes factores permitirão um desenvolvimento cultural do homem e um questionar cada vez mais incisivo dos

problemas interpretativos da evolução humana (*).

O presente estudo ao inventariar, enumerar e cartografar as áreas com interesse arqueológico, tenta colmatar uma pequena brecha que existe no domínio da pré-história olisiponense e fornecer um quadro geral de ocupação do espaço, desde o Paleolítico ao Bronze (*).

No entanto, além dos problemas inerentes à cartografia arqueológica de um dado espaço (*), acrescido do facto de esse determinado espaço ser urbano, surgem-nos diversos factos que é necessário ter em conta, para uma análise global/reflexiva do tema: publicações antigas, que reflectem uma maneira de pensar e escrever sobre arqueologia, as quais não servem para as questões hoje colocadas. Servindo-se da arqueologia não só de uma forma mitificada, extraordinária (lembra-nos o mito lusitano em Portugal), como para fins políticos (*).

Outro problema é a falta de dados que se traduz numa falta de registos das escavações efectuadas, de desenhos das estratigrafias, ou quando existem, estão elaborados de uma forma bastante deficiente (*). No concelho de Lisboa, em dois povoados neo-calcolíticos escavados foram observadas estruturas habitacionais (CORREIA, 1912) e (RIBEIRO, 1948/1966), mas não foram publicadas. Esta falta de dados faz com que se percam informações valiosas para o estudo dessas populações.

O último grande problema prende-se com o facto de a área estudada constituir praticamente na sua totalidade um aglomerado urbano. Para referenciarmos esta questão podemos abordá-la numa dupla perspectiva interligada:

1. a destruição das estações arqueológicas com a crescente urbanização do concelho;

2. a não consciencialização da população ou dos órgãos detentores do poder, para a preservação/protecção efectiva do património arqueológico.

O primeiro faz referência aos problemas que poderão surgir nas relações existentes entre a Arqueologia e a Cidade (*). Relações de destruição, incompatibilização ou relação problemática, mas possível de se enquadrar num projecto de estudos de crescimento das cidades e preservação do património arqueológico/cultural.

Se enveredarmos pela última hipótese, teremos que determinar/especificar o conceito de arqueologia urbana relacionado com um conceito actuante de ci-

dade moderna (SILVA, 1986:7), e não deixar que as cidades cresçam («...» à costa de los territórios que las rodean, sino à costa de su próprio ser de sus próprias entrañas manifestadas aqui por su subsuelo» (MARTIN-BUENO, 1985:6).

A segunda perspectiva objectiva os problemas numa acção de preservação/protecção do património arqueológico/cultural inserido na própria cidade. Relativamente ao concelho de Lisboa alguns autores já se têm debruçado sobre estas questões (PAÇO & BARTHOLO, 1957), (MOITA, 1967) e (GONÇALVES, 1979), mas quase nada foi feito no sentido da preservação do património (*). Se tomarmos como exemplo Londres, algumas cidades espanholas (Zaragoza, Córdoba, Barcelona) e mesmo um ou outro aglomerado urbano português (Braga, Setúbal) (*), notamos que as experiências executadas têm todos os resultados positivos — saldos estes que se poderão medir em dois indicadores: a curiosidade da população em relação aos trabalhos (*1) e a crescente consciencialização da mesma e dos órgãos do poder autárquico.

É necessário, deste modo, iniciar acções sistemáticas de investigação arqueológica, para que as cidades possam crescer e se desenvolver, conscientes do seu passado, planeando o futuro, inserido dentro de uma política cultural integrada nos problemas urbanísticos e sociais dos aglomerados citadinos (*2).

1. LOCALIZAÇÃO, AMBIENTE GEOLÓGICO, GEOGRÁFICO E O CLIMA

Localização administrativa.

O concelho de Lisboa, com uma área de 83,84 km² faz fronteira com os concelhos de Loures ao Norte, da Amadora a Nordeste e com Oeiras a Oeste. A sua fronteira Sul é o Tejo, mais propriamente um «pequeno golfo marinho estrangulado pelas colinas de Lisboa e pela escarpa da outra banda» (RIBEIRO, 1986:125). É um dos 14 concelhos do distrito de Lisboa e um dos 28 da província da Estremadura.

Geologia, geografia e clima.

A influência dos factores geológicos, geográficos e climáticos no povoamento e exploração de um determinado espa-

ço, são evidentes e têm sido muitas vezes explicadas e apontadas.

Com este pequeno capítulo pretende-se não só descrever geológica e geograficamente o concelho, como tentar encontrar relações directas ou indirectas (mais explícitas no capítulo 2), entre espaço/homem.

A investigação arqueológica terá que contar sempre com as variáveis de terreno e ambientais numa forma não descritiva, mas sim numa vertente explicativa e questionadora. Só desta forma se poderá sair dos estudos estritamente tipológicos (mas nunca os abandonando) e enveredar nas tentativas de explicação da totalidade cultural de uma determinada área.

O concelho de Lisboa, geologicamente, assenta em terrenos de diversas idades. As formações mais antigas são cretácicas (último período do secundário), aflorando nas zonas do actual Parque Eduardo VII, Rua de São Bento, Vale de Alcântara, Encosta da Ajuda e Alto da Serra de Monsanto. No cretácico superior (mais ou menos 440 milhões de anos), houve uma regressão marinha em todo o Sul do País (devido a grandes enrugamentos). No início do terciário a região do actual concelho estaria submersa.

Ainda no terciário (mais ou menos 60 milhões de anos) os vulcões cobrem toda a área a ocidente e nordeste da actual cidade; as erupções sucessivas fazem com que surja um grande manto basáltico que cobre quase todo o território, variando de espessura; na serra de Monsanto chega a possuir seis camadas sucessivas (JESUS & ZBYSZEWSKI, 1952).

Na segunda parte do terciário, formam-se os conglomerados de Benfica no meio do calcário lacustre que se estende pelo Vale de Odivelas até Benfica e Sete Rios. No miocénico (terciário superior), assiste-se a várias transgressões marinhas que cobrem toda a área de Lisboa, formando-se deste modo, as areias, argilas e os grés calcários. As várias transgressões e regressões (característica deste período), levam à existência de diversos períodos de formação: o aquitaniano, o burdigaliano, o helveciano (cobre quase toda a parte ocidental da cidade com as areias e os calcários) e oortoniano (a área de Braço de Prata e Cabo Ruivo). No fim do terciário dão-se novamente alguns enrugamentos e surge a serra de Monsanto.

O Tejo corria nessa altura a uma cota

de 100 a 120 metros superior à actual, nivelando os altos que hoje apresentam essa medida (Campo de Ourique, Campolide, Avenidas Novas, Castelo, entre outros).

No quaternário, as constantes subidas e descidas do mar e dos rios determinam o aprofundamento dos vales. O território actual de Lisboa, possui dez vales cavados pelos rios e ribeiras (ZBYSZEWSKI, 1974:573/576). Os mais importantes quer de um ponto de vista geológico, quer de um ponto de vista geográfico e arqueológico são: o vale de Alcântara; o maior e mais cavado, possui quatro afluentes, todos eles abertos no complexo basáltico de Lisboa. Este vale, a terra erodida do basalto e as antigas ribeiras que aí corriam tornaram este lugar particularmente atraente à fixação humana. O vale da Baixa, onde corria uma ribeira, que recebia as águas de outras duas; a primeira descia a actual Avenida Almirante Reis, a outra provinha de São Sebastião da Pedreira. O terceiro grande vale é o de Odivelas, um dos mais largos e dos mais extensos. Existem ainda outros, mas não tão importantes, quer olhados geológica, geográfica ou arqueologicamente, mas que no entanto a sua situação permitiu a fixação humana; caso do vale de Algés, do Rio Seco, vale de Chelas e dos Olivais.

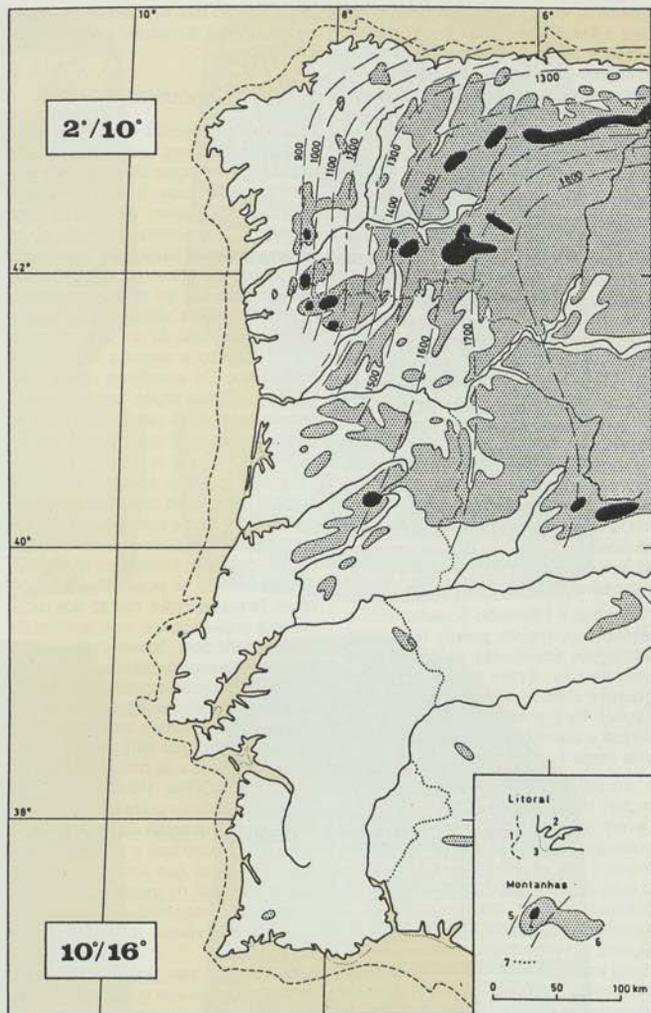
Em síntese, podemos considerar três grupos de afloramentos (ZBYSZEWSKI, 1947:541):

1. Os sedimentos oligomiocénicos que cobrem a parte oriental da zona de Lisboa.
2. Um complexo e vasto manto basáltico formado no terciário, ocupando quase toda a parte central e ocidental do concelho.
3. Diversos afloramentos do cretácico.

Em termos geomorfológicos, o concelho de Lisboa é dominado por quatro situações:

1. A zona ribeirinha que da cota 0 (zero) sobe lentamente (por vezes mais de 1 Km para o interior) para altitudes de 25 a 40/50 metros.
2. A grande área ocupada pela Serra de Monsanto (225m).
3. O vasto planalto ao Norte e Noroeste do concelho, com altitudes oscilantes entre os 65 e os 90 metros.
4. A grande quantidade de suaves colinas que povoam toda a cidade com cotas entre os 100 e os 120 metros.

Esta realidade geomorfológica acentua as excelentes condições naturais do



MAPA 1 SEGUNDO DAVEAU (1980:24) — Aspectos geográficos do litoral e das montanhas de Portugal durante a Idade glacial do Würm recente (esboço provisório). *Litoral 1*: no máximo da regressão würmiana (traçado aproximado da curva de 100 metros abaixo do nível actual do mar) 2: limite do entalhe regressivo ao longo dos vales, abaixo do nível actual do mar (ou seja litoral pós-glaciar flandriano, cerca de 5000 B.P.); 3: litoral actual quando nitidamente diferente dos anteriores. Em cartões: temperaturas superficiais extremas do oceano no mar largo, no Inverno e no Verão, cerca de 18 000 B.P.; (segundo McIntyre, 1976). *Montanhas 4*: glaciares; 5: altitude do limite regional das neves perpétuas, em metros; 6: alturas de altitude superior a 700 m. Estas, em Portugal setentrional e central, devem ter correspondido, no máximo da glaciação, a desertos frios sem árvores (tundra), na Galiza, é provável que o limite das árvores se encontrasse a uma altitude inferior; a sul do Tejo, não se tem por agora nenhuma informação sobre o clima würmiano de altitude. 7: Fronteira de Portugal.

concelho, contribuindo decisivamente para a fixação de populações humanas. Aliado a estas condições, surge-nos o elemento climático e as consequentes caracterizações da fauna e da flora, que de outra forma contribuem também como factor preponderante para o estabelecimento de populações.

O estudo paleoclimático é de origem recente. Nos anos oitenta em Portugal tem-se assistido a diversas publicações com o intuito de reconstruir o ambiente paleoecológico (¹³) em algumas áreas do País. No entanto, relativamente ao concelho de Lisboa não existe nenhum estudo. Em termos de fauna só podemos contar, até esta data, com os elementos fornecidos pelas escavações arqueológicas que só abrangem o período pós-mesolítico (¹⁴).

Acompanhando o estudo da professora Suzanne Daveau (1980), o único com características globalizantes, podemos tentar numa forma bastante sintética (e incompleta) caracterizar o clima.

Os dados conhecidos para o Paleolítico Inferior e Médio são tão escassos que se torna algo difícil fazer a reconstituição paleoclimática.

Durante o Paleolítico Superior, todo o território português parece ter sofrido oscilações acentuadas de humidade e temperatura. Estes factores criaram grandes contrastes regionais (modificações frequentes da trajectória dos ventos e alterações de temperatura) (¹⁵). Vide mapa 1.

No período pós-glaciar, as modificações climáticas não pararam, mas não devem ter sido muito diferentes da actualidade. A acção do homem neste momento é que se torna mais actuante, iniciando processos de transformação da cobertura vegetal; novas actividades, a agricultura, o pastoreio, o nascimento de aldeias, cidades, marcam a paisagem de forma por vezes irreversível, alterando o microclima. Toda esta complexidade na abordagem à climatologia pós-glaciar torna o seu estudo muito complexo e dependendo da análise conjunta de diversos factores.

Em síntese, podemos afirmar que as excelentes condições naturais que o estuário do Tejo oferecia, a fertilidade do solo basáltico, a suavidade do relevo, o clima ameno, um pouco mais frio e seco durante as glaciações, a excelente rede hidrográfica conduzindo sempre ao Tejo e este ao oceano, constituíram um atractivo muito poderoso para a implementa-

ção e fixação das populações humanas no perímetro do actual concelho de Lisboa.

2. A CARTA ARQUEOLÓGICA

O principal objectivo de qualquer carta arqueológica deverá ser a identificação, marcação e fichagem de todos os vestígios arqueológicos, quer englobados num contexto preciso, tais como um povoamento, um enterramento, quer um achado disperso/avulso que mesmo assim poderá identificar no próprio local ou nas proximidades um sítio arqueológico.

No entanto, os objectivos/necessidades da elaboração de um mapa arqueológico poderão e deverão ser bastante mais vastos. Em simultâneo com a identificação dos vestígios arqueológicos, poderemos ter uma visão global sobre as diferentes fases de ocupação de um espaço. Poder-se-á proteger os monumentos e estações, preservando deste modo o património cultural-arqueológico. Conjuntamente com esta atitude dever-se-á elaborar planos de dinamização cultural da região assente na necessidade de transmitir às populações a importância da preservação, não só dos testemunhos arqueológicos, mas também de todo o património, fomentando a consciência histórica das populações.

A um nível mais específico, o trabalho da cartografia arqueológica quando terminado fornecer-nos-á uma área definida de trabalho que será a unidade de informação básica de todo o estudo arqueológico (JORGE, 1987:65).

Nessa unidade poderão ensaiar-se modelos/estratégias de investigação que poderão conduzir a resultados bem mais frutuozos que uma investigação parcial, carecida de questões que visem uma análise interpretativa da evolução/ocupação/vivência de determinado espaço.

No entanto, não podemos esquecer certas limitações que surgem numa análise da carta arqueológica, quando se pretende transformar toda a ocupação pré-histórica num mapa arqueológico, que é sempre incompleto. F. W. Hamond (¹⁶), demonstrou que o povoamento pré e proto-histórico subsequente, os processos naturais de erosão, o povoamento moderno, a utilização moderna da terra, a extensão e qualidade da prospecção e dos prospectores, fazem surgir um mapa arqueológico diferente da ocupação real do espaço das comunidades pré-históricas.

Vide mapas 2 e 3.

Apresentados os mapas da cartografia arqueológica, podemos ensaiar alguns comentários/reflexões sobre a situação e o posicionamento geológico e geográfico, quer das estações quer dos achados dispersos.

Em termos de comentário geral, a análise das duas cartas reflecte-nos duas ideias:

1. Grande densidade de estações arqueológicas em todos os períodos cronológico-culturais, na área de Monsanto/Montes Claros.

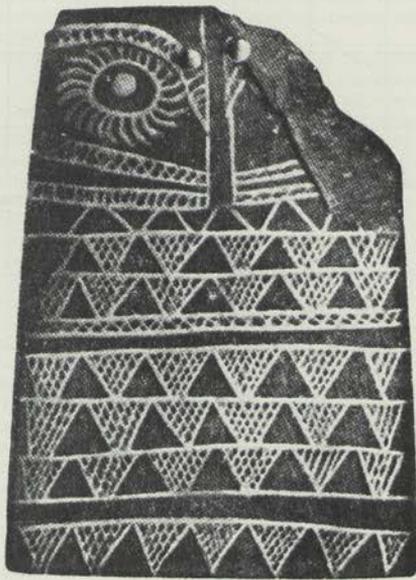
2. A reduzida percentagem de ocupação do espaço na parte oriental do concelho.

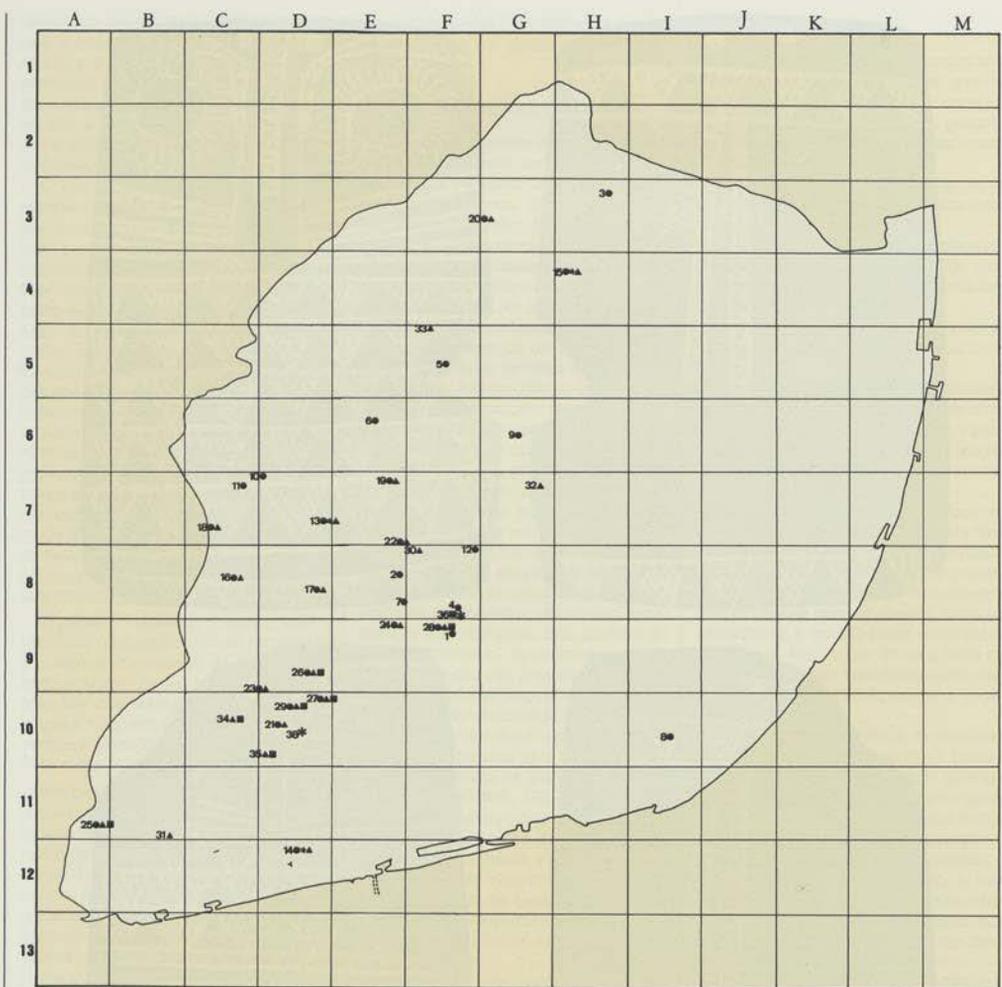
A compreensão destas duas grandes ideias prende-se com uma análise conjunta de factores onde sobressaem a geologia e a geografia. Deste modo, podemos questionar/reflectir sobre a ocupação do espaço do concelho.

Porquê a grande densidade de povoamento na área de Monsanto/Montes Claros? Quer-nos parecer que é devido à conjugação de diversos factores: a existência de um solo bastante fértil, possuir uma excelente rede de ribeiras, deter no seu subsolo a matéria-prima preferencial da altura (o sílex) e por último o facto de todos os terrenos basálticos serem caracterizados por relevos suaves e vegetação pouco densa.

Porquê a não existência de estações na parte oriental do concelho? Essencialmente devido à composição geológica do terreno; bastante calcário, apresentando pouca água, solo menos fértil e muito acidentado onde a vegetação é muito densa dificultando e impedindo a sua penetração. Por outro lado, a área oriental do concelho é a mais urbanizada e desta forma os poucos vestígios que possivelmente existiriam, estão destruídos.

Em referência ao mapa três, distribuição dos achados pré-históricos no concelho, este corrobora o local das estações, embora o seu aparecimento seja um pouco excêntrico ao das estações e numa zona muito urbanizada do concelho. Surgem novamente duas questões: serão materiais oriundos das estações da área Monsanto/Montes Claros? Esta hipótese é bastante difícil de provar ou mesmo explicar, porque os achados não são representativos; não só devido à pouca quantidade (muitas vezes é só um achado), como também seria um erro integrar um machado de pedra polida iso-





MAPA 2

Carta arqueológica
do concelho de Lisboa

- Paleolítico ●
- Mesolítico ★
- Neolítico ▲
- Calcolítico ■
- Bronze *

lado num ou noutro contexto arqueológico.

Neste tipo de reflexão, para uma melhor compreensão da ocupação do espaço, da própria necessidade/importância que um dado espaço geográfico tem para determinada população, devemos ter em conta uma grande e complexa gama de factores perspectivados de maneira diferente nos diversos períodos cronológico-culturais, que neste caso poderemos resumi-los/sintetizá-los em três (*):

1. Diferentes áreas de exploração. Diferentes maneiras de ver o espaço geográfico e a sua exploração directa num grupo paleolítico ou numa população calcólita.

2. Diferentes recursos tecnológicos. A importância das jazidas de sílex, o aparecimento da cerâmica e a consequente necessidade de estar perto de solos barrosos, ou ainda o início da metalurgia do cobre e as transformações que este facto implica.

3. Diferentes necessidades defensivas/controlares. Ocupação do espaço em áreas planas, abertas, de cumeada, de planalto, correspondendo a diferentes tipos de controle sobre um território.

Deste modo, podemos objectivar determinadas questões: O posicionamento das estações paleolíticas, situadas perto dos grandes vales determinados pelo quaternário, especialmente o vale de Odiveiras e o vale de Alcântara.

A existência de três estações mesolíticas, materialmente pouco representativas.

As estações neo-calcolíticas assentam todas no manto basáltico da península de Lisboa. É neste período que a agricultura surge e que gradualmente adquire uma importância na vida comunitária das populações, reflectindo uma nova maneira de olhar e explorar o meio. A economia de produção dava os primeiros passos. Geologicamente os solos basálticos reflectem uma grande fertilidade da terra. Desta forma, e aliado à existência de bastante água na área coberta pelo manto basáltico, a ocupação densa do espaço e mais propriamente a ocupação neo-calcolítica surge-nos como processo natural de procura de solos que não entrassem rapidamente em processo de exaustão.

Todos os sítios cartografados com ocupação neolítica e calcólita, à excepção de Junqueira (30m), têm uma cota superior a 70 metros. Afirma-se alguma necessidade defensiva/ofensiva? Por outro lado, nem todos os povoados estão situados em zonas de cumeada, mas sim num local de planalto.

Se aplicarmos a um nível bastante elementar (em termos quantitativos), uma medida de tendência central — a média (\bar{x}), poderemos expressar o que é típico de um conjunto de dados (neste caso a cota das estações) (¹⁰).

Este cálculo muito simples traz-nos duas observações importantes; a cota das estações sobe gradualmente à me-

diada que se avança cronológico-culturalmente (vide nota 18), e os sítios de ocupação calcólita, inclusive aqueles onde surgem materiais paleolíticos, são os que possuem uma média mais alta de cota. Tornamos a questionar: necessidade defensiva/ofensiva, controle territorial?

Um factor importante a ter em conta na análise à grande densidade de ocupação do espaço na área Monsanto/Montes Claros, é o facto de esta não constituir um núcleo isolado, que poderia parecer, se atentarmos apenas ao mapa do concelho de Lisboa como uma entidade arqueológica própria. Referimos que a nível paleolítico, o povoamento tem grande continuidade na bacia do Tejo e particularmente na área do actual concelho da Amadora (OLLIVIER, 1941, 1942, 1946, 1948 e 1951). O povoamento neolítico e calcólito também continua, quer para Norte, quer para Oeste e Sul, (vide ponto 4). Desta forma, acentuamos a ideia de que a circunscrição administrativa (neste caso o concelho de Lisboa), à qual por vezes os trabalhos obedecem, não pode ser representativa ou tomada como modelo de povoamento/vivência/exploração para o estudo de uma área, mas sim essa área deva ser considerada/traçada objectivamente uma unidade de estudo, independentemente de todas as diversidades ou homogeneidades que poderá ter.

3. AS ESTAÇÕES

A utilização do conceito, ou melhor, dos conceitos sintetizados na palavra «cronológico-cultural» é muito usual em arqueologia (inclusive já foi utilizado no decorrer deste trabalho). Geralmente serve para caracterizar um determinado «espaço de tempo» dentro duma determinada «cultura», como por exemplo: o Neolítico como período cronológico e a cultura de Tell Halaf (¹¹) como «cultura»; ou conjuntamente com um outro conceito; espaço geográfico: no final do calcólito (período), a «cultura» do vaso campaniforme, na bacia do Tejo.

No entanto, estes conceitos (expressões), espaciais/temporais/culturais, surgem como caracterizadores muito globais pouco precisos e muitas vezes determinados apenas quer pela indústria lítica, quer pela cerâmica, quer por uma localização geográfica.

A pouca utilização destes conceitos neste ponto, sugere apenas uma chamada de atenção para o uso de uma certa terminologia que, a ser muito utilizada

num sentido lato e amplo, tende a perder a sua precisão/definição dentro dum contexto arqueológico. Ligado a esta expressão surge o conceito cultura. Este conceito, extremamente importante em arqueologia, está no centro de discussões relativas à teoria arqueológica (¹²).

Este ponto 3, não pretende ser uma reconstituição cultural, social, simbólica ou mental do passado. Pretendemos apenas enumerar certos problemas relativos às estações arqueológicas no perímetro do concelho de Lisboa — estações essas estudadas como unidade estática de povoamento. Rever problemas relativos ao local da estação, aos materiais recolhidos, à existência ou não de estatigrafias ou estruturas, à sua publicação ou não, saber se a estação ainda existe, se é possível protegê-la.

Somente após um estudo exaustivo e muito completo (que, no fundo, só aconteceria com estações bem escavadas, material estudado e publicado), é que se poderia partir para modelos interpretativos, teorias explicativas da realidade passada, aqui já entendida como unidade dinâmica (cultura num sentido total: da unidade estática que é o estudo da estação por si, à unidade dinâmica que é a interpretação/explicação do passado), que viveu, construiu, pensou, organizou-se...

Este estudo sobre os processos de formação, vivência, transformação e mesmo destruição das sociedades constitui no seu conjunto um estudo mais aproximado da realidade passada.

Um outro problema premente num estudo sobre a marcação, cartografia e principalmente sobre estações arqueológicas já estudadas é a relatividade desses mesmos estudos sobre os materiais arqueológicos; as diferentes questões colocadas, o evoluir de certas problemáticas, os diferentes meios de estudo. Dentro desta perspectiva, lembramos o estudo de Robert Chapman (1981) *Archaeological theory and communal burial in prehistoric Europe*, baseado em escavações já realizadas no sudeste espanhol, primeiro por Pedro Flores, «capataz» de Louis Siret (1893), depois pelos Leisner (1943) e entre 1953 e 1957, Almagro e Arribas desenvolveram também o seu trabalho na necrópole de «Los Milares».

Esta necrópole, situada no sul de Espanha (provincia de Almeria), é uma das mais importantes do calcólito ibérico. O estudo de Chapman pretende ser um repensar dos problemas relativos aos en-

terramentos da pré-história da Europa Ocidental. Tem como vector objectivo a produção de padrões de análise de dados e em última instância sugerir hipóteses que poderão ser testadas rigorosamente de acordo com amostras recolhidas.

No entanto, o autor questiona a validade dos dados: enquanto a pesquisa actual utiliza dados de contextos bem definidos, existem ainda muitos estudos baseados em métodos pouco rigorosos de recolha e análise. Qual será a validade dos dados? Conseguirão ainda constituir padrões significativos de estudo ou os dados revelados serão bastante maus para qualquer uso?

Os estudos onde este problema já foi colocado (CLARKE, 1972; BARTH & HODSON, 1976 e HODSON, 1977), revelaram algumas hipóteses de trabalho que poderiam ser testadas com dados recolhidos de forma mais correcta e rigorosa.

Desta forma, ao iniciarmos a apresentação, primeiro da carta Paleolítica e depois da carta Neo-calcolítica e a consequente discriminação e tanto quanto possível, a sua análise, temos que ter sempre em conta esta relatividade/validade dos dados.

PALEOLÍTICO

O paleolítico foi o maior período da pré-história e da história humana. As suas características de um modo geral são comuns em todo o Mundo, contudo as pequenas diversidades/especificidades regionais poderão ser visíveis. Estes factores, no entanto, de maneira alguma contribuíram para se encontrar arquétipos antigos constituintes de nações. Por outro lado, estas pequenas diversidades, poderão ser mais ou menos detectadas em Portugal. No quadro, forçosamente geral que iremos traçar sobre o paleolítico, sempre que possível tentar-se-á mostrar pequenas especificidades existentes. Este quadro estaria mais adequado a um paleolítico francês, bastante mais estudado, do que a um português ou mesmo ibérico.

Paleolítico Interior: (para cronologia ver quadro analítico da ocupação do espaço no ponto 4).

● Complexos industriais de seixos afeiçãoados. *Pebble Culture*. São caracterizados por calhaus talhados de forma a definirem um gume cortante. Em Portugal, o estudo desta indústria apresenta um carácter precário de interpretação ou

mesmo de sistematização; estes conjuntos de indústrias de seixos afeiçãoados são de «significado cronológico, tipológico e cultural discutível» (RAPOSO, 1983:34).

● Complexo Acheulense. Complexo industrial caracterizado pelo biface. Geralmente neste complexo na sua linha evolutiva vai tomando certos nomes que conceptualizam uma determinada evolução técnica: de um biface mal talhado (abvilense) a um biface bem retocado (com preocupações mais funcionais (micoquense). Assim temos: abvilense, acheulense, micoquense, clactonense e tayacense. Estas indústrias têm três tipos de depósitos; litoral (entre Peniche e Vila Nova de Milfontes), terraços fluviais do interior e estações dos arredores de Lisboa. Um elemento típico é o aparecimento do machado, ao contrário do resto da Europa.

Paleolítico médio.

É caracterizado pelo complexo mustierense, onde surgem núcleos discóides de talhe centripedo, artefactos sobre lascas como a ponta e o raspador, certo tipo de retoque e de denticulado. Propaga-se a técnica levaloisense, nascida durante o Acheulense. Nas peças portuguesas o paleolítico médio está mal definido, mas presente; gruta do Correio-Mor (Loures), Furninha (Peniche) e Colúmbreira (Bombarral).

Paleolítico superior.

No quadro geral do modelo francês, temos as indústrias do Perigordense; do Aurignacense (o uso pleno do osso e dos chifres); o Solutrense, com o auge do trabalho de sílex, os exemplos da folha de «loureiro» e de «salgueiro» e o Magdalense onde o trabalho do osso e do sílex é levado às últimas consequências.

No entanto, em Portugal, segundo Luís Raposo (1983), a primeira indústria do Paleolítico Superior, definida no nosso país é o Aurignacense no Rossio do Cabo (Torres Vedras) e patente com certas reservas em Vila Pouca, Monsanto e Pinhal da Charneca. O Solutrense também surge no nosso país, sendo a indústria mais conhecida, tendo dois fácies culturais: o «cantábrico» e o «levantino» ou «mediterrânico», aparecendo este último no nosso país.

Por fim, o Magdalense está extremamente mal conhecido assim como as indústrias do tipo «epiperigordense» ou

«epigravetense» «que com certa regularidade surgem nas nossas estações arqueológicas, especialmente nas grutas e abrigos» (RAPOSO, 1983:54).

Os complexos macrolíticos, «languedocense», «ancorense» e «mirense», estão actualmente a ser revistos, quer a sua definição, quer o seu posicionamento em relação ao processo evolutivo do paleolítico superior e mesolítico.

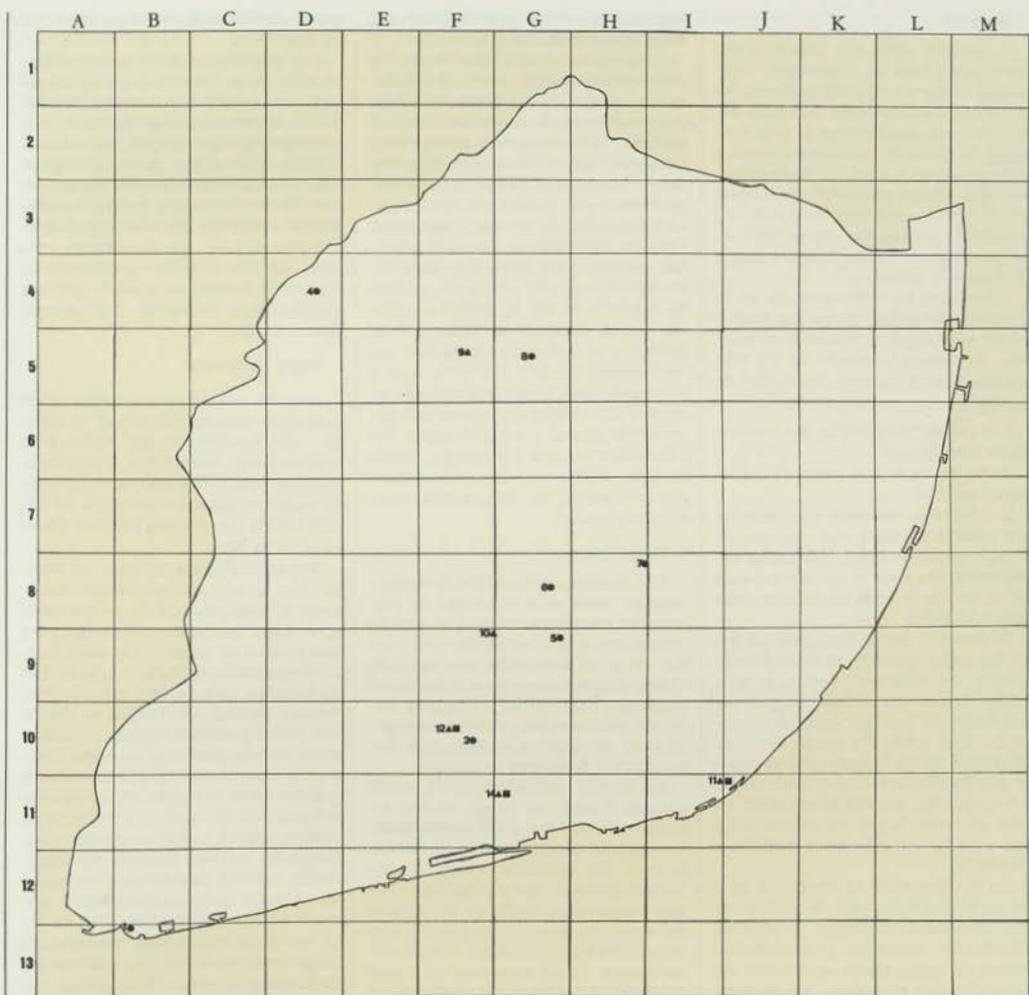
Mesolítico.

No final do paleolítico superior o clima sofre grandes mudanças, houve um aquecimento da temperatura do ar, forte pluviosidade e um rápido desenvolvimento da floresta temperada. O modo de vida das populações mesolíticas difere em muito das anteriores; caça, pesca, colecta, recursos alimentares aquáticos e essencialmente estuarinos bastante abundantes, cervídeos e javalis, pequenos mamíferos como o coelho e a lebre, fazem parte do quotidiano alimentício dessas populações.

A sua indústria caracteriza-se pela microlitização: a elaboração de pequenos artefactos, feitos a partir de pequenas lâminas, na sua maior parte do sílex e quartzo, (trapézios, triângulos, segmentos de círculo). Usualmente supunha-se que estes artefactos serviriam para pontas de seta, mas David Clarke (1976), sugere o seu efeito e grande funcionalidade como instrumentos compósitos, ou seja, associados a suportes de madeira ou osso, servindo para a pesca (arpões), para a recolha de gramíneas selvagens (foices) e também para a caça (lanças).

As grandes jazidas mesolíticas em Portugal estão situadas sobretudo no vale do Tejo: Paúl de Magos, Paúl do Duque em Muge e no vale do Sado. O *habitat* seria em zonas ao ar livre, próximos dos rios ou oceanos. Além da caça, da pesca e da recolha dos moluscos, D. Clarke (1976:36) chama a atenção para a importância que os vegetais teriam na dieta alimentar, inclusivamente, sugere: poderia-se estar numa fase incipiente de domesticação de plantas. Em Moita do Sebastião (Muge), foi escavada uma cabana, semicircular, aberta a sul com 7 a 8 metros de diâmetro. Era uma estrutura de ramagens suportadas por postes de madeira, enterrados na areia e calafetados com argila cozida (ROCHE, 1972).

O ritual funerário também está presente nas estações mesolíticas portu-



guestas: Cabeço de Pez, Moita do Sebastião, entre outros, surgem sepulturas de «homens, mulheres e crianças feitas de acordo com um ritual bem definido, com a maior parte dos corpos colocados deitados de costas, com as pernas semi-flectidas e os braços estendidos ou cruzados, sobre o abdómen, cobertos de ocre vermelho e adornados com numerosas contas feitas com búzios perfurados, colocados ao pescoço ou em torno dos artelhos.» (ARNAUD, 1987:20)

MAPA 3
Distribuição
dos achados pré-históricos
no concelho

Neolítico

O neolítico pode ser caracterizado como uma época de progressiva intervenção do homem no meio ambiente. As comunidades/sociedades neolíticas assumem o seu papel dentro de uma economia de produção. Necessariamente, a sedentarização, o aumento demográfico, a criação e acumulação de excedentes próprios numa dinâmica endógena das sociedades produtoras, irão produzir alterações/diferenciações/dominações a nível social e simbólico.

O processo de neolitização não só no território peninsular como em todo o mundo tem originado grandes controvérsias. Podemos sintetizá-las em três grandes teorias (no caso específico de Portugal):

1. Evolução local/directa das comunidades mesolíticas;
2. Aculturação por parte de populações externas;
3. Influências indirectas do mediterrâneo oriental, aliadas a uma evolução interna (síntese das duas). Esta última sugestão parece estar a ser comprovada no sul de França onde os estudos estão mais adiantados.

No Neolítico Antigo Português, os povoados estão situados em áreas planas, abertas, arenosas sem quaisquer condições naturais de defesa. Surgem os recipientes de cerâmica e os instrumentos de pedra polida. Em termos de estrutura social, Carlos Tavares da Silva sugere uma existência em «pequenas unidades sociais que embora partilhassem de uma economia e cultura semelhantes não se ligariam por laços políticos» (1983:77).

No Neolítico Médio e Recente a agricultura e criação de gado desenvolvem-se; no entanto, detectam-se algumas dissimetrias regionais, principalmente devido ao ecossistema envolvente de determinados povoados. Áreas mais produtivas, quer para a agricultura, quer para a pastorícia, áreas mais pesqueiras e/ou marisqueiras, o que fez acentuar e desenvolver de forma também diferente, os meios e necessidades de produção.

Como acentua Vítor Oliveira Jorge: «O neolítico mudou radicalmente os pressupostos da vida humana, criando novas disponibilidades e novas «corveias», mas permitindo à sociedade diversificar actividades, intensificar a coesão dos grupos, ampliar as relações à distância, fomentar condições demográficas e psicológicas que simultaneamente

te possibilitaram e exigiram a aceleração do processo histórico» (1987:114).

Uma dessas novas possibilidades é o fenómeno megalítico. Numa breve alusão ao megalitismo, poderemos referir que este fenómeno surge num contexto neolítico, de sociedades de economia de produção, mas com uma agricultura incipiente. Tende-se a estudar, hoje, o megalitismo numa perspectiva mais espacial/de distribuição do que arquitectural. Teria um significado de marcação territorial, servindo como ponto fixo numa comunidade ainda com um circuito sazonal de subsistência, isto é, seriam sucessivos marcos próximos de *habitat's* muito efémeros e o assinalar respectivo das «catchment areas»? Por outro lado, a construção destes monumentos, não só exige a acumulação de excedentes que permitiria desviar a «mão-de-obra» necessária à própria construção, como também supriria necessidades simbólicas (cerimónias de enterramento com objectos/espólio).

Calcolítico

Não querendo enveredar pela «velha» questão sobre se a introdução do processo de metalurgia do cobre foi obra de colonizadores, de «missionários» do cobre, ou se foi produto de uma evolução interna, sugerimos, na linha da actual investigação pré-histórica portuguesa, que se terá verificado uma dinâmica endógena, fruto de contactos estabelecidos com populações detentoras do cobre.

Em termos socioeconómicos, neste período, a produção entrou no seu aspecto mais definido; a consciente transformação da natureza através do trabalho humano. Isto permitiu uma mais completa sedentarização das populações, o desenvolvimento da divisão social do trabalho e o surgir das primeiras grandes diferenças intra-comunidades e entre-comunidades. Factor importante foi o aparecimento dos artefactos não ligados directamente ao processo de produção dos alimentos. A sociedade complexifica-se e esboça-se uma organização social económica e simbólica da sociedade. Acentua-se o papel de um chefe. Os povoados do calcolítico inicial estão sempre situados em locais com boas condições naturais de defesa e os materiais revelam uma tradição neolítica aliada a influências mediterrânicas. Os objectos de cobre quase não existem.

No calcolítico pleno pré-campaniforme assiste-se a um grande desenvolvimento da metalurgia do cobre e dos pa-

drões de fortificação (caso de Vila Nova de São Pedro).

A última fase calcolítica é caracterizada pelo campaniforme. Continua a ligação aos grandes povoados fortificados. Torna-se comum o vaso campaniforme internacional. Dão-se grandes transformações na sociedade da altura, surgindo mais povoados e o próprio fenómeno campaniforme adquire novas técnicas («grupo inciso do horizonte campaniforme português»), que se aiastram pela faixa atlântica ocidental. Lentamente os povoados deixam de possuir grandes características defensivas. É a transição para o bronze.

Idade do bronze

O cobre e o estanho fundidos numa proporção correcta dão origem ao bronze. Caracterizado pela sua dureza e ao mesmo tempo flexibilidade e pela fusão bastante mais rápida que o cobre, substitui este (na Europa nos inícios do século II a.C.), por mais de mil anos até ao advento do ferro.

Em termos gerais, na idade do bronze, num sentido socioeconómico, assistimos ao desenvolvimento de correntes comerciais (sobretudo, orientadas para uma procura do estanho). Por outro lado, a complexificação/hierarquização das sociedades, que se vem processando desde o neolítico, vai culminar no bronze final com a existência de uma sociedade muito hierarquizada com um poder fortemente centralizado, que administraria grandes áreas territoriais. Numa vertente religiosa, crê-se (apenas em termos de modelo teórico) que as constantes transformações culturais e sociais das sociedades, também conduziram a mudanças de carácter religioso/ideológico; um maior espírito individualista, culto da força numa sociedade mais guerreira, (o surgir constante do espólio, aliado às actividades guerreiras: várias armas, punhais, pontas de lança, capacetes).

Na área estreminha, no início da idade do bronze, a cultura material, continua com o vaso campaniforme denominado agora de tardio; no entanto, notam-se pequenas alterações ao nível dos povoados; estes surgem muitas vezes em locais que não oferecem condições naturais de defesa.

A insuficiência de dados, no concernente ao bronze médio e final «não permite, no momento presente, a elaboração de sequências culturais que possam considerar minimamente satisfató-

rias para o conjunto do território nacional» (SILVA, 1983:110).

No final do bronze, aparecem na bacia do Tejo, novas formas de cultura material: decoração brunida, a maior parte das vezes aplicada no exterior (SERRÃO, 1958). Neste contexto, surgem os «casais agrícolas» que G. Marques e G. Andrade (1974) assinalam em todo o território da actual estremadura. São pequenas unidades habitacionais, disper-

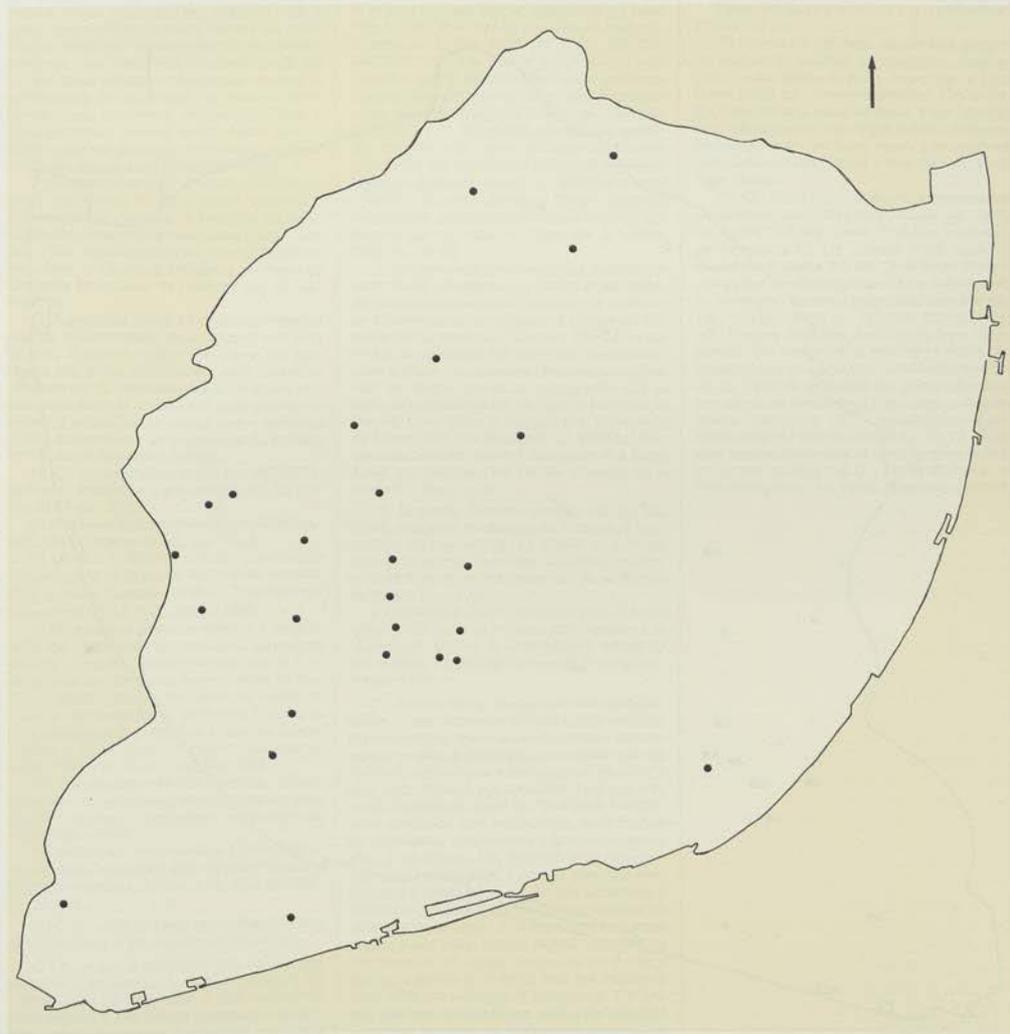
sas, construídas com materiais facilmente destrutíveis, onde a agricultura e a criação de gado tinham papel preponderante na economia desses «casais». Estes locais, dependiam de um centro urbano, mais forte, mais guerreiro, que, suponhamos, exercesse uma influência quase estatal, ou melhor, «proto-estatal» (CARDOSO, 1987:79).

(Continua)

MAPA 4

Distribuição dos sítios paleolíticos

Esc.: 1/73.000



MAPA 5

Carta neo-calcolítica

Neolítico ▲
Calcolítico ■

Esc.: 1/73 000

NOTAS

(¹) A destruição das estações arqueológicas no concelho de Lisboa foi e é uma realidade; a referência a este tipo de problemas já é colocada desde os anos 40, por Afonso do Paço e Eugénio Jalhay, *Estação pré-histórica de Montes Claros (Monsanto)*, in «Revista Municipal» n.º 20-21, of. C.M.L., Lisboa, 1945; continuado por Irisalva Moita, *Povoado Neolítico de Vila Pouca (Serra de Monsanto)*, in «Revista Municipal», n.º 112-113, of. C.M.L., Lisboa, 1967; e por João Ludgero Gonçalves, *Os povoados neo e calcolíticos da*

península de Lisboa, sep. do «Boletim Cultural da Associação Distrital de Lisboa», 3.ª série, n.º 85, 1979. Esta destruição e por vezes o próprio alheamento aos problemas arqueológicos (especificamente da pré-história), passa-se também nos concelhos limítrofes de Lisboa, caso de Oeiras, Loures, Amadora e Cascais.

(²) O facto da delimitação geográfica do presente trabalho obedecer aos limites actuais do concelho de Lisboa, não quer dizer que consideramos este espaço como uma unidade arqueológica específica ou hermética, mas sim, a cartografia por concelhos, processa-se apenas como factor de rentabilização do trabalho.



(*) A arqueologia precisa de se equipar para cada projecto de investigação de um campo conceptual e metodológico próprio, relativo às questões a que pretende responder, ou mesmo formular. A resposta a estes problemas interpretativos da evolução humana, terão cada vez mais, de ser um novo estádio na dinâmica evolutiva da própria arqueologia. Desde a definição de arqueologia como história da cultura material, demasiado restrita e limitativa, até às novas interpretações da «New archaeology» percorreu-se um longo caminho evolutivo, continuado já nos nossos dias por um autor britânico, Ian Hodder, que pretende ultrapassar questões relativas à própria «nova arqueologia», trazendo para o campo arqueológico o maior número de informações possíveis, problematizando-as/questionando-as, com base num desenvolvimento da teoria e numa aplicação rigorosa dos métodos. A sua proposta de arqueologia «contextual», coloca-nos novos problemas; por exemplo: Qual o papel da cultura material numa análise das relações entre as estratégias sociais e o contexto ideológico estruturado? (HODDER, 1982).

(†) Ressalvamos aqui o trabalho desenvolvido por Alonso do Paço, *Carta Paleolítica e Epipaleolítica de Portugal*, in *Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, vol. I, Lisboa, 1934 e em colaboração com Eugénio Jalhay, *Páleo e Mesolítico Português*, in «Anais da Academia Portuguesa da História» vol. IV, Lisboa, 1941.

(‡) A polémica sobre os projectos voltados para os levantamentos arqueológicos tem sido bastante. Quer-nos parecer que a nível dos concelhos não muito urbanizados, estes projectos deveriam ser da responsabilidade de alguns museus regionais de arqueologia (que apenas se limitam a armazenar as peças) com o apoio do próprio departamento de arqueologia do Instituto Português do Património Cultural.

(§) Cf. os exemplos dados por MOBERG, Carl-Axel, *Introdução à arqueologia*, ed. 70, Lisboa, 1981, pp. 35/37.

(¶) Problema também referido por GONÇALVES, João Ludgero, *ob. cit.*, pp. 25-28.

(*) Cf. SILVA, António Carlos, *A cidade e a arqueologia*, in «I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Setúbal 1985)», *Trabalhos de Arqueologia 03*, I.P.P.C., Lisboa, 1986.

(†) No tocante a projectos relativos à recuperação do património arqueológico, queremos destacar o trabalho desenvolvido pela Dr.ª Iri-salva Moita em relação ao teatro romano de Lisboa; cf. MOITA, Iri-salva, *Problemas de Lisboa romana e recuperação do teatro de Olisipo*, in «Arqueologia de las ciudades modernas superpuestas a las antiguas», Dirección General de Bellas Artes y Archivos, Zaragoza, 1985.

(‡) Destacamos também Mértola, porque apesar de não ser cidade, desenvolve a um grau bastante elevado a dinâmica e o conceito de arqueologia urbana.

(§) Excerto de uma entrevista a Carlos Tavares da Silva, conduzida pela Revista História e Crítica in «História e Crítica», n.º 5, Maio de 1980, pp. 12 a 18.

«H.C. — (...) Se pudesse especificar melhor a receptividade que tem havido aos trabalhos?

C.T.S. — (...) a população hoje em dia está geralmente esclarecida e muito interessada em conhecer, ao fim e ao cabo, o seu passado, as suas origens, a sua própria identidade cultural... Não, mas isso nota-se claramente, isto não é

uma figura de retórica... Eu nunca tinha assistido a uma coisa destas, sinceramente! Quando trabalho no campo verifico que a população ocorre e interessa-se pelo conhecimento das coisas, mas nunca me tinha visto, como aqui, a trabalhar rodeado por centenas de pessoas...»

(¶) Cf. HOBLEY, Brian, *Recent development in British archaeology with special reference to the city of London 1973-83*, in «Arqueologia de las ciudades modernas superpuestas a las antiguas», Dirección General de Bellas Artes y Archivos, Zaragoza, 1985, pp. 181/211.

(‡) Destacamos: VAN LEEUWAARDEN, W. e JANSSEN, C.R., *A preliminary palynological study of peat deposits near an oppidum in the lower Tagus valley*, in «Actas da I reunião do quaternário ibérico», Lisboa, 1985, vol. II, pp. 225/236; MATEUS, J.E., *The coastal lagoon region near Carvalhal during the Holocene; some geomorphological aspects derived from palaeoecological study at Lagoa Travessa*, *ibidem*, pp. 237/250; QUEIRÓS, F.F., *Dados para a história da vegetação holocénica da região da Lagoa de Albufeira — sumário das conclusões do estudo paleoecológico da Estacada*, *ibidem*, pp. 251/259 e ainda DAVEAU, Suzanne, *Espaço e Tempo. Evolução do ambiente geográfico de Portugal ao longo dos tempos pré-históricos*, in «Clio», vol. 2, Lisboa, 1980, pp. 13/38.

(§) Salientamos a excepção que o estudo de Jean Roche representa: *Le Climat et les faunes du paléolithique moyen et supérieur de la province d'Estremadura*, in «Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia», Coimbra, 1971. Este autor fala na existência das seguintes espécies durante o Würm: «l'association Hyènes-Loup-Cheval-Cerf élaphe-Bovidé de grande taille (...) se retrouve constamment. Le Lynx, la Panthère, le Renard, Lours brum, le Sanglier et les Rhinocéros de Merck sont très fréquents. Le Éléphant antique a de plus été trouvé à Carregado et à Santo Antão do Tojal dans les basses terrasses de la vallée du Tage.» p. 46.

(¶) Segundo Suzanne Daveau, *ob. cit.* pp. 23/25, aplicando os cálculos de McIntyre, a temperatura do mar ao largo de Lisboa, no Inverno, durante o máximo wurmiano (trio mais rigoroso) seria de 9 graus, contrastando com os 14,5 graus de hoje.

(‡) HAMOND, F.W., *The contribution of simulation to the study of archaeological processes*, in «Simulation studies in archaeology», edited by Ian Hodder, Cambridge University Press, Cambridge, 1978.

(§) Dentro desta perspectiva metodológica, existe a «site catchment analysis», que sinteticamente consiste numa análise intensiva das relações de uma determinada comunidade com os recursos económicos e tecnológicos situados a uma certa distância dos povoados. Para uma correcta interpretação deste tipo de análise é necessário considerar uma variabilidade muito grande de «entradas»; área, forma e a localização de um sítio, a importância dos recursos quer económicos, quer tecnológicos, a energia gasta por pessoa para a obtenção desse recurso (distâncias a percorrer), a ocupação sazonal/temporária ou definitiva duma área... O grande objectivo desta análise é um maior ênfase dado à economia na interpretação do registo arqueológico; já não é apenas o estudo do material, mas sim do próprio local onde esse material é encontrado. Por último, este tipo de abordagem poderá ser feita para encontrar modelos de distribuição espacial em

relação a um sistema de povoamento numa área e/ou para inferir determinadas relações/hierarquias dentro de um sistema geográfico, em relação aos recursos económicos/tecnológicos/de controle potenciais dessa área.

(¶) Sítios com ocupação paleolítica; 1092:12=91m.

Com ocupação paleolítica, mesolítica e neolítica: 280:3=93.3m.

Com ocupação paleolítica e neolítica: 967:5.8=120m.

Com ocupação paleolítica, neolítica e calcolítica: 587:5.5=117.5m.

Com ocupação neolítica: 347:4=86.75m.

Com ocupação neolítica e calcolítica: 275:2=137.5m.

(‡) Cultura de Tell Halaf, usualmente designada um período do neolítico mesopotâmico, caracterizado pelas jazidas de Halaf, Arpachiyah e Tapa Gama (4000 a.C. aproximadamente). Um exemplo característico desta cerâmica é um cântaro, feito manualmente, com argila, pintado a vermelho escuro sobre um fundo negro. Esta cerâmica teve grande difusão; desde a Síria até à região do Tigre Médio.

(§) Cf. BINFORD, Louis, *An archaeological perspective*, originalmente publicado em 1968, pp. 81/90; CLARKE, David, *Analytical Archaeology*, Methuen e Co. Ltd., London, 1968, especialmente os capítulos 2 a 10; CHAPMAN, Robert, «Analytical Archaeology» and *After-Introduction*, in «Analytical Archaeologist», Methuen and Co. Ltd., London, 1978, pp. 132/139; CLARKE, David, *Towards Analytical Archaeology-New Directions in the interpretative thinking of British Archaeologists*, in «Analytical Archaeologist», *ob. cit.* pp. 145/179; HODDER, Ian (editor), *Symbolic and structural archaeology*, Cambridge University Press, Cambridge, 1982, especialmente a primeira parte (4.º cap.) e os capítulos 9 a 12. E para uma análise introdutória ao tema do conceito cultural, ver JORGE, V.O., *Ficha Cultural*, in «Arqueologia» n.º 12, Porto, Dezembro de 1985.

TRÊS CACHIMBOS DO HOSPITAL DE TODOS- -OS-SANTOS

1) IMPORTÂNCIA DO ESTUDO ARQUEOLÓGICO DOS CACHIMBOS

O estudo arqueológico dos cachimbos tem vindo a ser olhado de forma cada vez mais séria, tendo em conta duas ordens de factores: primeiro, a importância do tabaco, e logo do cachimbo, em certas sociedades; segundo, o facto do cachimbo ser um dos artefactos que ocorre com maior frequência em jazidas pós-medievais sendo precioso elemento de datação, mais seguro que as moedas.

Entre nós, porém, devido ao menor impacto alcançado pelo cachimbo, pelo que os exemplares conhecidos são de importação, poucas são as referências que lhes são feitas, tendo-se conhecimento do seu aparecimento nas seguintes estações: Hospital de Todos-os-Santos (Lisboa), Casa dos Bicos (Lisboa), Palácio da Rosa (Lisboa), Paços do Concelho (Almada), Igreja Paroquial (Corroios). Para além destes, conhecem-se espécimes expostos no Museu de Sesimbra, dois surgidos na vila de Cascais (um dos quais holandês do séc. XVIII) e exemplares recolhidos por pescadores das ilhas Berlengas, que se encontram sob a custódia do faroleiro local(?).

No entanto, os portugueses encontram-se determinantemente ligados ao tabaco, tendo sido, ao chegar ao Brasil, os primeiros a ver índios a fumar aquela erva. Frei Fernão Cardim, em 1585, refere-se ao «costume de beber o fumo da petigma» (nome nativo do tabaco) (Mello-1983). Já em 1558 era comum em Lisboa o hábito de «cheirar» rapé e mastigar tabaco. Posteriormente o tabaco sofreu uma rápida difusão, tendo sido planado no Japão, pela primeira vez em 1600.

Uma das hipóteses de utilização dos cachimbos europeus por parte dos colonizadores é a de serem entregues aos escravos como prémio de bom comportamento (Handler-1983), prática que também no Brasil poderá ter sido levada a cabo, já que o fumo, do qual os pretos era os maiores consumidores, representava parte relevante das importações das armações da pesca da baleia, no início do séc. XIX.

Por outro lado, cachimbos ingleses aparecem em estações da América do Norte, associados a cerâmica vidrada portuguesa que seria trocada em Lisboa por peixe e aduelas para pipas provenientes do Massachusetts (Pendery-1986).

II) O CONJUNTO EM ESTUDO (Fig. 1)

Os exemplares exumados nesta estação e cujas condições de achamento se desconhecem são três, de pequenas dimensões: o n.º 1 encontra-se muito erodido na superfície exterior, impossibilitando a identificação positiva de decorações de tipo facial que aí parecem ter existido; o n.º 2 encontra-se relativamente bem conservado; e o n.º 3 apresenta-se muito queimado, inclusivamente no exterior do bordo do forninho.

No que concerne a proveniência, os cachimbos n.ºs 2 e 3 são ingleses, não nos sendo possível avançar hipóteses quanto ao n.º 1, devido à sua singularidade, aliás patente a todos os níveis.

Quanto às pastas (argila), o n.º 1, de cor negra, opõe-se aos dois outros exemplares, os quais, de cor branca, só diferem entre si pelo facto da pasta do n.º 3 ser sensivelmente mais depurada.

Podemos encontrar paralelos claros para os n.ºs 121 e 144 de Mann (1977). Também quanto às bases Mann apresenta tipos bem semelhantes — os XVI e VI, respectivamente (Fig. 2). Em termos de cronologia, esses paralelos são de 1670-1700 e 1690-1720, parecendo-nos que os exemplares em estudo datarão de cerca de 1670 (n.º 2) e 1685 (n.º 3).

III) METODOLOGIA E OUTRAS CONSIDERAÇÕES

Os dois métodos correntes na datação de cachimbos de gesso são o tipológico e o enunciado por Harrington, o qual se baseia no princípio de que, com o avançar do tempo, o diâmetro dos orifícios dos tubos se tornou menor, podendo ser relacionado com a data de fabrico. Segundo as relações crono-dimensionais propostas por aquele autor, os presentes exemplares datariam de 1620-50 (n.º 2) e 1650-80 (n.º 3), dados cuja veracidade se encontra sujeita a dúvidas, já que várias são as críticas apontadas àquele método, as quais se prendem, por exemplo, com o facto de existirem cachimbos em que o diâmetro do orifício não é constante, e com a insuficiência de amostra em que é baseado.

Estes cachimbos eram cozidos em pequenos fornos, dos quais muito poucos exemplares são conhecidos. No seu fabrico era utilizado um molde formado por duas partes, o qual deixava uma costura ou traço de junção no forninho e/ou

no tubo. Ao moldar a peça, introduzia-se um arame no interior deste, que por vezes alargava o orifício inicial. Durante a secagem, outro arame era aí introduzido, com o intuito de verificar se o orifício chegava ao forninho. Durante a cozedura um artefacto paralelepipedico era usado para sustentar os tubos, evitando assim a sua aderência ao chão do forno.

IV) HIPÓTESES DE TRABALHO

O principal objectivo deste trabalho é incrementar a todos os níveis o estudo deste tipo de artefactos em Portugal, que a ser feito sistematicamente, pesem embora as limitações evidentes, poderá trazer novos dados não só para o conhecimento da sua evolução, mas também e sobretudo para a total apreensão das estações estudadas.

NOTAS

(¹) Desejamos agradecer ao Council for British Archaeology e à Lincoln Archaeological Trust, pelas

informações prestadas, às Dras. Irisalva Moita e Ana Cristina Leite, pelas facilidades concedidas, e sobretudo ao dr. Humberto Nuno de Oliveira, nosso mestre, pelo seu permanente apoio moral.

(²) Informação oral do Sr. Severino Rodrigues.

BIBLIOGRAFIA

Alexander, L.T. (1983) — More Light on the Theory of Dating Clay Pipes by Measuring Steam Hole Diameters, in «The Archaeology of Clay Tobacco Pipe VIII» (ed. Peter Davey), Oxford, 1983 (BAR INTERNATIONAL SERIES, 175, 1983).

Handler, Jerome S. (1983) — An African Pipe from Slave Cemetery in Barbados, West Indies, in «The Archaeology of Clay Tobacco Pipe VIII» (ed. Peter Davey), Oxford, 1983 (BAR INTERNATIONAL SERIES, 175, 1983).

Mann, Jenny E. (1977) — Clay Tobacco Pipes from Excavations at Lincoln 1970-74, Lincoln Archaeological Trust, Monograph Series, vol. XV-1.

de Mello, Ulysses Pernambuco (1983) — Clay Pipes from North-East Brazil in «The Archaeology of Clay Tobacco Pipe VIII» (Peter Davey), Oxford, 1983 (BAR INTERNATIONAL SERIES, 175, 1983).

Pendery, Steven R. (1986) — Merchants and Artisans in Colonial Charlestown, Massachusetts, in Archaeology, May-June 1986, vol. 39, n.º 3, Boston, 1986.

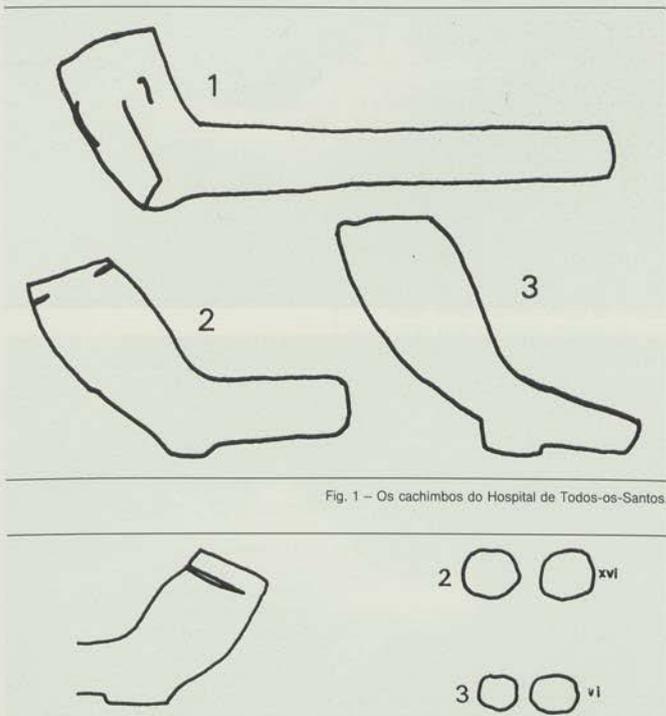
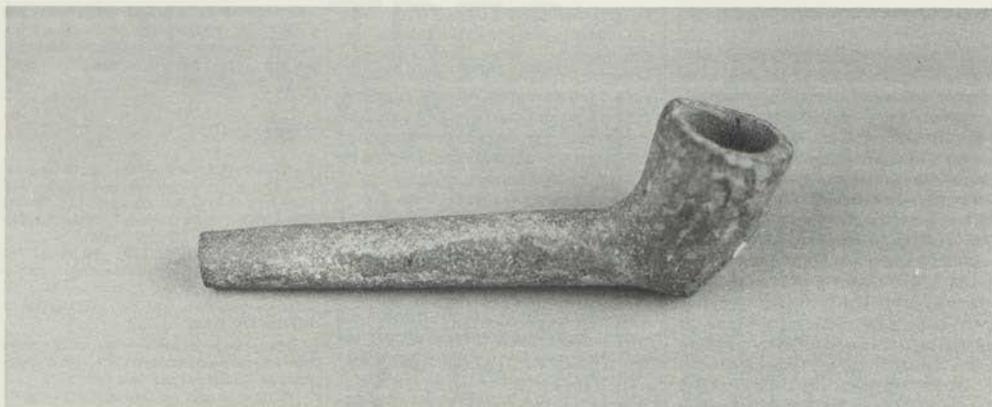
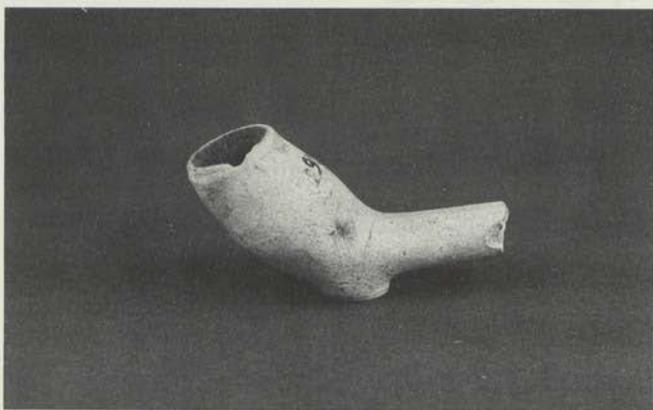


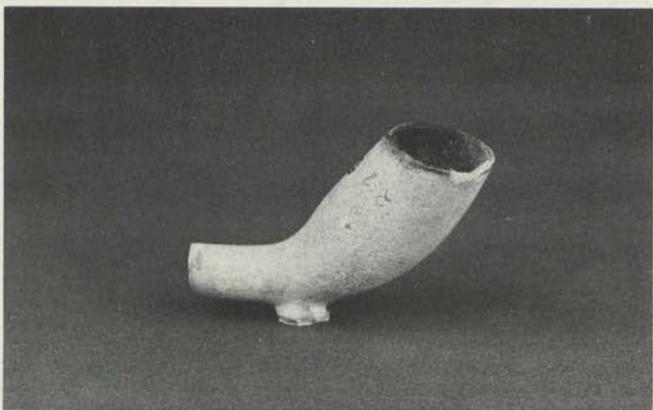
Fig. 1 — Os cachimbos do Hospital de Todos-os-Santos.



Cachimbo n.º 1



Cachimbo n.º 2



Cachimbo n.º 3

NÚMERO	TIPO DE BASE	DESVIO DO EIXO	ESTAÇÃO
1	—	Direita	H.T.S.
2	xvi	Direita	H.T.S.
3	vi	Direita	H.T.S.

A AULA DO COMÉRCIO

— VII (CONCLUSÃO)

MAIA (FRANCISCO JOAQUIM)
1789-1854

Lente da Real Academia de Marinha e Comércio da Cidade do Porto.

Nasceu no Porto em 28 de Setembro de 1789, filho de Francisco da Silva Maia e de Caetana de Jesus Maria José.

Nomeado substituto por carta régia de 11 de Julho de 1819; foi demitido em 13 de Maio de 1829 e reintegrado em 9 de Julho de 1832; nomeado lente proprietário por decreto e carta régia de 19 de Novembro de 1834. Foi exonerado por decreto de 19 de Outubro de 1836 e adido à Academia Politécnica em virtude de lei de 19 de Outubro e por decreto de 9 de Dezembro de 1840. Foi jubilado por carta régia de 8 de Março de 1854.

Foi deputado na legislatura de 1853/1856. Era comendador da Ordem de Isabel a Católica.

Morreu em Junho de 1854 ⁽¹⁷⁸⁾.

Em 1829 era considerado «Constitucional moderado» ⁽¹⁷⁹⁾.

MATOS (INÁCIO DA SILVA E)
1740-1781

Lente substituto da Aula do Comércio da Lisboa.

Nasceu em Lisboa em 1740 ⁽¹⁸⁰⁾, filho de José da Silva e de Teresa Bernarda Joaquina ⁽¹⁸¹⁾.

Foi aluno distinto do 2.º curso da Aula ⁽¹⁸²⁾.

Por resolução de 11 de Julho de 1767 foi aprovada a sua nomeação como substituto, com o vencimento de 300\$000 anuais, proposta em consulta de 2 ⁽¹⁷⁸⁾; por resolução de 8 de Março de 1771 foi esta importância acrescida de 100\$000 e por outra de 3 de Janeiro de 1774 passou a vencer 600\$000 ⁽¹⁷⁷⁾.

Foi casado com D. Maria Gertrudes Inácia de Brito ⁽¹⁷³⁾.

De 1768 a 1771, pelo menos, morou na R. do Sol a Santa Catarina ⁽¹⁷³⁾ e, de 1772 até morrer, na R. Áurea ⁽¹⁷⁹⁾.

Morreu louco em 2 de Junho de 1781 ⁽¹⁷⁸⁾.

MENDONÇA (MANUEL TEIXEIRA CABRAL DE)
? – 1820 (c.)

Aluno da Aula do Comércio de Lisboa e autor de compêndio nela por longos anos utilizado, «O Guarda-Livros Moderno».

Filho de José Teixeira Cabral, nasceu na vila de Favaios.

Foi aprovado, com atribuição da classificação de *Muito Bom* por todos os membros dos júris, no 1.º ano em 5 de Julho de 1806 e no 2.º em 7 de Março de 1809 ⁽¹⁷⁶⁾.

Além da obra indicada publicou «Suplemento ao Guarda-Livros Moderno», «Manual de Negociantes (...)» e «Elementos de grammatica franceza» ⁽¹⁷⁷⁾.

O estar envolvido em litígio de índole comercial que originou requerimento seu despachado em 6 de Fevereiro de 1806 ⁽¹⁷⁸⁾, sugere que tenha entrado para a Aula em idade que excedida a da média dos seus condiscípulos.

Em 22 de Dezembro de 1816 foi baptizado um filho seu, ⁽¹⁷⁹⁾ legitimado por carta régia de 14 de Julho de 1821; este documento fora requerido pelo avô materno da criança, o livreiro António Manuel Policampo da Silva, que no seu requerimento indica Cabral de Mendonça como solteiro e já falecido. ⁽¹⁸⁰⁾

MURINELLO (MANUEL ANTÓNIO GARCIA)
1800-1865

Lente da Aula do Comércio e, depois, da Secção Comercial do Liceu de Lisboa.

20. AOS 5 de Julho de 1836 fez Exame das Disciplinas do Primeiro Anno Lectivo da Aula do Commercio o Praticante Manuel Teixeira Cabral de Mendonça,

Filho de Joze Teixeira Cabral, _____

natural da Villa de Favaros, Comarca de Villa Real

fendo presente o Senhor Desembargador Populoso Inspector da mesma Aula Thomás Antonio de Villa Nova Portugal, Presidente do Acto e Lente Ricardo Gomes Rozado Moravia Fries, e Agente o Lente Joze Luis da Silva: _____

Foi Approvado sem discrepancia de Voto, e estava feita immoedialmente Conferencia, a que se procedeu sobre o seu particular merecimento, a distincção de Muito Bom por Todos. _____

De que se lavrou este Termo, que assignará os referidos Lentes. Com Ricardo Gomes Rozado Moravia Fries, Cavalleiro Professo na Ordem de Christo, e Lente da dita Aula o escrivião,

(Ricardo Gomes Rozado e Moravia Fries. 2.)

A Manuel Teixeira Cabral de Mendonça, aluno da Aula, se deve o compêndio que será utilizado durante dezenas de anos

Nasceu em Lisboa em 4 de Agosto de 1800, filho de António Luis e de Ana Maria ⁽¹⁸¹⁾. Foi casado com D. Maria Leopoldina de Sousa Peres Murinello ⁽¹⁸²⁾.

Frequentou a Academia Real da Marinha ⁽¹⁸³⁾.

Foi nomeado lente substituto das cadeiras da Aula do Comércio por carta régia de 18 de Outubro de 1834 ⁽¹⁸⁴⁾ e lente do 1.º ano em 22 de Setembro de 1835 ⁽¹⁸⁵⁾.

Em 12 de Novembro de 1835 era proposto para lente de Escritaçáo Mercantil (21.ª cadeira) no projectado Instituto de Ciências Físicas e Matemáticas ⁽¹⁸⁶⁾.

Em conformidade com a legislação em vigor pediu «o aumento da terça par-

te do seu vencimento para continuar na regência da Cadeira» (181). O requerimento foi informado pelo reitor, que o considerou deferível não só por estar nas condições previstas na lei «mas também por que o seu longo, assíduo, e excelente serviço no ensino publico, do qual tantos tem aproveitado, como fazem fé os registos da Cadeira que com muito credito tem regido, e é publico e notorio, o tornam digno da Graça que supplica» (182).

Foi interinamente reitor do Liceu de Lisboa (183).

Trabalhou também no ensino particular; em 1862 leccionava «as Disciplinas da terceira Cadeira da Escola do Commercio» no Colégio de S. Bento, na Rua Direita de S. João dos Bem-Casados (184); em 1863/1864 era professor de Commercio na Escola Académica e de Matemática no Ginásio Godinho (185).

Quando foi baptizado moravam seus pais na Travessa das Isabéis, na freguesia de Santos-o-Velho. O «Almanak Estatístico de Lisboa em 1838» diz-nos que morava na Calçada do Combro, 13, e os exemplares da mesma publicação respeitantes a 1839, 1840, 1841 e 1843 dão-no-lo residente na Rua da Boavista, 4 G (também o registo do casamento o indica, em 1842, freguês de S. Paulo), o correspondente a 1848 no 3 da Calçada da Fábrica da Louça (186), os de 1851 e 1853 na Rua do Loureiro (no n.º 2 desta rua também no-lo dão como residente o «Almanaque de Portugal para o ano de 1855» e o para 1856); morou também no n.º 28 da Calçadinha do Tijolo, conforme consta do «Almanak Industrial, Commercial e Profissional de Lisboa para o ano de 1865» (187).

Em 1846 pertencia a uma comissão paroquial nomeada para tratar das obras da igreja de S. Mamede (188), também se depreendendo que nessa freguesia habitava do conteúdo de officio de 26 de Agosto do referido ano pelo qual o reitor do Liceu reclamava contra o recenseamento de professores para a Guarda Nacional (189). Em 1851 pertenceria à irmandade do Santíssimo da freguesia de Santos (190), tendo também pertencido à de Nossa Senhora da Bonança (191); na paróquia das Mercês fez parte da irmandade do Santíssimo (192).

Era proprietário e, como sócio capitalista, integrou diversas sociedades (193). Em 1851 aparece indicado numa relação, datada de 16 de Agosto, «dos Cidadãos maiores e menores contribuintes nos quatro Bairros da Capital (...) apura-

dos no dia 15 do corrente mez d'Agosto em conformidade do Decreto de 26 de Julho ultimo»; entre os 40 maiores contribuintes relacionados no Bairro Alto ocupa o 18.º lugar, com a importância de 51\$824; para vogal efectivo da comissão de recenseamento do Bairro Alto foi escolhido em 11 de Janeiro de 1855 (194).

Faleceu em 12 de Outubro de 1865 (195).

PEREIRA (ANTÓNIO JOSÉ)

? - ?

Lente substituto da Aula do Commercio de Lisboa.

Foi aluno da Aula, frequentando o 4.º curso; foi provido em praticante da Contadoria da Junta do Commercio (196).

Em consulta de 13 de Agosto de 1776 a Junta, tomando em consideração os seus «boas partes, instrução, e merecimento», sugere o seu nome para o lugar de ajudante, que se achava vago; a resolução régia é de 30 (197). Aviso da Secretaria da Junta, de 3 de Setembro, comunica-lhe essa resolução, pela qual era aprovada a sua nomeação para ajudante da Aula «no lugar que occupava Luiz José Foucaut (...) para (...) no prezente 5.º Curso prezidir ás Decurias, que de manhã, e de tarde se hão de fazer nella (...) e suprir igualmente, em caso necessario, os impedimentos do Lente da mesma Aula, ou seu Substituto; vencendo o mesmo Ordenado já arbitrado ao seu Antecessor de duzentos mil reis annuos (...)» (198).

Os almanaques para 1782, 1783, 1785 e 1786 indicam-no como ajudante; nessa qualidade, de facto, ainda em 23 de Julho de 1785 lhe é dirigido um aviso pela secretaria da Junta, mas já em 9 de Agosto se publicava um edital respeitante ao provimento de um dos lugares de substituto «que occupou Antonio José Pereira, e se acha vago» (199).

QUINTELA (JOAQUIM TIBÚRCIO)

1748-1817

Aluno numerário da Aula do Commercio de Lisboa.

Matriculou-se no 3.º curso em 15 de Junho de 1767 (data em que morava na Rua do Cabedo) e foi-lhe passada carta de aprovação em 6 de Setembro de 1770 (200).

Filho de Valério José Duarte Pereira e de D. Ana Joaquina Quintela, nasceu em Lisboa a 20 de Agosto de 1748 e na

mesma cidade morreu em 1 de Outubro de 1817.

Foi «fidalgo da casa real (alvará de 6 de Maio de 1795), do conselho da rainha D. Maria I, conselheiro da fazenda, honorário, senhor da vila de Préstimo (comarca de Aveiro), alcaide-mór de Sortelha, comendador do Forno de Palhavá, na Ordem de Santiago, cavaleiro professo na Ordem de Cristo, negociante de grosso trato na praça de Lisboa, opulentissimo capitalista e proprietário, especialmente na Estremadura, contratador dos contratos reais do tabaco, dos diamantes, do azeite de peixe e de baleia, das fábricas de lanifícios da Beira Baixa (Covilhã e Fundão), etc. (...)» (201).

Foi 1.º barão de Quintela e um dos mais poderosos argentários do seu tempo («un des hommes les plus riches et les plus fastueux du Portugal», lhe chama o anónimo autor da «Voyage en Portugal en 1796»).

Ao futuro barão chama-se aqui Joaquim Tibúrcio e não Joaquim Pedro Quintela. Era esse, de facto, o nome que usava quando frequentou a Aula do Commercio; aquele por que é mais conhecido só a partir de decreto de 8 de Novembro de 1775 (202).

ROMA (ASCENSO MORATO)

1766-1844?

Lente da Aula do Commercio de Lisboa.

Nasceu em 31 de Agosto de 1766, em Lisboa, filho de Filipe Morato Roma e Francisca Joaquina ou Francisca Joaquina Rosa (203).

Em 25 de Junho de 1789 é-lhe dado provimento como aulista para o 7.º curso da Aula (204). Em 16 de Fevereiro de 1791 fez «Exame Geral das Materias que havia tratado no Setimo Triennio» e «sahio Aprovado Nemine Discrepante; e teve pela Conferencia os votos de «Bom por Todos» (205).

Também frequentou uma Aula de Gramática Latina bem como a Real Academia de Marinha, tendo obtido aprovação na 1.ª e 2.ª Aulas desta em exames efectuados em 30 de Julho de 1785 e em 2 de Julho de 1787 (206).

Para esse fim nomeado pela Junta, fez parte do Júri de exames realizados em 20 de Agosto de 1793 e em 28 de Junho e 22 de Julho de 1794 (207).

Por despacho de 3 de Agosto de 1807 foi nomeado «para primeiro Substituto em attenção á sua notoria aptidão demonstrada nos Serviços que tinha feito á

Joaquim Quintela,
que viria a ser barão de Quintela
e grande capitalista,
frequentou o 3.º Curso da Aula

(...) Aula em várias vezes que a servira»;
e é de 12 de Dezembro de 1808 o des-
pacho da sua nomeação como «Lente
das matérias do segundo anno», por
morte de José da Silva ⁽²¹⁴⁾.

Foi jubilado por carta régia de 11 de
Junho de 1834, embora posteriormente
ainda tivesse prestado serviço na Aula
⁽²¹⁵⁾.

Desempenhou alguns outros cargos
⁽²¹⁶⁾.

Quando, em 1794, se casou com Ric-
carda Benedita da Silveira e Sousa, mo-
rava na freguesia de S. José ⁽²⁰⁹⁾; em
1796, quando do nascimento do seu fi-
lho Carlos, morava na Rua Direita de S.
Cristóvão ⁽²²¹⁾; em 1812 morava no n.º 57
da Trav. do Pombal ⁽²¹⁷⁾, em 1813, 1814
e 1815 no n.º 6 da R. de Santo António
dos Capuchos; em 1817 e, presumivel-
mente, deste ano ao de 1823 na R. do
Arco da Graça (no n.º 41, diz o almana-
que para 1817; no n.º 42 da R. do Arco
da Graça ao Hospital de S. José, diz o de
1823); em 1825, 1826 e 1833 na R. Di-
reita de S. Paulo ⁽²¹⁸⁾; de 1839 a 1844 no
1.º andar do n.º 22 da Calçada do Sacra-
mento ⁽²¹⁹⁾.

Deve ter morrido em 1844, não no pri-
meiro terço do ano, ou muito no princípio
de 1845 ⁽²²⁰⁾.

ROMA (CARLOS MORATO)

1796-1862

Aluno da Aula do Comércio de Lisboa.
Filho do lente Ascenso Morato Roma
e de Ricarda Benedita da Silveira e Sou-

Numerano

EU *João* *António* *Quintela* natural de
Lisboa de idade de 18 an-
nos; filho de *Valério José Duarte Pereira*
Curioso das Artes e morador *na Rua*
do Cabado PROMETO, e me OBRIGO á
cumprir com todas as obrigações, que estão impostas, e de-
claradas nos Estatutos da Aula do Commercio, da qual sou no-
meado Praticante por Provimento da Junta do Commercio des-
tes Reinos, e seus Dominios: E tambem me OBRIGO á não
aumentar-me da mesma Aula, sem a previa licença do Lente
della, e sem lhe haver entregado o meu referido Provimento,
pena de que não entregando o meu dito Provimento ao mesmo
Lente, logo no acto da despedida; Ou auzentando-me da so-
breditada Aula, de todo, ou por algum tempo, sem lho ter de-
vidamente participado; Se me poderá mandar tirar o dito Pro-
vimento, á minha custa pela diligencia dos Officiaes.

Lisboa 15 de Junho de 1767a

João *António* *Quintela*

sa, nasceu em Lisboa em 3 de Novembro de 1796⁽²²¹⁾. Casou em 1828 com D. Maria José Vilela⁽²²²⁾.

Fez exame do 1.º ano em 19 de Agosto de 1811 e do 2.º em 23 de Julho de 1813, em ambas as provas merecendo a todos os membros do júri a classificação de *Muito Bom*⁽²²³⁾.

Entre 1820 e 1832 tentou por diversas vezes ser nomeado 2.º substituto⁽²²⁴⁾. Numa dessas tentativas, levada a cabo em 1826 por seu pai, alegava este que Carlos Roma «se aplicara a leccionar particularmente por mais de oito annos as materias» da Aula, que se dedicava «à lição de Economia Política» e que era 2.º guarda-livros e vice-secretário do Banco de Lisboa.

Em 1820 servia havia «mais de seis annos na Contad.» do Hospital Real de S. José»⁽²²⁵⁾.

«Foi conselheiro, director da contadoria do Tribunal do Tesouro Público e deputado. Foi também sócio da Academia das Ciências. Com Almeida Garret, Paulo e Luis Midosi e Joaquim Larcher, pertenceu ao corpo redactorial de O Portuguez (...). Morreu em 6 de Julho de 1862⁽²²⁶⁾».

Morava em 1840 no 3.º andar do n.º 6 da Travessa da Conceição⁽²²⁷⁾ e em 1851 é também na freguesia da Conceição Nova que aparece indicado como elegivel nos registos camarários.

O Dicionário de Inocência⁽²²⁸⁾ indica que, além de diversos «artigos e memorias, sobre assumptos tocantes à Fazenda Publica», publicou: «Opiniões do deputado Roma sobre as finanças de Portugal», Lisboa, 1841; «Discursos sobre as contribuições directas de repartição, recitados nas sessões de 5 e 9 de Março de 1846», Lisboa, 1846; «Memoria apresentada pela Direcção da Companhia das Obras Publicas de Portugal ao ex.^{to} sr. Ministro dos Negocios do Reino», Lisboa, 1851; «O Orçamento em Portugal. Artigos publicados no jornal «Imprensa e Lei», Lisboa, 1854; «Reflexões sobre a questão financeira», Lisboa, 1856; «A questão da moeda», Lisboa, 1861.

SALAZAR (MANUEL JOSÉ SATÍRIO)
1761-?

Aluno da Aula do Comércio.

Filho de Guilherme Satírio e Ana Joaquina, nasceu em Lisboa em 3 de Março de 1761⁽²²⁹⁾.

Matriculou-se em 28 de Agosto de 1776 no 5.º curso da Aula. Interrompido

este, foi dos que tornaram a apresentar-se em Janeiro de 1780; mas, «em Mayo de 1781 se retirou para o Convento das Necessidades»⁽²³⁰⁾.

Foi calígrafo notável⁽²³¹⁾ e afamado professor do ensino particular⁽²³²⁾; nesta qualidade foi professor de Camilo que, a seu respeito, fornece a seguinte indicação: «Ainda vivia em 1835. Morava em Lisboa ao fundo da Calçada do Duque, à esquerda. Foi meu mestre de primeiras letras em 1835»⁽²³³⁾.

Quando nasceu, moravam seus pais na Rua dos Álamos; neste arruamento morava também quando se matriculou na Aula.

Publicou «Nova arte de escripta (...), «Compêndio de Caligrafia em forma de diálogo (...)» e «Nova Collecção de Traslados para se aprender a Letra Inglesa».

SALES (ALBERTO JACQUÉRI DE)
1731-1791

Lente da Aula do Comércio de Lisboa.

Nasceu em 27 de Agosto de 1731 em Champvent, na Suíça, filho de Pedro Samuel Jaquéri e de Madalena Mourgue⁽²³⁴⁾.

Em 1748 estava em Yverdon e aí lhe é passado, em 1 de Abril, passaporte para ir para Inglaterra⁽²³⁵⁾. Aí esteve «na Cidade de Hexon⁽²³⁶⁾ (...) em caza de hum parente (...) aprendendo negocio, donde tranzitou para a Cidade de Cadis, e nella assistio alguns tempos na Caza de Negocio de Roberto Mayne⁽²³⁷⁾. Ter-se-á estabelecido em Lisboa em 1755⁽²⁴⁰⁾; com certeza pode afirmar-se que já aqui estava em 1758, pois neste ano «abjurou os erros dos Calvinistas na Inquisição desta Cidade»⁽²³⁸⁾. Estava nessa altura ligado à casa de Dionísio Rocillon Dabadi⁽²³⁹⁾.

Em 25 de Novembro de 1760 foi nomeado pela Junta do Comércio «para continuar no exame das contas pertencentes ao Contrato Geral do Tabaco na repartição da Cidade do Porto, em todos os quatro triénios respectivos à Administração Geral de Feliciano Velho Oldemburg, e Companhia»⁽²⁴⁰⁾.

Por resolução régia de 16 de Janeiro de 1762 foi nomeado lente da Aula do Comércio; essa resolução (comunicada ao interessado por aviso da Secretária da Junta de 18) foi tomada sobre consulta de 14, na qual é proposto Sales, «de cuja bem provada sciencia, se deve esperar a continuação dos progressos, que tem feito a referida Escola». Este emprego

seria separado do de inspector da Contadoria (acumulados por João Henrique de Sousa), «remunerando-o com seis centos mil reis de ordenado, e Cazas, ou com sette centos mil reis, enquanto se lhe não assignar habitação para assistencia do Lente»⁽²⁴¹⁾.

Por resolução de 20 de Março de 1770 é-lhe atribuída (desde 20 de Dezembro de 1768, data da consulta em que era proposta) uma ajuda de custo de 300\$000⁽²⁴²⁾.

Por resolução de 11 de Outubro de 1784 (tomada sobre consulta de 15 de Julho) foi aposentado; na consulta faz-se referência às suas «graves molestias» e aos inconvenientes, para a Aula, de o lente não deixar «ao arbitrio dos Substitutos a sua Livre Direcção, e Governo»⁽²⁴³⁾. A resolução régia foi-lhe comunicada por aviso da Junta de 17 de Janeiro de 1785⁽²⁴⁴⁾.

Um aviso da Junta ao lente Guerner, de 30 de Julho de 1787, referindo-se à abertura das aulas (do 7.º curso) que se verificaria em 1 de Agosto, informa que a ela assistiria o lente Sales, «o qual se acha encarregado de dirigir o methodo que deve praticar-se ministrando a Postila que novamente se hade dictar, e outrosim fiscalizar o cumprimento e observancia de todos os Regulamentos que se achão estabelecidos para a direcção das Decurias e governo da mesma Aula»⁽²⁴⁵⁾. A sua influencia na Aula foi duradoura pois quando Balbi redigiu o «Essai Statistique (...)» registou que o lente do 2.º ano ensinava «l'application du calcul au commerce, et la tenue des livres de commerce à partie double, d'après les leçons de l'ancien professeur Alberto Jaqueri de Sales»⁽²⁴⁶⁾.

A postila das suas lições fazia «honra à sua memoria» (Ratton) e Cabral de Mendonça, autor de um compêndio de grande êxito, homenageou-o mantendo ao longo de sucessivas edições do seu livro uma lição transcrita da postila de Sales.

Traduziu e adaptou o «Dicionário Universal de Comércio (...)», de Savary⁽²⁴⁷⁾.

Em 29 de Março de 1770 foi-lhe feita mercê do hábito de Cristo, com 12\$000 de tença efectiva⁽²⁴⁸⁾. Recebeu o hábito em 12 de Julho⁽²⁴⁹⁾.

Desempenhou outras funções: por resoluções de 2 de Abril de 1770, tomadas em consultas de 8 de Fevereiro, foi nomeado fiscal de uma manufactura de «Camelões, Tripes, e Estofos de Lãa» e de outra de «Saetas, Serafinas e Sarjas», ambas na Covilhã, cada um desses

As decimas de Gueiros da corrente anno de mil, setecentos, noventa e haui nesta Aula de Commercio, em execucao do Despacho do Tribunal da Real Junta do Commercio, Agricultura, Fabricas, e Navegacoes dos Reinos, e seus Domínios de nome da Junta no ultimo, se procedeu ao Exame Geral dos Matriculos que havia tratado no Antigo Triennio o Pedicante Ascenso Morato Roma, sendo Presidente o Sr. Joze Honorio Guernos, e Arguentes os Sentes-Substitutos Joze Luis da Silva, e Ricardo Gomes Roxado Moruro Fois, e por fim procedendo-se aos votos com laudatorio, se achou depois de aberto que o dito Examinado sahio Approvado Nomine Discrepanti, e tres pela Conformidade os votos de Bom por todos. E para constar lavramos este Acerto, que assignamos em conformidade da Provizaõ de vinte e tres de Dezembro ultimo, que se acha registada a folhas humas e versas do Livro primeiro da Regista das Ordens recebidas do referido Tribunal. E eu Ricardo Gomes Roxado Moruro Fois, Sente-Substituto da mesma Aula o escrevi.

Joze Honorio Guernos

Joze Luis da Silva, Ricardo Gomes Roxado Moruro Fois.

cargos lhe rendendo 50\$000 anuais; por decreto de 4 de Março de 1771 foi nomeado para um dos lugares da Direcção da Fábrica das Sedas⁽²⁵⁰⁾.

Em 1758, como consta do termo da sua abjuração, morava à Boa Vista. Em 1762 e princípios de 1763 morava na R. de Santa Isabel⁽²⁵¹⁾. Neste mesmo ano, já casado, é arrolado na «Rua do Pombal p.º do Norte hindo para Sima», e na mesma rua continua a ser registada a sua presença nos rois de desobriga de Santa Isabel nos dois anos seguintes. Em 1766, 1768, 1769 e 1770 morava na R. de S. Boaventura⁽²⁵²⁾. Em 1771 na R. da Atalaia⁽²⁵³⁾. De 1775 a 1782 na R. da Rosa⁽²⁵⁴⁾. De 1783 a 1786 no Largo de S. Paulo⁽²⁵⁵⁾. De 1787 a 1791 na R. de Santa Quitéria⁽²⁵⁶⁾.

Foi casado com uma irlandesa, D. Catarina Teresa Williams de Sales, de quem enviuvou em 1768⁽²⁵⁷⁾. O rol de 1780 já o indica de novo casado, sem dele constar o nome da mulher; o de 1782 dá o nome de D. Teresa Braunl (que é, certamente, a «Dona Thereza Sales» do registo do óbito; aparece com o apelido Brum no rol de 1789).

Faleceu em 8 de Janeiro de 1791⁽²⁵⁸⁾.

SILVA (INOCÊNCIO FRANCISCO DA)
1810-1876

Aluno da Aula do Comércio de Lisboa. Nasceu e morreu em Lisboa em 28 de Setembro de 1810 e em 27 de Junho de 1876.

Frequentou a aula de figura e arquitectura civil no convento dos Caetanos, estudou Humanidades na escola pública do Bairro Alto, diplomou-se em 1830 na Aula do Comércio e curso, de 1830 a 1833, a Academia de Marinha. Foi funcionário do Governo Civil e, pelo menos até 1837, dedicou-se ao magistério particular de Matemática e Comércio.

Era partidário convicto do regime liberal. Dedicou-se ao jornalismo (sobretudo ao jornalismo político) e a estudos biográficos.

Propondo-se continuar a «Biblioteca Lusitana», de Barbosa Machado, começou a trabalhar no que veio a ser o rico e nunca dispensável «Dicionário Bibliográfico Português».

Era oficial da Ordem da Torre-e-Espada, cavaleiro da Ordem da Rosa, membro de diversas corporações nacionais e estrangeiras⁽²⁵⁹⁾.

Matos Sequeira indica-lhe residência: «O paciente bibliófilo Inocêncio Francisco da Silva, em 1869 e 1870, no n.º 91,

2.º andar», da Rua da Procição ⁽²⁶⁰⁾. Outra morada consta do dicionário «Portugal» (vol. IV, pág. 240) que indica texto de lápida colocada no n.º 26 da Rua de S. Filipe Néri: «Falleceu n'esta casa / de que era proprietário / às 8 horas da M. de 27 de Junho de 1876 (...)».

SILVA (JOSÉ LUÍS DA)
1756(?) - 1808

Lente da Aula do Comércio de Lisboa.
Filho de Luis da Silva ⁽²⁶¹⁾, nasceu em Lisboa por volta de 1756.
Foi praticante do 4.º curso, tendo sido

Calos Morato Roma tinha o curso da Aula e foi economista de mérito

AOS 19 de Agosto de 1811 fez Exame das Disciplinas do Primeiro Anno Lectivo da Aula do Commercio o Praticante *Carlos Morato Roma* _____

Filho de *Luiz da Silva e Morato Roma, actual Lente da mesma Aula encarregado do Curso de Segundo Anno* _____
natural desta Cidade de Lisboa, _____

sendo presente, e Presidente do *Senado Lente Ricardo Gomes Rozado Moreira Faria, que tambem argue, como igualmente o Primeiro Substituto Zacarias Joze da Silva Franco* _____

Foi *Approvado sem discrepancia de Voto, e obteve polia immediata Conferencia, a que se procedeu sobre a sua particular mercenaria, a distincão de Muito Bem por Todos.*

De que se lavrou este Termo, que assignarão os referidos Lentes, que assistiram ao Exame. Eu *Ricardo Gomes Rozado Moreira Faria, Cavallero Professor na Ordem de Christo, e Lente da mesma e Aula o escrevi* . . .

Ricardo Gomes Rozado Moreira Faria. P.

Zacarias Joze da Silva Franco.

provido em 10 de Janeiro de 1771; foi-lhe passada carta de aprovação em 10 de Outubro de 1774 ⁽²⁶²⁾.

Em 26 de Agosto de 1776 foi provido em praticante da Contadoria da Junta do Comércio, tendo provimento como praticante do número em 31 de Março de 1783; em 2 de Abril de 1789 era oficial da mesma, vencendo 280\$000 ⁽²⁶³⁾.

Foi nomeado primeiro lente substituto em 4 de Janeiro de 1790 e passou a lente effectivo em 1 de Julho de 1793 ⁽²⁶⁴⁾.

Nos primeiros tempos em que serviu na Aula venceu 200\$000, passando depois a receber 400\$000 e 100\$000 de ajuda de custo, conforme indica a viúva, D. Catarina Doroteia Saraiva da Silva ⁽²⁶⁵⁾.

De uma informação transcrita em consulta de 17 de Agosto de 1809 consta que Silva fora «hum habil Lente, e ao mesmo tempo official de Contadoria, cujos empregos serviu muito bem» ⁽²⁶⁶⁾.

O almanaque para 1790 indica-o como guarda-livros supranumerário da Contadoria da Junta e morando «à Ribeira Velha»; «na Ribeira Velha, ao pé da Igreja da Conceição», especificam os almanaques para 1791 e 1792. Os de 1793 a 1807 na R. Augusta. Os livros de cobrança da décima entre 1793 e 1796 ⁽²⁶⁶⁾ esclarecem que era o 8.º prédio, com o n.º 20, pertencente aos herdeiros de José da Costa Araújo, paganda Silva 57\$600 pelo 3.º andar. O prédio era na «terceira Divisão do lado Occidental» ⁽²⁶⁷⁾; dos rois de desobriga de 1805 a 1807 consta indicação de que tinha o n.º 26 de policia e estão arroladas, com Silva e D. Catarina Doroteia, três filhas; não constam do rol de 1808.

Por decreto de 4 de Abril de 1795 foi-lhe concedido o hábito de Santiago ⁽²⁶⁸⁾.

Faleceu em 2 de Dezembro de 1808 ⁽²⁶⁹⁾.

SOUSA (JOÃO HENRIQUE DE)
1720-1788

Foi o primeiro Lente da Aula do Comércio de Lisboa.

Filho de Simão Rodrigues de Sousa e de Maria Joaquina dos Prazeres ⁽²⁷⁰⁾, nasceu em Setúbal em 14 de Novembro de 1720 ⁽²⁷¹⁾.

Foi educado em casa de um mestre francês, Miguel Lebouteux; familiarizou-se com o mundo dos negócios trabalhando em casa de mercadores italianos estabelecidos em Lisboa; foi guarda-livros da Companhia de Macau; com 23

ou 24 anos, cerca de 1743 ou 1744, foi para Buenos Aires, onde casou (272), onde lhe nasceram os ou alguns dos filhos (273). Talvez tenha daí ido para o Rio de Janeiro, o que poderá justificar a naturalidade «carioca» que sempre lhe é atribuída, e daí terá vindo, em 1755, para Lisboa (274).

Na forma do decreto de 1 de Fevereiro de 1758, foi nomeado lente da Aula do Comércio, o que lhe foi participado por aviso da Secretaria da Junta do Comércio de 1 de Julho de 1758 (275).

Só mais de um ano depois entrou no exercício dessas funções, dado que o primeiro curso da Aula se iniciou em 1 de Setembro de 1759. Antes de terminado o curso, foi substituído por Alberto Jacqueri de Sales, em virtude de ter sido nomeado escrivão do Erário Régio, do qual mais tarde foi tesoureiro-mor (276). Em 1787, suspeito de negligência, foi demitido do Erário (277).

Foi-lhe feita mercê de bens em Setúbal e, a título do hábito de Cristo, de uma tença anual de 12\$000 (278).

Publicou um «Discurso político sobre o juro do dinheiro» (279) e deixou manuscritas umas «Lembranças officiozas a respeito do pagamento das Dividas Reaes; e da reforma da Administração da Real Fazenda» (280). Elaborou também uma «Arte de escritura dobrada para instrução de José Feliz Venancio Coutinho» (281); «sendo Lente da Aula do Commercio fez huma Taboada de redução das moedas das 36 Praças cambistas a dinheiro Portuguez (...)» (282). Às suas lições na Aula refere-se encomiasticamente um panegirista anónimo (283); podem ser consultadas em manuscrito sob o título de «Pratica do Commercio ou Lições da Aula do Commercio (...)» (284).

Morou, em criança, em Setúbal, na freguesia de Santa Maria da Graça, «ao Postigo dos Engeitados» (285); já em Lisboa, e ainda na infância, morou «defronte da Magd.^a na rua dos Ourives da Prata». Anos depois do seu regresso a Lisboa, em 1765, sabemos que morava na Rua Formosa (286); aí terá continuado até 1770 (288). De 1771 a 1774 morou na «Rua que vem do Corpo Santo athe a Boavista, lado dir.^{to}», no 3.º andar de um prédio de Martinho António de Castro (sempre o último referenciado neste lado Norte do arruamento) esquinando para a R. das Gaivotas (287). A partir de 1775 será de novo, e até morrer, paroquiano das Mercês (288).

Além dos cargos que desempenhou,

foi negociante de grosso trato. Os róis das Mercês dão-nos da sua casa uma imagem tipicamente setecentista e denunciadora de apreciável capacidade económica; são arrolados, além dos filhos que com ele viviam, dependentes em número que oscila entre 8 e 17.

A respeito da sua importância como negociante pode esclarecer-nos um «Registro dos Nomes dos Negociantes da Praça desta Cidade matriculados, e Collectados nesta Junta do Comércio destes Reinos, e seus Domínios. Para pagamento da Décima, ou Derrama, pelo que Pertence tão sómente ao seu Negocio em grção», respeitante aos anos de 1773 e 1774 (289). Dos 422 negociantes relacionados unicamente 21 estavam collectados em importância superior à de Sousa e 6 pagavam contribuição idêntica, 200\$000. E entre os 394 obrigados a pagamentos menores figuravam Jácome Raton e Joaquim Tibúrcio Quintela (este, aliás, ainda jovem e não tendo herdado dos providenciais tios maternos).

Foi casado com D. Micaela Jerónima Gayozo e Aldunate, de quem era viúvo quando morreu, em 29 de Fevereiro de 1788 (290L7).

TORRES (JOAQUIM JOSÉ MONTEIRO) 1761-1835

Aluno da Aula do Comércio de Lisboa.

Filho de José Monteiro Torres e de D. Luísa Maria do Espírito Santo Lage, nasceu em Lisboa em 20 de Abril de 1761.

Matriculou-se em 27 de Agosto de 1776, tendo-lhe sido dado provimento para aulista do 5.º curso em 5 de Setembro.

Foi casado, sucessivamente, com D. Ana Luísa Pereira de Sousa Leite, D. Ana Vitória Gomes de Abreu e Oliveira e D. Francisca Xavier de Lima.

Oficial da Armada; foi promovido a almirante em 24 de Junho de 1820. Foi major-general da esquadra em que a família real se deslocou para o Brasil em 1807.

Por carta régia de 13 de Maio de 1812 foi-lhe concedido o grau de Grã-Cruz da Torre e Espada e por decreto de 6 de Fevereiro de 1818 o de comendador de Cristo.

De 1821 a 1826 foi, por três vezes, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

«Affecto ao partido de 30 de Abril» o considerava em 1826 a Polícia Secreta. Essa adesão ao espírito da Abriada justifica que o encontremos constando de

uma relação de «Officiaes em diferentes commissões, e que para ellas foraõ escolhidos, por sua adhesão á cauza da uzurpação» e numa outra de «Officiaes que assignaraõ o abominavel Assento dos chamados Tres Estados, de 11 de Julho de 1828».

Faleceu em 1 de Julho de 1835 ⁽²⁹¹⁾.

Em 1780 morava na Rua do Ouro, em 1823 na Calçada do Combro e em 1831 no n.º 83 da Rua de Santa Marta ⁽²⁹²⁾.

NOTAS

⁽¹⁸⁵⁾ Todos estes dados foram colhidos no livro de Artur Magalhães Basto, «Memória Histórica da Academia Politécnica do Porto». Maia foi também deputado na legislatura iniciada em 1826, conforme pode confirmar-se consultando as «Actas das Sessões da Camara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa na Sessão Ordinária de 1827», Lisboa, 1827.

⁽¹⁸⁶⁾ Conforme consta de uma «Relação dos Lentes que ensino na Real Academia (...)», que está datada de 14/1/1829 e é uma informação de carácter político. Está no maço 274 do Núcleo proveniente do Ministério da Administração Interna (A.N.T.T.).

⁽¹⁸⁷⁾ A. F. 197 V do Livro 1 de Baptizados da Freguesia dos Mártires encontra-se registo reformado, datado de 19/12/1761, do seu baptizado, efectuado em 29/6/1740; o nascimento ter-se-á, muito provavelmente, verificado poucos dias antes. Embora com menor aproximação, apura-se também por um «Rol dos Praticantes actuaes da Aula do Commercio», datado de 1/8/1764 (ANTT, Ministério do Reino, maço 610), que nessa data tinha 24 anos.

⁽¹⁸⁸⁾ Conforme consta do registo do seu casamento (efectuado em 15/5/1768), a F. 257 V do Livro 14 de Casamentos da Freguesia de Santa Catarina.

⁽¹⁸⁹⁾ Era decurião. Cfr. o «Rol dos Praticantes actuaes da Aula do Commercio».

⁽¹⁹⁰⁾ ANTT, Cart. da Junta do Com. , L.º 111, F. 111 V.

⁽¹⁹¹⁾ Tomadas sobre consultas de 4/2/1771 e 20/12/1773 (ANTT, Cart. da Junta do Com., L.º 113, F. 73 e L.º 115, F. 107 V).

⁽¹⁹²⁾ V. nota 168.

⁽¹⁹³⁾ Cfr. registo do seu casamento e o baptizado do seu filho Alberto (ANTT, L.º 15 de Baptizados da Freguesia de Santa Catarina, F. 5).

⁽¹⁹⁴⁾ Encontramo-lo em diversos documentos respeitantes à freguesia de S. Julião. Nos livros da Décima, de 1772 a 1781, pelos quais verificamos que morava no 2.º andar (pelo qual pagou 67\$200 até 1774 e 64\$000 a partir do ano seguinte) de um prédio de Manuel Alves Fetal situado no lado direito, subindo, da R. Áurea; indicado como docente da Aula até 1780, é indicado no livro de 1781 como não tendo ocupação. Nos rois de desobriga de 1772 e 1773 e 1779 a 1781 (não existem os dos anos intermédios) verifica-se que coabitava com seus pais e entre 2 a 4 criados e criadas. Nos livros 3 (F. 182 V) e 4 (F. 6, 32, 64 e 109) respectivos se encontram os baptizados de filhos seus em 1773, 1774, 1776, 1778 e 1780 (do primeiro referido foi padrinho o marquês de Pombal, representado por Joaquim Inácio da

Cruz, e o terceiro foi apadrinhado por outro dos poderosos Cruzes, Anselmo José).

⁽¹⁷⁵⁾ A.N.T.T., L.º 1 de óbitos da Freguesia de S. Julião (Lisboa), F. 96 V. Esta data parece mais provável que a de 31/5 indicada em requerimento da viúva (Cfr. ANTT, Cart. da Junta do Com., L.º 121, F. 183 V).

⁽¹⁷⁶⁾ Arq. da Sec. da Esc. Sec. de Passos Manuel, L.º 1.º de exames do 1.º ano, F. 117, e L.º 1.º de exames do 2.º ano, F. 95 V.

⁽¹⁷⁷⁾ Inocência, «Dicionário Bibliográfico Português», T. VI, pág. 118 e T. XVI, pág. 341.

⁽¹⁷⁸⁾ A.N.T.T., Desembargo do Paço (Corte e Estremadura), maço 1734, n.º 89.

⁽¹⁷⁹⁾ A.N.T.T., Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, L.º 9 de Baptismos, F. 183.

⁽¹⁸⁰⁾ A.N.T.T., Chancelaria de D. João VI, L.º 28, F. 56.

⁽¹⁸¹⁾ A.N.T.T., Freguesia de Santos-o-Velho, L.º 31 de Baptizados, F. 238 V. No registo do casamento, abaixo indicado, seus pais são indicados como António Luís Garcia e D. Ana Maria Murinella.

⁽¹⁸²⁾ O registo do casamento, efectuado em 24/2/1842, encontra-se a F. 186 do L.º 12 de Casamentos da Freguesia do Sacramento (A.N.T.T.).

⁽¹⁸³⁾ A sua frequência comprova-se por uma «Relação Nominal dos Discipulos do 1.º, 2.º e 3.º. Anno que frequentarão as Aulas desta Academia Real de Marinha no Anno Lectivo de 1819 para 1820» (Arq. Hist. Ultr., Avisulos do Reino, maço 196), datada de 31/7/1820, na qual Murinello é indicado como aluno do 1.º ano.

⁽¹⁸⁴⁾ Arq. da Sec. da Esc. Sec. de Passos Manuel, Livro de registos da Directoria-Geral dos Estudos, F. 29 V.

⁽¹⁸⁵⁾ Cfr. o «Almanaque de Portugal para o anno de 1855».

⁽¹⁸⁶⁾ Arq. da Sec. da Esc. Sec. de Passos Manuel, L.º de actas do Conselho Superior de Instrução Pública, F. 33.

⁽¹⁸⁷⁾ Arq. da Sec. da Esc. Sec. de Passos Manuel, L.º 2.º das «Actas das Sessões do Conselho» do Liceu de Lisboa, F. 35 V.

Monteiro Torres,
alustio do 5.º Curso,
viria a ser militar e politico destacado

Do matriculo de juramento da escola de
nos a apresentamos
se em 17 de Janeiro
de 1780
Salv
Tryp a Aula de
Nautica.
Salv

EU *Joaquim Inacio Monteiro Torres* natural de *Lisboa* de idade de *13* annos; filho de *José e Antonia Torres* *Barbosa* *da Moura de Beira em meu* e morador na *Rua da Magdalena* PROMETO, e me OBRIGO a cumprir com todas as obrigações, que estão impostas, e declaradas nos Estatutos da Aula do Commercio, da qual sou nomeado Praticante por Provimento da Junta do Commercio destes Reinos, e seus Dominios: E tambem me OBRIGO a não ausentar-me da mesma Aula, sem a previa licença do Lente della, e sem lhe haver entregado o meu referido Provimento, pena de que não entregando o meu dito Provimento ao mesmo Lente, logo no acto da despedida; Ou ausentando-me da fobredita Aula; de todo, ou por algum tempo, sem lho ter devidamente participado; Se me poderã mandar tirar o dito Provimento, á minha custa, pela diligencia dos Officiaes.

Lisboa *27 de Junho de 1780.*

Joaquim Inacio Monteiro Torres

(188) Arq. da Sec. da Esc. Sec. de Passos Manuel, L.º de correspondência oficial expedida, ofício de 25/11/1859 registado a F. 19.

(189) Passou a reitor em 24/9/1862; Mariano Ghira foi nomeado para esse cargo em 27/10, tendo tomado posse em 7/11 (Arq. da Sec. da Esc. Sec. de Passos Manuel, L.º 2.º de correspondência expedida, FF. 185 e 198).

(190) Arq. da Sec. da Esc. Sec. de Passos Manuel, L.º 2.º de correspondência expedida, FF. 153 V e 168 V.

(191) Cfr. Mariano Ghira, «Relatório sobre a visita de inspeção extraordinária às escolas do distrito de Lisboa (...)».

Além do ensino particular em estabelecimento, também dava explicações «em sua casa, mas sem faltar à regularidade da sua Aula» e sem ser aos próprios alunos (ofício de 18/5/1851 a F. 77 V do L.º 1.º de correspondência expedida — Arq. da Sec. da Esc. Sec. de Passos Manuel).

(192) Já aí morava em 15/9/1845, quando do baptizado de uma sua filha (A.N.T.T., Freguesia de S. Mamede, L.º 7 de Baptismos, F. 15 V). Aí o dáo como residente diversas escrituras de 1846 e 1847 (A.N.T.T., Cart. Not. n.º 4, L.º 193, F. 4 V e L.º 195, FF. 11 V, 35 e 48 V).

(193) Esta morada (com variantes quanto ao modo de designar o arruamento — Calçada ou Calçadinha — e quanto ao n.º de polícia — 2 e, posteriormente, 28) é indicada em relação aos anos de 1853 (A.N.T.T., Feitos Findos, Tribunal do Comércio, maço 6, n.º 2393, e A.N.T.T., Cart. Not. n.º 4, L.º 207, F. 50), aos de 1851, 1852, 1854 a 1857 e 1859 a 1862 (rois de desobriga da paróquia das Mercês) e aos de 1859 a 1865 (Cartório da Igreja das Mercês, «Livro de Annuas da Irmandade do S. Sacramento (...)»). Esta residência e a da Rua do Loureiro (que é a indicada quando da morte) devem ser uma e a mesma.

(194) Cfr. Júlio de Castilho, «Lisboa Antiga — O Bairro Alto», vol. V, pág. 92.

(195) Arq. da Sec. da Esc. Sec. de Passos Manuel, L.º 1 de correspondência expedida, F. 13. Foi, de facto, paroquiano de S. Mamede como residente na Calçada da Fábrica da Louça e, também, por ter morado na Rua de Entre Muros; este último local de residência consta de escrituras celebradas em 1849 e 1850 (A.N.T.T., Cart. Not. n.º 4, L.º 199, FF. 29, 55 V, 57, 59, L.º 200, FF. 10 V, 15, L.º 201, F. 22 V).

(196) Isso se depreende da acta da sessão de 6/4/1851 do Conselho do Liceu (Arq. da Sec. da Esc. Sec. de Passos Manuel, L.º 1.º das Actas das Sessões do Conselho, F. 93).

(197) Foi admitido em 25/7/1855 (cfr. L.º de assentos dos irmãos no cartório paroquial de Santos-o-Velho).

(198) Cfr. «Livro de Annuas da Irmandade do S. Sacramento (...)», F. 87 (anos de 1858 a 1865). Foi 1.º escrívão (cfr. L.º de termos de posse entre 1861 e 1864).

(199) A.N.T.T., Cart. Not. n.º 4, L.º 199, FF. 29, 55 V, 57, 59, L.º 200, FF. 10 V, 15.

(200) Ambos os documentos são consultáveis no Arq. Hist. da C.M.L.

(201) De ter sido Murinello sepultado em 13/10 no jazigo n.º 306 do Cemitério do Alto de S. João há menção no n.º de 18/10 de «A Revolução de Setembro». Do L.º n.º 14 de Registo Geral de Enterramentos, a F. 95 (Arquivo do Cemitério do Alto de S. João), consta, entre outras, a indicação de que o óbito ocorrera no dia 12.

(202) A.N.T.T., Cart. da Junta do Com., L.º 328, FF. 6 V, 18 V e 31 V (respectivamente, o provimento para aulista, carta de aprovação passada em 10/10/1774 e provimento para praticante da Contadoria de 7/11/1774).

(203) ANTT, Cart. da Junta do Com., L.º 117, F. 189 V.

(204) ANTT, Cart. da Junta do Com., L.º 117, F. 204 V.

(205) ANTT, Cart. da Junta do Com., L.º 123, F. 85 V e 16 V, respectivamente; uma consulta de 11/10 (F. 113 V) dá ainda como vago o seu lugar, que designa como «de segundo Substituto».

(206) Arq. da Sec. da Esc. Sec. de Passos Manuel, L.º de matrículas do 3.º curso, F. 4; A.N.T.T., Cart. da Junta do Com., L.º 328, F. 3.

(207) Dados textualmente copiados da «Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira» e por esta substancialmente trasladados do dicionário «Portugal», de Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues.

(208) O decreto começa por referir a morte do tio do futuro barão: «Havendo falecido proxima e inesperadamente Ignacio Pedro Quintella (hum dos principaes commerciantes da Praça da Cidade de Lisboa) no meyo do actual gyro do seu grande Commercio, com avultados Cabaedas espalhados em diversas Praças da Europa, da America, Azia, e Africa; diversos contratos da Minha Real Fazenda; grandes Associações; e muitas contas em aberto com os Commerciantes das referidas Praças (...)». Tomando em consideração que o irmão do defunto, Luís Rebelo Quintella, em virtude dos seus cargos, não podia tomar conta dos negócios, e satisfazendo requerimento do mesmo, o rei decide: «Sou servido subrogar e, substituir seu Sobrinho Joaquim Tibúrcio Quintella, tomando o Sobrenome do Fallecido, para a continuação, e expediente daquella Caza; legitimando; qualificando; e habilitando para que desde a data deste succeda em todo o gyro, e expediente do negocio daquella Caza (...)». Aviso de 9/11/1775, comunicando ao interessado o conteúdo do decreto, já é endereçado a Joaquim Pedro Quintella, V. F. 44 a 45 do L.º 117 do Cartório da Junta do Comércio. Baptismo, com o nome de Joaquim Tibúrcio, em 20/8/1748, consta de assento reformado a F. 24 V do L.º 1 de Baptismos da Freguesia dos Mártires.

(209) Cfr. registos do seu baptismo (A.N.T.T., L.º 13 de Baptismos da Freguesia de Santo Estêvão, F. 59 V) e do seu casamento (A.N.T.T., L.º 2 de Casamentos da Freguesia de S. Nicolau, F. 100).

(210) ANTT, Cart. da Junta do Com., L.º 328, F. 44 V. A inscrição é bastante tardia, dado que o curso começou em 1/8/1787.

(211) Livro de «Assentos dos Exames Geraes dos Praticantes do Septimo Curso», F. 22 V.

(212) Os respectivos certificados estão apenas a requerimento arquivado no maço 1000 do Ministério do Reino (A.N.T.T.).

(213) Livro de «Assentos dos Exames (...)», F. 38 V e 39 V a 40 V.

(214) Ambos os despachos referidos em consulta de 19/10/1820 (ANTT, Cart. da Junta do Com., L.º 148, F. 16 V). O vencimento era, em 1825, de 400\$000, acrescidos de 250\$000 de ajudas de custo, conforme consta de mapa anexo a consulta de 5/9/1825, arquivada no maço 60 do Cartório da Junta do Comércio (Torre do Tombo).

(215) A data consta de ofício do reitor do Liceu, registado a F. 57 V do «Livro 1.º de correspondência (1845/59)» existente no Arquivo da Se-

cretaria da Escola Secundária de Passos Manuel. Deste oficial consta data da sua nomeação, diferente e menos provável que a apontada acima; constam também outras indicações que se transcrevem: «Ao Off.º que (...) me foi expedido (...) p.º eu informar o que se me oferecer acerca dos serv.ºs prestados na Aula do Commercio pelo Lente que foi da m.ªm.ª Ascenso Morato Roma tenho muito pouco q̄ responder por isso que serviu elle muito pouco tempo debaixo da m.ª Inspeção daquella Aula (...) e existem na Secret.ª do Lyceu N.º de Lisboa apenas muito poucos e desconexos Docum.ºs relativos à m.ªm.ª Aula (...) Posso informar sôm.º que (...) exerceu o emprego de Lente da Aula do Commercio de Lisboa vinte e cinco annos e meio, que tantos decorrerão desde a data da Provisão da Junta do Commercio, por que foi nomeado em 14 de Junho de 1808 até a data da Carta Regia da sua jubilação em 11 de Junho de 1834, e desta m.ªm.ª Carta consta por informação da sobre.ª Junta, que elle regera a sua Cadeira com louvável zelo cumprindo os seus deveres com interesse e aproveitam.º dos seus Discipulos». Continuou Ascenso Roma «a exercer provisoriom.º as funções de Lente da Aula até à nomeação do novo Lente Proprietario e do substituto da m.ªm.ª Aula; continuou pois o seu serviço durante todo o mez de Julho de 1834 nos Exames dos Estudantes desse anno lectivo, e em Outubro seg.º suprio por ordem do Governo (...) a falta de Lente impedido nos Exames que tiveram lugar p.º o provimento da substituição da Aula, e foi este o ultimo acto por elle praticado como Lente daquelle Estabelecim.º Litterario e devo acrescentar que neste pouco tempo, em que por Commissão exerceu as funções do Magisterio as desempenhou com grande merito e m.º louvavel dignid.º».

(218) Por portaria de 20/8/1791 foi nomeado praticante supranumerário da Contadoria-Geral das Provincias, com o ordenado de 48\$000; por portaria de 11/10/1793 passou a praticante do número, com o vencimento anual de 100\$000; foi em 1798 provido em official papelista do Conselho da Fazenda (constam estes provimentos da F. 58 do Livro de assentamento dos officiais da Contadoria-Geral das Provincias, existente no Arquivo do Tribunal de Contas). Em 1813 continuava official do Conselho da Fazenda, na Reparação da Índia, Ilhas, Ordens, e dependências de Mazagão, vencendo 200\$000 (ANTT, Conselho da Fazenda, L.º 24, F. 5); em 1824, como official do Assentamento da Reparação do Reino, vinha 500\$000 (ANTT, Conselho da Fazenda, L.º 44, F. 34 V). De 1839 a 1843, pelo menos, foi empregado da Alfândega do Tabaco, conforme consta dos rois de desbriça da freguesia do Sacramento (o de 1844 indica-o como contador da Alfândega).

(217) Actual Rua da Imprensa Nacional.

(219) Indicações constantes dos almanacos dos annos respectivos e de duas relações, datada uma de 23/11/1813 e outra de 1815 e incluídas no maço 60 do Cart. da Junta do Com. (A.N.T.T.); quanto a 1833, a sua residência «na Rua direita de S. Paulo n.º 51» é comprovada por escritura de aforamento celebrada em 18 de Maio e registada a F. 58 V do L.º 147 do Cartório Notarial 5A (A.N.T.T.).

(218) Róis de desbriça.

(220) Uma vez que é dado como desobrigado no rol de 1844 e já não consta do de 1845. Todavia, pode acontecer que se tenha mudado, embora os seus familiares continuem na mesma morada. De qualquer modo, não terá morrido no Sacramento, pois não consta registro do seu óbito

no livro competente, que se acha arquivado na 6.ª Conservatória do Registo Civil.

(221) Dizem a «Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira» e a «Encyclopédia Portuguesa Illustrada» que Carlos Roma nasceu em 1797. Na realidade o nascimento ocorreu na data acima indicada, conforme se comprova pelo registro de baptismo, administrado em 27/11/ (A.N.T.T., L.º 5 de Baptismos da Freguesia de S. Cristóvão).

(222) A.N.T.T., L.º 23 de Casamentos da Freguesia de Santa Catarina, F. 98.

(223) Arq. da Sec. da Esc. Sec. de Passos Manuel, F. 61 e F. 140 dos livros respectivos.

(224) A.N.T.T., Cart. da Junta do Com., F. 69 do L.º 146, F. 16 V do L.º 148, F. 91 V do L.º 149, F. 159 V do L.º 150, F. 4 V do L.º 160, F. 51 V do L.º 168.

(225) A.N.T.T., Cart. da Junta do Com., L.º 148, F. 16 V.

(226) Dados fornecidos pela Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira.

(227) Conforme consta do registro do baptismo (administrado em 21/3) de uma sua filha (A.N.T.T., Freguesia da Conceição Nova, L.º 10 de Baptismos, F. 202).

(228) Vol. II, pág. 35; Vol. IX, pág. 42.

(229) A.N.T.T., Freguesia de Santa Justa, L.º 7 de Baptismos, F. 33 V.

(230) Arq. da Sec. da Esc. Sec. de Passos Manuel, L.º de matrículas do 5.º curso, F. 39 V.

(231) Cfr. Henrique de Campos Ferreira Lima, «Subsídios para um dicionário bio-bibliográfico dos calígrafos portugueses», Lisboa, 1923.

(232) Ferreira Lima indica colégios que possuíam em 1805 na Calçada do Combro, 42; em período não perfeitamente determinado na Travessa de S. Nicolau, 5; O primeiro deve ser a «Caza d'educação (...) na Calçada do Combro, defronte dos Paulistas N.º 43» referenciada no parecer sobre o respectivo «Plano» (A.N.T.T., Real Mesa Censória, Luís José de Carvalho, 24/1/1805). O censor, embora critique os desmandos do «estrondo plano» de Salazar, designa este como «Sapientíssimo Director». Em relação ao segundo colégio foi-me possível situá-lo cronologicamente, por lhe ter localizado o plano, o anúncio da sua criação e o requerimento para impressão do mesmo. Dizia o anúncio que «Manoel Joze Satyrio Salazar Aulista q̄ foi do 5.º Curso da Real Aula do Commercio, e Professor Calygrafico nesta Corte ha mais de 30 annos, vae estabelecer nas Cazes da sua Residencia na Travessa de S. Nicolau N.º 5, entre a Rua Augusta e a do Oiro, indo para o Chiado (...) Hum Collegio com commodos para 12 Pensionistas»; o estabelecimento seria «Proprio para os mininos que se destinarem ao Commercio» (A.N.T.T., R.M.C., Manuel José Satyrio Salazar, 24/9/1814).

(233) Anotação de Camilo no exemplar do Dicionário de Inocência existente no Gabinete Português de Leitura, no Rio de Janeiro.

(234) Conforme consta do processo da sua habilitação à Ordem de Cristo (A.N.T.T., Habilitações da Ordem de Cristo, Letra A, Maço 27, N.º 13).

(235) Traduções do passaporte e do «acto» pelo qual as autoridades de Yverdon atestam que Sales era «de húa antiga e boa familia desta Cidade» estão no processo de habilitação à Ordem de Cristo.

(236) Hexham.

(237) Testemunho do suíço Fortunato Frizon, nas provanças.

(238) No registro do seu primeiro casamento diz-se que em Abril; mas no termo da sua abjuração do Calvinismo consta indicação diferente:

«Aos dez dias do mez de Junho de mil sete centos e cincoenta e oito annos em Lisboa nas Cazes e morada do Senhor Inquisidor Luis Barata de Lima, estando aly o dito Senhor mandou vir perante sy a hum Estrangeiro, que pelo Padre Fr. Jorge Jones religiozo da ordem dos Pregadores, tinha mandado representar na Meza, que se queria reduzir à nossa Santa Fé Catholica, porem que pedia lhe admittissem o fazer particularmente a detestação dos seus erros, para o não privarem dos interesses do seu negocio, e sendo prezente disse chamarse Alberto Zacharias de Salles homem de negocio solteiro (...) assistente nesta Cidade a boa Vista de vinte, e oito annos» (ANTT, Inquirição de Lisboa, Caderno n.º 35 de Reduzidos, F. 192 e 193). A ser exacta a data de nascimento constante do processo de habilitação à Ordem de Cristo, à data da sua redução não teria ainda completado 27 annos.

(239) O suíço João Perret, nas provanças, declara ignorar se Sales estaria nesta casa «como hospede, ou socio, ou guarda-livro».

(240) A.N.T.T., Cart. da Junta do Com., L.º 107, F. 307. Já em 3/9/1760 estava «occupado na Junta do Commercio», conforme consta de procuração que nessa data passou (A.N.T.T., Cart. Not. C1, maço 116, L.º de Junho/Out.º de 1760, F. 72 V); o texto desse mesmo documento, que indica a data da sua saída de Cádiz (1/8/1755), permite supor que logo nesse anno tivesse vindo para Lisboa.

(241) ANTT, Cart. da Junta do Com., L.º 108, F. 135 V e 136.

(242) ANTT, Cart. da Junta do Com., L.º 112, F. 44.

(243) ANTT, Cart. da Junta do Com., L.º 122, F. 93.

(244) ANTT, Cart. da Junta do Com., L.º 123, F. 10.

(245) ANTT, Cart. da Junta do Com., L.º 125, F. 4 V.

(246) Adrien Balbi, «Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve (...)», Paris, 1822, Tomo II, pág. 57.

(247) Cfr. n.º 22 a 24 do cap. «Dos Programas aos Exames».

(248) ANTT, Mercês de D. José I, L.º 23, F. 470.

(249) ANTT, Habilitações da Ordem de Cristo, Letra A, Maço 27, N.º 13. Os alvarás de cavaleiro e de profissão, ambos de 13/7, estão registados de F. 200 a 201 V do L.º 293 da Chancelaria da Ordem de Cristo e o padrão de juros, também passado em 13, foi registado em 30 (F. 360 V).

(250) ANTT, Cart. da Junta do Com., L.º 112, F. 221 V e L.º 113, F. 90 V.

(251) Arquivo do Tribunal de Contas, Livros da Décima. O livro de Arrouamentos de 1762 indica-o na propriedade 48 pela qual (2 lojas, 1.º andar e água-furtada) pagava 144\$000. O livro de Maieiros de 1763 indica que pagava 60\$000 de maieiro anual e localiza-lhe a morada na «Rua de Santa Izabel lado direito principiando da Rua do Sol».

(252) Indicação constante, no que respeita a 1766, dos livros da Décima, a 1768 do rol de desbriça (freguesias das Mercês) e do registro do óbito da mulher, a 1769 e 1770 da décima e do rol e, em relação ao segundo destes annos, também do processo de habilitação à Ordem de Cristo. Era, no «lado esquerdo p.º» sintra contra o Norte», o 3.º prédio, «Cazes dos Erdeyros de M.º de S. Pavo e Pina de duas loges, e dois sobrados»; Sales occupava a 2.ª loja e o 2.º sobrado, pagando 91\$200.

(253) Conforme consta do registro de baptismo

de um filho de Inácio da Silva e Matos, apadrinhado por Sales (A.N.T.T., Freguesia de Santa Catarina, L.º 15 de Baptismos, F. 5).

(254) O livro de Arruamentos de 1775 da Freguesia das Mercês indica-o nas «Casas de Caetano Botelho de loja e sobrados em dois andares tudo em cento e quarenta e quatro mil reais»; era, do lado esquerdo da rua, subindo, o prédio antes de um pertencente ao infante D. Pedro e o 12.º a partir do do cunhal das bolas; em 1776 também aí o refere a décima e de 1777 e 1782 o referem os róis de desobriga.

(255) Indicação constante dos almanaques para esses anos.

(256) Do lado esquerdo, descendo. O que consta dos róis de desobriga da freguesia de Santa Isabel respeitantes aos anos de 1787 a 1790 e do registo do seu óbito. Vem também arrolado um filho, Jorge Alberto, e no de 1791 uma filha, D. Maria Joana.

(257) Registo de casamento, celebrado em 7/3/1763, a F. 246 do L.º 3 de Casamentos da Freguesia de Santa Isabel, registo do óbito de D. Catarina a F. 13 do L.º 2 de Óbitos da Freguesia das Mercês.

(258) A.N.T.T., Freguesia de Santa Isabel, L.º 7 de Óbitos, F. 19.

(259) Todos os antecedentes dados respeitantes a Inocêncio foram colhidos nos artigos do «Dicionário de História de Portugal» e da «Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira». Exceptua-se a referência à sua actividade docente, colhida a pag. 66 do vol. X do «Dicionário Bibliográfico» e devido a Brito Aranha seu continuador nesta publicação (da nota de Brito Aranha consta também que Inocêncio era solteiro, foi baptizado nas Mercês-batismo de que, até 15/12/1812, não encontrei registo — e faleceu na R. de S. Filipe Neri, 26, 3.º).

(260) «Depois do Terramoto», vol. I, pág. 392.

(261) A.N.T.T., Ministério do Reino, Decretamentos de Serviços, maço 139, n.º 52 e 124 (documentos de 1791 de que consta nome do pai, naturalidade, residência e a idade de 35 anos). O nome do pai também consta do requerimento em que pedia provimento como praticante da Junta (A.N.T.T., Cart. da Junta do Com., maço 56).

(262) ANTT, Cart. da Junta do Com., L.º 328, F. 7 e 19.

(263) ANTT, Cart. da Junta do Com., L.º 328, F. 33; L.º 183, F. 47 V; L.º 126, F. 157.

(264) Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Reino, maço 91. Os elementos indicados constam de certidão anexa a requerimento da viúva. Fora proposto para lente do 2.º ano em consulta de 26/2/1793 (ANTT, Cart. da Junta do Com., L.º 128, F. 266 V).

(265) ANTT, Cart. da Junta do Com., L.º 137, F. 28 (consulta de 17/8/1809).

(266) ATC, Décima da Cidade, S. Julião, Arruamentos.

(267) ANTT, Real Mesa Censória, 5/11/1801.

(268) ANTT, Ministério do Reino, Pasta 56, n.º 42 (35).

(269) Conforme a certidão já referenciada existente no Arquivo Histórico Ultramarino e também conforme certidão de óbito que estaria junta a requerimento de Manuel Ferreira de Abreu, consultado em 22/11/1813 (ANTT, Cart. da Junta do Com., L.º 140, F. 119 V). É também a data indicada em participação de 12/12/1808 do lente Sales (A.N.T.T., Min. do Reino, maço 1000).

(270) A.N.T.T., Habilitações da Ordem de Cristo, Letra J, Maço 25, N.º 2.

(271) Arquivo Distrital de Setúbal, L.º 5 de Baptismos da Freguesia de Santa Maria da Graça. Sousa é, em todos os autores que se lhe têm referido, indicado como natural do Rio de Janeiro.

(272) Em 15/3/1752. A data consta de traslado do registo que instrui, com o do registo do baptismo de seu filho Raimundo José de Sousa Gayozo, um requerimento deste (A.N.T.T., Min. do Reino, maço 902).

(273) Provavelmente aí terá nascido o mais velho, José de Sousa Gayozo. Aí nasceu Raimundo José de Sousa Gayozo em 25/1/1753 e não em 1747, como errada e unanimemente afirmam Inocêncio e o visconde de Porto Seguro (este, a pág. 273 do Tomo V da «Historia Geral do Brasil», junta duas inexactidões quando afirma que «Sousa Gayozo nasceu em Buenos Aires, em 1747, filho de João Henriques de Sousa, natural do Rio de Janeiro»). Conforme consta do respectivo registo de óbito (Mercês (Lisboa), L.º 3, F. 85), também João Raimundo de Sousa nasceu em «Buenos Aires, Índias de Espanha».

(274) Os dados constantes deste parágrafo e para os quais não é indicada outra proveniência, são fornecidos pelo processo de habilitação à Ordem de Cristo.

(275) A.N.T.T., Cart. da Junta do Com., L.º 105, F. 209 V.

(276) Respectivamente em 11/1/1762 e 31/5/1781, conforme consta de F. 3 e 110 do Livro de Posses (1762-1829) do Erário Régio, existente no Arquivo do Tribunal de Contas. A Gazeta de 1/6/1781 refere nos termos seguintes a segunda dessas nomeações: «S.M. foi servida nomear João Henriques de Sousa para suceder, como Thesoureiro do Erário Régio, a Joaquim Ignacio da Cruz, que faleceu a 25 do mez passado. Esta nomeação, que com satisfação geral se effectuou, a pezar da repugnancia do nomeado, he humra prova do acerto com que a nossa Augusta Soberana sabe distinguir o merecimento, e appropriar os talentos à utilidade pública (...).»

(277) Traslado da sentença no n.º 2465, de 11/3/1871, de «O Conimbricense». Da irregularidade com que lhe foram, e a sue filho Raimundo, imputadas culpas, tratou este num «Manifesto historico-analytico, ou compilação de documentos veridicos (...)» publicado no Brasil (cf. Inocêncio, vol. VII, pág. 53 e XVIII, pág. 160). Ferrás Gramosa (in «Successos de Portugal», Tomo Primeiro, págs. 23 a 26) considera Sousa isento de qualquer culpa e vitima de cabala urdida pelo marquês de Angeja.

(278) V. a sua habilitação para a Ordem de Cristo a F. 36 do L.º 19 das Mercês de D. José I (A.N.T.T.).

(279) Cf. Inocêncio (que se lhe refere nos vols. III e X do Dicionário a págs. 384 e 274, respectivamente).

(280) Biblioteca da Academia das Ciências, Ms. 483. No cód. 460 da Coleção Pombalina dos Reservados da B.N. sob o titulo de «Discurso sobre a arcação da Fazenda Real». Da existência de outro exemplar no Arquivo Histórico do Ministério das Finanças foi informado pelo ilustre investigador Senhor Dr. Eduardo Gonçalves Rodrigues (a quem agradeço também o conhecimento do documento mencionado na n. 269).

(281) Deste trabalho dá noticia Everard Martins em artigo publicado no n.º 80 (Ano XX, Outubro/Dezembro de 1952) da «Revista de Contabilidade e Comércio». Venâncio Coutinho foi aulista, tendo frequentado o 2.º curso (cf. o «Rol dos

Praticantes» no maço 610 do Ministério do Reino e tirado carta de aprovação (cf. o L.º 328 do Cart. da Junta do Com.); foi guarda-livros do Contrato do Tabaco (cf. o L.º 766, F. 123 V, do Cartório Notarial 12 B).

(282) Arq. Hist. Ultr., Avulsos do Reino, maço 1964 (carta de 6/9/1790 de Januário António Lopes da Silva).

(283) «Ao Senhor João Henriques de Souza, Primeiro Professor Publico, que foy da Real Aula do Commercio de Lisboa, e Escrivão do Thesoureiro Mór do Regio Erario» (N.º 4662 da Coleção de Miscelâneas da Biblioteca da Universidade de Coimbra).

(284) Ms. existente na Biblioteca da Escola Secundária de Veiga Beirão.

(285) Numa casa das carmelitas dos Cardais, a 8.º no lado direito para baixo, principiando detrás da Patriarcal (cf. Livros da Décima). V. também as suas declarações no processo de habilitação à Ordem de Cristo.

(286) Conforme consta dos Livros da Décima de 1766 e nos róis de desobriga de 1768 a 1770. Aliás, Sousa moraria na freguesia das Mercês (na R. Formosa ou noutra arruamento) pelo menos desde 1762, como se verifica por relações que acompanhavam as consultas respeitantes à derrama da décima de maneio pelos negociantes por grosso (ANTT, Cart. da Junta do Com., L.º 109, F. 68 V e 193 V, L.º 111, F. 26, L.º 113, F. 56 V).

(287) ATC, Décima da Cidade, Freguesia de S. Paulo, Livros de Arruamentos dos anos referidos.

(288) Registam-no os róis de desobriga na Calçada Nova dos Caetanos (denominada Travessa dos Caetanos no rol de 1781 e no almanaque para 1782, Travessa dos Caetanos ou Travessa por detrás dos Caetanos no rol de 1872, «Rua Nova por detrás dos Caetanos» no rol de 1783 de novo Travessa dos Caetanos no rol de 1785 e no registo do óbito, «calsada que sobe da rua fermoza p.º os Inglezinhos» em escritura de 1778 (A.N.T.T., Cartório 5 B, L.º 84, F. 6 V).

(289) A.N.T.T., Cart. da Junta do Com., L.º 372.

(290) A.N.T.T., Freguesia das Mercês, L.º 3 de Óbitos, F. 69.

(291) A data do nascimento consta do registo do baptismo, a F. 75 V do L.º 21 de Baptismos da Freguesia de Santos-o-Velho. O seu casamento com D. Ana Luísa e, em 19/12/1796, com D. Ana Vitória, estão documentados no n.º 38 do maço 80 de processos da Câmara Eclesiástica (ANTT) e a F. 11 do L.º 13 de Casamentos da Freguesia de S. José. O seu provimento para aulista consta do L.º 328 do Cartório da Junta do Comércio e a matrícula a F. 22 do livro respectivo (Arg. da Sec. da Esc. de Passos Manuel). As relações em que é dado como affecto ao governo de D. Miguel encontram-se no maço 105 dos Avulsos do Reino do Arquivo Histórico Ultramarino. Todos os restantes elementos referenciados foram-me fornecidos pelo falecido investigador Exm.º Senhor Capitão-de-mar-e-guerra António Marques Esparteiro.

(292) Ver, respectivamente, os róis de S. Julião, no Cartório 9B (A.N.T.T.), F. 52 do L.º 184 e, no Cartório 7A, F. 15 V do L.º 259.

NOTAS SOBRE A ESCOLA NORMAL PRIMÁRIA DE LISBOA ANO DE 1864

INTRODUÇÃO

As primeiras tentativas para a criação de uma Escola Normal Primária em Lisboa datam de 1835 e devem-se ao estadista Rodrigo da Fonseca Magalhães. Essas tentativas não foram, porém, coroadas de êxito, porque um decreto publicado em 15 de Novembro de 1836 inutilizou as nobres aspirações da legislação de 1835, reduzindo a Escola Normal a uma simples escola de ensino mútuo.

Em 1844, com a reforma da instrução de Costa Cabral, são criadas Escolas Normais em Lisboa e Porto, mas os resultados práticos para as pôr a funcionar foram nulos. Votadas ao insucesso todas as iniciativas anteriores, esta ideia só viria a ser concretizada, com êxito, em 4 de Dezembro de 1860, data da publicação do decreto regulamentar da Escola Normal «aprovado e mandado executar» por D. Pedro V.

Em 1861, José Eduardo Magalhães Godinho e João de Andrade Corvo foram encarregados de apresentar um plano das obras a realizar no antigo palácio dos Marquês de Abrantes e na quinta anexa, em Marvila, a fim de neste lugar ser instalada a Escola Normal.

Em 21 de Abril de 1862, foi a Escola solenemente inaugurada, com a presença do rei D. Luís I e a do ministro Anselmo José Brancamp, tendo sido nomeado seu primeiro director o professor Luís Filipe Leite, amigo e colaborador de António Feliciano de Castilho.

Segundo o decreto regulamentar de 4 de Dezembro de 1860, existiam dois cursos na «Escola Normal Primária do Distrito de Lisboa»: o curso do primeiro grau, com a duração de dois anos e o curso do segundo grau, com a duração de três anos.

Instituição com largas tradições na história do pensamento pedagógico português, bem merecia a Escola Normal Primária de Lisboa um estudo, devidamente documentado e sistematizado. Esse estudo está por fazer, embora não faltem elementos de investigação e de consulta que poderão ser encontrados facilmente nos arquivos da biblioteca da actual Escola do Magistério Primário de Lisboa.

Se a estas fontes acrescentarmos ainda o vasto e variado material existente no arquivo da Secretaria da mesma Escola e na Biblioteca-Museu do Ensino Primário, chegaremos à conclusão de que é neste acervo que se encontram os documentos fundamentais para o estudo da génese da formação de professores em Portugal.

O presente trabalho, a que demos o título de «A Escola Normal Primária de Lisboa no Ano de 1864», baseia-se na consulta do livro de actas mais antigo existente nos arquivos da biblioteca da actual Escola do Magistério. Pela análise desse livro e ainda do «Livro de Ordens de Serviço de Direcção», do mesmo ano, é quase possível reconstituir a vida quotidiana da Escola, desde Janeiro até Dezembro de 1864.

Essa reconstituição, por certo interessantíssima, encontra-se, porém, fora do âmbito deste trabalho. Os nossos objectivos são outros e bem mais modestos. Pretendemos, apenas, dar a conhecer aos estudiosos da História da Educação em Portugal a existência dessas actas e a revelar, através de breves sínteses, alguns dos problemas pedagógicos e humanos tratados nas reuniões do Conselho Escolar.

Se atingimos ou não esses objectivos, o leitor interessado o dirá...



Edifício do antigo paçoio dos Marqueses de Abrantes, em Marvila, onde esteve instalada a primeira Escola Normal Portuguesa

ACTA N.º 1 – 15 DE JANEIRO DE 1864

Reuniu-se o Conselho Escolar, «estando presentes o Director da Escola Normal de Lisboa, Luis Filipe Leite (1) e os professores Francisco Júlio Caldas Aulete (2) e Pedro Eusébio Leite (3)» para se ocupar «da administração literária da Escola».

O Director «convidou o Conselho a conferenciar sobre os resultados gerais que se colhiam» dos exames realizados na Escola Anexa.

Os resultados obtidos foram animadores, embora se reconheça «o predomínio que ali se notava da teoria sobre a prática, sobretudo naquelas disciplinas de mais necessário uso no decurso da Vida».

Para os alunos-mestres, o Conselho resolveu estabelecer «uma aula prática» do 2.º grau e «conservar duas secções à escola prática elementar, ou de 1.º grau». Resolveu também «conservar a classe nocturna de adultos até ao dia 31 de Março próximo futuro, devendo reabrir-se em Outubro».

Na 1.ª secção da classe elementar do

1.º grau, os alunos-mestres «deverão rigorosamente praticar os diversos e efficacissimos processos do Método português de leitura e escrita do nosso sábio escritor o Sr. António Feliciano de Castilho (4)».

O Conselho louva a acção do Sr. Professor Serra, como responsável da Escola Anexa e da classe nocturna, cuja acção e competência foram reconhecidas «laudativamente pelo Governo de Sua Majestade».

ACTA N.º 2 – 27 DE JANEIRO DE 1864

Reuniu-se o Conselho Escolar para se ocupar «da eleição determinada no art.º 24.º do Decreto Regulamentar de 4 de Dezembro de 1860 (5)». Corrido o escrutínio foi novamente reeleito o Professor Pedro Eusébio Leite...». Assinam a acta: Luis Filipe Leite (Director), Júlio Caldas Aulete, João Nepomuceno de Seixas (6) e Pedro Eusébio Leite (Secretário).

3 DE FEVEREIRO DE 1864

Apresentou-se ao serviço o padre Pedro Maria de Aguiar (7) «como capelão e

professor de Canto, por ter cessado a comissão de que estava encarregado na Casa Pia de Évora».

Pedro Eusébio Leite pede a exoneração do cargo de Prefeito para que tenha sido nomeado ao abrigo da Portaria de 30 de Abril de 1863. É proposto interinamente para o substituir o professor «da Cadeira de S. Mamede de Lisboa, o ex-aluno-mestre desta Escola, José Maria de Brito Quiroga Jr.».

Em anexo, constam também desta acta os horários dos professores, «aprovados em sessão desta data».

As disciplinas curriculares e respectivos professores são os seguintes:

Caldas Aulete — Gramática, Noções de Filosofia, Escrituração Mercantil;

Pedro Leite — Geometria e Agrimensura, Aritmética, Álgebra, Ciências Naturais e Agricultura, Redacção, Desenho Linear, Legislação Escolar;

Seixas — Geografia e História Pátria, Doutrina Cristã e História Sagrada;

Luís Filipe Leite — Pedagogia, Francês, Redacção, Legislação do Ensino;

Padre Aguilár — Canto, Religião e História Sagrada;

Delaunay — Ginástica;

- 1 aluno do 2.º grau — Caligrafia, Leitura de Prosa e Verso, Exercícios Ortográficos, Exercícios Aritméticos, Rudimentos do Método Português (Castilho).

As actividades escolares processam-se em todos os dias da semana. Têm início às 7 horas da manhã e terminam às 9 horas e meia da noite. Aos domingos apenas se realizam actividades de Canto, orientadas pelo professor Aguilár.

ACTA N.º 3 — 1 DE ABRIL DE 1864

São fixados os dias para a realização dos exames de frequência dos alunos-mestres do primeiro e segundo graus.

O Conselho deliberou que «no dia 21 do actual mês se celebre na Escola o segundo aniversário da instalação deste instituto normal, começando a solenidade por uma Missa do Espírito Santo, e passando-se em seguida à distribuição dos prémios aos alunos da Escola Anexa e aos do Curso nocturno...».

ACTA N.º 4 — 5 DE ABRIL DE 1864

O professor «encarregado interinamente da direcção dos trabalhos agrícolas, propôs ao Conselho que estando a fava e a ervilha da quinta anexa à Escola em estado de se principiar a colher, jul-

gava conveniente que se vendesse no estado em que actualmente se acha, juntamente com o feno, em praça pública, em presença do Conselho da Escola».

São registadas em acta as «condições para a arrematação da fava, ervilha e feno», a realizar no dia 15 de Abril. O aviso da arrematação será publicado no «Diário de Lisboa» e alguns outros jornais».

ACTA N.º 5 — 6 DE ABRIL DE 1864

O Conselho apreciou e aprovou os «pontos para os exames de frequência que hão-de fazer-se nos dias onze, doze e treze».

Para o 1.º grau — Gramática, Corografia e História de Portugal, Aritmética, Desenho Linear, História Sagrada, Exercícios Caligráficos, Exercícios Ortográficos.

Para o 2.º grau — Álgebra e Agrimensura, Filosofia, Redacção, Pedagogia e Legislação do Ensino, Física, Escrituração.

ACTA N.º 6 — 15 DE ABRIL DE 1864

Reuniu-se o Conselho Escolar para «se proceder à arrematação da fava, ervilha e feno da produção da quinta anexa à Escola».

Compareceu apenas um concorrente à licitação, João Joaquim Rebelo, lojista na rua Direita do Livramento, n.º 138 a 140, que «ofereceu o preço de quarenta mil réis». O Conselho resolveu não aceitar a oferta por a considerar muito baixa e deliberou que «se vendessem os produtos por conta da Escola, no mercado, ou a quem viesse procurá-los, a retalho, à mesma quinta».

ACTA N.º 7 — 18 DE ABRIL DE 1864

Reuniu-se o Conselho «para classificar os trabalhos apresentados pelos alunos do primeiro e do segundo graus nos exames de frequência feitos nos dias onze, doze e treze do corrente mês».

Confrontada a relação da chamada dos examinandos, com as provas por escrito patentes ao Conselho, verificou-se que o aluno pensionista do primeiro grau, Jerónimo Vaz Gago d'Almeida, faltara em todos os três dias de exames.

«O director informou que tendo o mesmo pensionista tido licença pela Páscoa para gozar das férias e demorar-se até ao dia quatro do corrente, se não

1864 - Janeiro 15.

Sessão ordinaria.

Em quinze dias do mez de Janeiro de mil oitocentos e sessenta e quatro estando presentes o Director da Escola Normal de Lisboa Luis Filipe Leite e os Professores Dennisio Julio Caldas, Duarte e Pedro Eugenio Leite, na sala dos sessos do Conselho Escolar, declarou-se aberta a sessão pelas onze e meia horas da manhã para se occupar o Conselho da administração litteraria da Escola, segundo o que dispõe o numero uno do artigo 25.º do Decreto regulamentar de 14 de dezembro de 1860.

Foi de n.º este dia terminados os exames da Escola Normal, que haviam principiado no dia onze do corrente pelas nove horas da manhã, em cumprimento do que dispõe o artigo 15.º do Decreto Regulamentar de 14 de dezembro de 1860, e a que assistio, assim do Conselho da Escola, o Director da Escola Normal de Lisboa, o director da escola e Conselho a Cor. foram sobre os resultados gerais que se obtiveram nos referidos exames passando em seguida a appontar sobre as bases de futuros melhoramentos didacticos para aquella Escola.

Terminado pois successivamente a hora os Professores presentes, o Conselho teve em consideração:

1.º - Que não eram para desmerecer, por modo algum, os resultados que alcançavam de ser obtidos em cinco dias, de sessenta e quatro exames, comquanto a Escola Normal não tivesse atingido ainda o grau de perfeição de que precisa haver

apresentara findo esse prazo, mas só alguns dias depois viera à Escola declarar que se estava tratando duma enfermidade, em Lisboa, na rua do Arsenal, n.º 54, 2.º andar, hospedaria «Lusitânia». Que tendo o mesmo director estranhado àquele pensionista que não recolhesse antes à enfermaria da Escola, ele insistira e se retirara, comunicando que só podia regressar depois de restabelecido.

Por proposta do professor Caldas Aulete, resolveu-se pois que se oficiasse ao facultativo da Escola, José Gregório Teixeira Marques (*), para que se dirigisse à mencionada hospedaria, a fim de inspecionar o referido aluno...».

O Conselho «passou depois minuciosamente à apreciação das provas escritas dos exames de frequência» e votou que o mapa com o registo das classificações contivesse a «enumeração das disciplinas do curso do primeiro grau (primeiro ano) divididas em fundamentais e acessórias».

Os alunos do primeiro grau mais qualificadas seriam imediatamente admitidos como ajudantes do professor da Escola Anexa.

Prestaram provas de exames de frequência do 1.º grau 16 alunos. Entre esses alunos figuram os nomes de José António Simões Raposo (*) e Francisco Adriano de Faria (**).

Fizeram exames de frequência do 2.º grau nove alunos, com médias que oscilam entre 14 e 19 valores.

ACTA N.º 8 – 22 DE ABRIL DE 1864

Reuniu-se o Conselho «para conhecer do aproveitamento dos alunos em conformidade do artigo 45.º do Decreto Regulamentar de 4 de Dezembro de 1860, a fim de serem despedidos da Escola Normal os que dessem provas manifestas de incapacidade para o magistério...».

«O professor secretário fez presente a Conselho a informação remetida pelo facultativo da Escola, José Gregório Teixeira Marques, em officio de 19 do corrente, sobre a ausência de um aluno desde as últimas férias.».

A informação é redigida nos seguintes termos:

«... No dia 19 de Abril procurei o aluno Jerónimo Vaz Gago de Almeida no Hotel Lusitânia, e interrogando-o a respeito dos motivos porque não recolhia à Escola, disse-me que por estar doente; examinei-o e verifiquei que efectivamente estava sofrendo de doença venérea co-

nhecida pelo nome de blenorragia que segundo a própria confissão dele fora adquirida por cópula com mulher pública. Ainda que esta doença, por sua natureza, não exija um tratamento especial incompatível com a habitação na Escola, julgo contudo que o tratamento feito ali no meio dos outros alunos afectaria profundamente a moralidade e os regulamentos policiais. Deus guarde V. S.ª...».

Quanto ao aluno pensionista do primeiro grau, Jerónimo Vaz Gago de Almeida, «o Conselho deliberou a sua eliminação, atendendo à falta de aplicação e frequência irregular, tendo dado provas manifestas de incapacidade para o magistério...».

ACTA N.º 9 – 27 DE ABRIL DE 1864

O Director «apresentou ao Conselho, o projecto de Regulamento provisório para os castigos e recompensas na Escola prática anexa à Normal, fundado nas bases em que outras escolas primárias de reputação incontestável, têm empregado...».

Esse Regulamento foi previamente discutido «na aula de Métodos pelos alunos-mestres do segundo grau, sob a presidência do Director». Colaborou na sua elaboração e redacção o aluno-mestre Filipe António Jorge.

No preâmbulo podem ler-se as seguintes palavras:

«O castigo deve ser raro para produzir bom resultado; deve ser aplicado a tempo e na proporção da gravidade da culpa. O Professor castigará com inflexibilidade e justiça, sem que o domine o mau humor...».

ACTA N.º 10 – 30 DE MAIO DE 1864

O «Professor Pedro Eusébio Leite, encarregado dos trabalhos agrícolas, propôs a conveniência de ser posta em praça a fruta da quinta, constante de pera, amêndoa, ginja e figo, no estado em que se achar no acto da arrematação...».

O Conselho aprovou «as condições para a arrematação» a realizar no dia 6 de Junho, pela uma hora da tarde, e redigiu o anúncio a enviar ao «Diário de Lisboa» e a outros jornais.

ACTA N.º 11 – 6 DE JUNHO DE 1864

O Conselho decidiu «proceder à arrematação da fruta da quinta». Compareceu à licitação apenas um interessado,

Jacinto de Oliveira, negociante, residente em Marvila. A fruta foi vendida pela quantia de trinta mil réis.

ACTA N.º 12 – 22 DE JUNHO DE 1864

Foi estabelecido o calendário dos exames do 1.º e 2.º graus a realizar nos meses de Julho e Agosto próximos.

Quanto aos exames do 2.º grau, decidiu-se que «no dia 27 do corrente se reunisse o Conselho, para aprovação dos pontos para os exames finais do actual ano lectivo, sendo os pontos apresentados ao Conselho pelos professores respectivos. Estes pontos serão em número de cinco, tendo cada um até três questões a que se possa dar o desenvolvimento necessário em duas horas.».

Os exames práticos de Canto, Agrimensura e Ginástica deverão realizar-se nos dias 4 e 5 de Agosto.

O tempo «em que cada aluno tem de ser interrogado sobre generalidades do seu ano» não deverá exceder uma hora.

ACTA N.º 13 – 27 DE JUNHO DE 1864

O Capelão «Pedro Maria de Aguiar disse que, tendo a portaria de 21 de Junho de 1862 declarado que o capelão não só não é professor, mas de categoria inferior aos professores da Escola, entendia não dever apresentar os pontos das disciplinas de que estava encarregado, mas que fazendo parte dos júris dos exames não podia interrogar, mas só assistir aos exames e votar na apreciação final.

O Conselho, tomando nota da declaração, resolveu encarregar o Professor Seixas de fazer os citados pontos.».

O Capelão declarou também que a maioria dos alunos do 2.º grau não estava em condições de fazer exames de Canto.

As disciplinas «de que os alunos-mestres da Escola Normal, tanto do primeiro grau (1.º ano) como do segundo grau fazem exame no actual ano lectivo, são divididas em fundamentais e acessórias.

São consideradas disciplinas *fundamentais* para o 1.º ano (1.º grau): 1 – Leitura em prosa e verso; 2 – Caligrafia; 3 – Ortografia prática; 4 – Gramática portuguesa e análise; 5 – Aritmética teórica e prática; 6 – Doutrina Cristã e História Sagrada.

Acessórias: 1 – Corografia e História de Portugal; 2 – Noções de Desenho li-

near; 3 – Desenho prático; 4 – Exercícios ginásticos.

São consideradas disciplinas *fundamentais* para o segundo grau: 1 – Exercícios práticos nas aulas complementares na Escola anexa; 2 – Redacção dos papéis oficiais a que é obrigado o professor primário; 3 – Instrução religiosa.

Acessórias: 1 – Noções de filosofia; 2 – Noções de álgebra e agrimensura; 3 – Princípios de escrituração mercantil; 4 – Noções de História Natural; 5 – Tradução de língua francesa; 6 – Redacção de assuntos pedagógicos; 7 – Desenho linear; 8 – Exercícios práticos de canto; 9 – Exercícios práticos de agrimensura; 10 – Exercícios ginásticos».

O aluno que em qualquer disciplina fundamental obtiver menos de dez valores, será reprovado.

ACTA N.º 14 – 1 DE JULHO DE 1864

O Director informou que, a partir do mês de Julho, iria frequentar a Escola Normal, o professor de instrução primária de Fanhões, senhor Capela, a fim de se aperfeiçoar nas técnicas de ensino. Esse professor deveria pagar a pensão de seis mil réis, tendo direito a habitação e sustento, «mas sem direito a lavagem e concerto de roupa».

O Conselho deliberou que os alunos que concluíssem o seu curso ou fossem reprovados, deveriam «regressar imediatamente a casa de suas famílias».

Foram aprovados os pontos destinados aos exames escritos do 1.º e 2.º graus, a realizar durante o mês de Julho.

ACTA N.º 15 – 3 DE JULHO DE 1864

«Foi discutido e aprovado o projecto de distribuição de serviço de exames, apresentado pelo professor Pedro Eusébio Leite...».

Os «exames por escrito», para o 1.º e 2.º graus, terão início no dia 18 de Julho e terminarão no dia 21 de Julho.

ACTA N.º 16 – 18 DE JULHO DE 1864

Nos termos da Portaria de 9 de Julho «... se declara ter S.M. El-Rei havido por bem ordenar que fosse expulso, privado de pensão e obrigado a pagar à Fazenda Nacional a importância das pensões recebidas, Jerónimo Vaz Gago d'Almeida...».

O Conselho resolveu aceitar a cooperação do professor de S. Saturnino de Fanhões, Andrade Capela, que viera no mês de Julho praticar na Escola. Essa cooperação será dada na Escola Anexa, durante o tempo da duração dos exames escritos, orais e práticos dos alunos-mestres.

ACTA N.º 17 – DE 18 DE JULHO A 6 DE AGOSTO

Chamados a prestar provas escritas do 1.º grau, 15 alunos.

Fazem exames escritos do 2.º grau, 8 alunos, sendo um deles, José Fernandes Henriques Moniz, «porcionista do Ultramar».

Os pontos foram tirados à sorte «dentre os propostos, em número de cinco, para cada disciplina...».

Dia 18 – Primeiro grau (1.º ano) – Ortografia prática – Noções de desenho linear – Aritmética.

Dia 18 – Segundo grau – Noções de álgebra – Noções de agrimensura.

Dia 19 – Primeiro grau (1.º ano) – Caligrafia-Gramática-História de Portugal.

Dia 19 – Segundo grau – Noções de Filosofia – Elementos de escrituração mercantil – Tradução de francês.

Dia 20 – Primeiro grau (1.º ano) – Problemas aritméticos-Desenho prático.

Dia 20 – Segundo grau – Noções de catequética – Noções de história-natural-desenho prático.

Dia 21 – Primeiro grau (1.º ano) – Corografia de Portugal-Doutrina Cristã e História Sagrada.

Dia 21 – Segundo grau – Pedagogia-Redacção dos papéis oficiais a que é obrigado o Professor primário.

Em 25 de Julho, pelas onze horas da manhã, reuniu-se o júri de exames, a fim de proceder «à votação das provas por escrito, começando-se pelas dos alunos-mestres do primeiro grau». (15 examinandos).

Passou o júri, em seguida, à apreciação dos trabalhos por escrito dos 8 alunos que prestaram provas do 2.º grau. Foram elaboradas pautas com as classificações obtidas pelos alunos-mestres em cada disciplina.

De 26 a 29 de Julho, fizeram-se os exames orais do 1.º e 2.º graus «dando-se igualmente a este acto a mesma publicidade».

«Reunido o júri nos dias 1, 2 e 3 de Agosto, sob a presidência do Reitor do Liceu Nacional de Lisboa, na aula complementar da Escola Anexa, estando

presentes o vogal do conselho geral de Instrução Pública e Comissário Geral de Instrução Primária pelo método português, o Dr. António Feliciano de Castilho, o lente da Universidade Conselheiro João Baptista Ferrão de Carvalho Martins, o professor no seminário de Santarém, cônego Martens Ferrão (!), alguns professores de instrução primária, os alunos-mestres do 1.º e 2.º graus, e os da Escola anexa, além de outras pessoas, se procedeu aos exames didácticos...».

Cada aluno-mestre do 2.º grau «fez três lições, ocupando por seu turno a cadeira», com temas tirados à sorte, com a antecedência de quarenta e oito horas.

No dia 4 de Agosto, foram votadas pelo júri as classificações «dos exercícios de Canto, interrogando e ouvindo os alunos do 2.º grau sucessivamente».

As quatro horas da tarde do mesmo dia, «fizeram-se, em presença do júri, os exercícios de Agrimensura prática na quinta anexa...».

«Os exames de ginástica principiaram às nove e meia da manhã do dia cinco de Agosto, estando, além do júri mencionado, o respectivo professor, que votou». Os alunos-mestres do segundo grau serviram de «instrutores dos alunos da Escola Anexa», sendo «apreciada pelo júri não só a sua aptidão pessoal, mas como professores desta arte...».

No dia 6 de Agosto foram votadas pelo júri as classificações dos exames práticos do 2.º grau. Em seguida o mesmo júri procedeu ao cálculo das médias «dos exames por escrito, orais e práticos». Os resultados constam «do mapa geral das médias do 2.º grau».

Quanto aos 15 alunos-mestres do 1.º grau, decidiu-se «que se participasse ao respectivo Ministério estarem todos nas circunstâncias de frequentar o 2.º ano deste Curso, continuando a merecer por sua aplicação e regular comportamento a pensão que lhes fora arbitrada pelo Governo de Sua Majestade».

ACTA N.º 18 – 8 DE AGOSTO DE 1864

O Director informou que «havia o professor da cadeira de S. Mamede de Lisboa, José Maria de Brito Quiroga Júnior, dado provas da sua capacidade por ocasião dos exames finais deste ano...». Tomando em consideração essas provas, o Conselho «devia deliberar sobre elas, a fim de se lhe poder passar, quando o requeresse, o atestado de que trata o parágrafo único do artigo 63.º do Regulamento de 4 de Dezembro de 1860».

Horarios que fazem parte da Acta do dia 10 de Outubro de 1864.

Escola normal	Dias		
	Lecturas horas	Escritura horas	Repos. horas
Levantar	6	6	5
Arcação na Capella	5 1/2	5 1/2	5 1/2
Escolas de Conto gymnastica ou estudo	2-3	"	"
Alunos	2 1/4	2 1/4	2 1/4
Escolas da Escola Normal	2-3	"	"
Estudo	"	2-12	"
Escolas da Escola annexa	2 1/2-3	"	"
Repos.	"	"	9 1/2
Submetto de Lecturas (horas)	4-5	12 1/2-2	12 1/2
Arcação e Arcação	2 1/4	2 1/4	2 1/4
Exercicios practicos e estudo	5 1/2-2 1/2	5 1/2-2 1/2	7 1/2-2 1/2
Curso nocturno para adultos	6 1/2-2 1/2	"	"
Arcação e Arcação na Capella	2 1/2	2 1/2	2 1/2
Quitar	10	10	10
Retiradas	10 1/2	10 1/2	10 1/2

Escola annexa	Dias		Observações
	Actual	Ant.	
Escritura e leitura de assis.	3 1/2	2 1/2	
Repos.	"	2 1/2	
Escolas de 2 ^a , 3 ^a e 4 ^a classes	2 1/2-4	"	
Gymnastica nas quintas-feiras	2 1/2-4	"	
Repos. e oração na capella	11	"	
Alunos	11 1/2-11	"	
Escolas de 1 ^a , 2 ^a , 3 ^a e 4 ^a classes	12-3	"	
Oração e saída	3 1/2	"	
Curso nocturno de operarios	6 1/2-2 1/2	"	Os alumnos, à saída, são em parte acompanhados por parentes.

SELECTA PORTUGUEZA

COMPILADA, ANNOTADA E COM
REFERENCIAS NUMEROSAS Á GRAMMATICA PORTUGUEZA

DO SR. A. FERREIRA MACHADO E C.
ESCOLA DO MINISTERO DO PRIMARIO DE LISBOA
POR — BIBLIOTECA 100

Luiz Filippe Leite

*Professor do Lyceu Central de Lisboa
Vogal da Commissão Inspectora das Escolas Normaes*

E

Bernardo Valentim Moreira de Sá

Professor da Escola Normal do Porto

Obra approvada pelo Conselho Superior de Instrucção Publica
para uso das Escolas e dos Lyceus

2.ª EDIÇÃO

COMPLETAMENTE REFUNDIDA E AUGMENTADA



LISBOA

A. FERREIRA MACHADO & C.ª — EDITORES

Rua dos Condes, 21, 2.º

1886

ACTA N.º 19 – 16 DE AGOSTO DE 1864

O Director chamou a atenção para a «necessidade de serem colocados, segundo o seu mérito, os alunos-mestres agora aprovados no curso do 2.º grau». Resolveu-se, «por unanimidade, que se dirigisse a S. Magestade El-Rei, pela Direcção-Geral de Instrução Pública, uma representação, pedindo-se a criação de cadeiras do segundo grau (...) com o fundamento de que da melhor ou pior colocação destes alunos, depende o progresso ou decadência da Escola Normal, porquanto, a colocação de alunos assim habilitados em cadeiras de inferior categoria, apagaría na escola a salutar emulação que faz ambicionar aos alunos-mestres a passagem por distinção, ao 2.º grau».

ACTA N.º 20 – 10 DE OUTUBRO DE 1864

A presente acta refere-se à primeira reunião do Conselho Escolar realizada depois de férias.

O Director comunicou «... haver tomado posse do lugar de Prefeito, o Padre Capelão Pedro Maria de Aguiar».

Foi dado conhecimento «dos requerimentos documentados de candidatos aos lugares vagos de alunos-mestres, postos a concurso...». (Esses candidatos deveriam ter a idade mínima de 18 anos e deveriam prestar provas de exame de admissão, marcado para o dia 15 do corrente mês).

Foi marcada a abertura das aulas do 2.º ano para o dia 17 de Outubro.

O Director «comunicou também que se tinham publicado anúncios no «Diário de Lisboa» e afixado nos lugares mais concorridos da freguesia do Beato e Olivais para a abertura do Curso nocturno para adultos...»

«Que os alunos-mestres do segundo ano, que são quinze, haviam oportunamente recolhido de férias, e por turno se achavam a praticar como ajudantes e regentes nas diversas secções da escola anexa desde o dia quatro...». Desses alunos «estavam dois na enfermaria da Escola e em tratamento, um de sezões, outro de tosse».

Foi encarregado de exercer o cargo de bibliotecário, o Professor Prefeito Padre Aguiar, coadjuvado por um aluno-mestre. O novo bibliotecário deveria apresentar ao Conselho um «projecto de regulamento para as leituras dominicais e serviço diário».

Ficou decidido também «que o director, professor secretário e professor Prefeito, compusessem uma comissão encarregada de elaborar com urgência um projecto de regulamento económico onde sejam claramente definidas todas as regras de administração da Escola e estabelecimentos anexos».

«Foram presentes ao Conselho escolar... os projectos de horário geral e horário para serviço lectivo, distribuição das cadeiras pelos professores e organização dos serviços práticos no ano escolar que vai começar no dia dezassete do corrente...».

Frontispício de uma das obras publicadas por F. Júlio Caldas Aulete

com 73
SELECTA NACIONAL

CURSO DE INSTRUÇÃO PRIMARIA DE LISBOA
DE BIBLIOTECA 1491

LITTERATURA PORTUGUEZA

POR

F. JÚLIO CALDAS AULETE

Professor no Lyceu Nacional de Lisboa
e deputado ás Côrtes em diferentes legislaturas, etc.

APPROVADA PELO GOVERNO
PARA USO DAS ESCOLAS PRIMARIAS E DOS LYCEUS

PRIMEIRA PARTE

QUINTA EDIÇÃO

Correcta e augmentada pelo sr. SILVA TULLIO
e precedida de um juizo critico
do sr. dr. THOMAS DE CARVALHO



LISBOA

LIVRARIA DE A. M. PEREIRA — EDITOR

5a — Rua Augusta — 52

1882

ACTA N.º 21 – 15 DE OUTUBRO DE 1864

Reuniu-se o Conselho com o Reitor do Liceu Nacional de Lisboa, Mariano Ghira (¹), a fim de «constituir-se em júri de exames (²), tomando este funcionário a presidência...».

Realizadas e classificadas as provas escritas e orais dos exames de admissão, foi elaborada uma lista graduada dos alunos admitidos à frequência da Escola.

O Conselho deliberou «que nenhum dos candidatos podia, mediante pensão ou gratuitamente, ficar no internato enquanto pelo Governo não fosse declarada pensionista do Estado...»

ACTA N.º 22 – 17 DE OUTUBRO DE 1864

Foi decidido que, enquanto o Governo não aumentar as pensões dos alunos, «se não forneça pela Escola... mais vestuário e calçado; mas tão somente a alimentação, medicamentos, lavagem e engomado e conserto de roupa branca».

O Director informou «que no dia treze lhe fora entregue um papel assinado por catorze alunos, com referência àquela medida, declarando-se «esbulhados dos seus direitos», — papel este que o mesmo director julgou uma falta de subordinação pelos termos menos convenientes em que fora redigido».

Feito um inquérito junto dos alunos «resultou para o Conselho de averiguação a certeza de que os alunos Teixeira e Raposo tinham sido os promotores dessa representação inconveniente. Que sendo preciso não impedir numa educação liberal o exercício legítimo do direito de petição, entendia contudo ele, Director, que seria conveniente para a disciplina da Escola corrigir este facto, e proibir a continuação ou repetição de quaisquer manifestações colectivas, fossem elas quais fossem. Ao mesmo tempo declarou que tendo sido encarregado, conjuntamente com o seu colega Professor Prefeito, de elaborar um projecto de regulamento penal para o internato, depois de se tomar qualquer deliberação sobre o facto reprimível que expunha, o dito projecto seria presente ao Conselho para ser tomado em consideração».

A Direcção resolveu redigir uma circular interna, na qual fez saber aos alunos «ter o Conselho Escolar resolvido, em sessão de dezassete do corrente, que se não admitirão e ficam expressamente proibidas na Escola quaisquer requeri-

mentos ou representações colectivas, seja de que natureza forem, podendo porém cada um, no uso legítimo do direito de petição, e em termos convenientes, requerir ou representar individualmente quando lhe convenha».

«Em seguida o Professor Prefeito leu o projecto de regulamento penal, de cuja redacção, conjuntamente com o Director, fora encarregado...».

O projecto foi aprovado na generalidade.

ACTA N.º 23 – 3 DE NOVEMBRO DE 1864

Nesta sessão foram tratados vários assuntos relacionados com exames, orçamento, despesas, pessoal e credores da Escola Normal.

Foi lida correspondência relacionada com o internato «na enfermaria particular do Amparo do Hospital Nacional e Real de S. José» do aluno Francisco Duarte, a fim de ser tratado a expensas da Escola. Segundo informações do «facultativo ordinário da Escola Normal, José Gregório Teixeira Marques», o referido aluno «tem tuberculização pulmonar no 1.º grau e passagem para o segundo, julgando tempo perdido tudo o que se gastar com este doente e que devia ir gozar de ares... (¹)».

ACTA N.º 24 – 10 DE NOVEMBRO DE 1864

O Director deu conta ao Conselho «da correspondência recebida e expedida desde a última sessão».

O Professor secretário declarou que «o vogal do Conselho Geral de Instrução Pública, João de Andrade Corvo (¹)», fora «encarregado de regular o modo como devem ser feitos os exercícios práticos de agricultura nesta escola e de dirigir a cultura da quinta anexa...»

ACTA N.º 25 – 14 DE NOVEMBRO DE 1864

Pedro Eusébio Leite expôs ao Conselho as dificuldades encontradas pelos alunos no estudo das disciplinas teóricas. Segundo ele «seria útil separar completamente o ensino teórico do ensino didáctico e destinar unicamente à frequência do 3.º ano aquelas disciplinas que fazem parte do curso do 2.º grau». Disse também que, de acordo com o Director, e conjuntamente com o Professor Pedro Maria de Aguilár, «já tinham as ba-

ses para uma reforma completa, e que esperava que o Conselho atendesse à urgência e importância desta questão».

Foi nomeada uma comissão «encarregada de apresentar na próxima reunião do Conselho, no dia 17 do corrente, um projecto de regulamento para a reforma literária da Escola».

O Conselho deliberou que «sendo necessário que o servente que serve de porteiro da Escola Anexa e continuo das aulas tenha um traje conveniente para se apresentar em serviço, autoriza-o a usar durante o serviço de sobrecasaca cor de pinhão abotoada, calça de pano da mesma cor ou branca, lenço preto no pescoço e boné de pano cor de pinhão com as letras EN em metal dourado. Autoriza a Direcção a conceder àquela empregado para o mencionado fim o facto que se tinha mandado fazer por conta da Escola, como modelo do uniforme dos alunos que não foi mandado adoptar».

ACTA N.º 26 – 17 DE NOVEMBRO DE 1864

«A Comissão nomeada na sessão do dia 14 do corrente e composta dos professores Pedro Maria de Aguilár e Pedro Eusébio Leite, apresentou o projecto de regulamento das aulas e exercícios da Escola Normal Primária de Lisboa». Depois de «convenientemente discutido», foi aprovado «com ligeiras alterações».

ACTA N.º 27 – 20 DE DEZEMBRO DE 1864

Atendendo ao «inverno rigoroso», o Conselho determinou algumas alterações aos horários e tomou «medidas higiénicas» destinadas a proporcionar aos alunos maior conforto no refeitório, nas salas do «internato» e na sala de estudo.

Foi convocada uma conferência médica, atendendo à gravidade das doenças de dois alunos do 1.º ano. O facultativo José António Ramos classificou «as doenças de pneumonias agudas com carácter tifóide». Dada a «suma gravidade» da situação, e tendo em vista o «carácter tifóide» das pneumonias, não seria de admirar

Em 1892, Luiz Filipe Leite publicou o trabalho:

Do Ensino Normal em Portugal, baseado na sua experiência pessoal como professor e director da Escola Normal Primária de Lisboa

CONGRESSO PEDAGÓGICO HISPANO-PORTUGUEZ-AMERICANO

SECÇÃO PORTUGUEZA

DO ENSINO NORMAL

EM

PORTUGAL

POR

LUIZ FILIPPE LEITE

ESCOLA DO MAGISTÉRIO PRIMÁRIO DE LISBOA
— BIBLIOTÉCA —

COIMBRA

IMPRESA DA UNIVERSIDADE

1892

que estas doenças tomassem o carácter epidémico». A vigilância desses alunos doentes deveria pois «ser confiada a um enfermeiro de profissão, livrando assim os alunos-enfermeiros⁽¹⁶⁾ da obrigação que além de estar fora da sua competência lhes poderia alterar a saúde».

O Director, atendendo ao «carácter urgente desta» questão, determinou «declarar interrompidas as aulas da Escola Normal e anexa», devendo os alunos sair da Escola no prazo de 24 horas para casa de suas famílias, sendo «as despesas de viagem pagas pelo cofre da Escola». ⁽¹⁷⁾

NOTAS

⁽¹⁾ Luís Filipe Leite, nasceu em Lisboa em 1828 e faleceu nesta cidade em 1898. Foi amigo e colaborador de António Feliciano de Castilho, com quem se relacionara em Ponta Delgada. Foi o primeiro director da Escola Normal Primária de Lisboa, onde divulgou o *Método Português-Castilho*. Colaborou em jornais e revistas, tanto de Portugal como do Brasil. Alguns dos seus artigos foram assinados com os pseudónimos de Nemo, Lucília e Viscondessa de Tagilde. Entre a sua vasta produção pedagógica e literária, ficaram célebres os seus *Ramalhinhos da Puerícia*, publicados em 1854. Em 1892 publicou o livro: *Do Ensino Normal* – Coimbra, Imprensa da Universidade – trabalho apresentado ao «Congresso Pedagógico Hispano-Português-Americano» (Secção Portuguesa).

⁽²⁾ Francisco Júlio Caldas Aulete, nasceu em Lisboa e faleceu nesta mesma cidade em 1878. Escritor, jornalista e deputado, dedicou-se principalmente ao ensino. Publicou várias obras, entre as quais: *Gramática Nacional* (Ensino elementar) «adoptada pelo Conselho Geral de Instrução Pública», Lisboa, 1864 e *Cartilha Nacional* – «método legográfico para aprender simultaneamente a ler, escrever, a ortografar e desenhar», 1873 – (4.ª edição). Colaborou também na *Enciclopédia das Escolas Primárias*, coordenada por José Maria Latino Coelho – Lisboa, 1869. Foi o iniciador do *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, concluído em 1881, que ficou conhecido por «Dicionário Caldas Aulete».

⁽³⁾ Pedro Eusébio Leite, nasceu em Lisboa em 1839 e faleceu nesta cidade em 1913. Oficial de infantaria, chegou a atingir o posto de general. Foi nomeado professor da Escola Normal em 1861 e exerceu também funções pedagógicas no Liceu Central de Lisboa.

⁽⁴⁾ Castilho publicou, em 1850, o livro: *Leitura Repentina/Método/Para em/Poucas Lições se Ensinar a Ler/com Recreação/de Mestres e Discípulos...* Em 1853, este trabalho reapareceu com o título de *Método Castilho/para o/Ensino Rápido e Aprasível/do Ler Impresso, Manuscrito e Numeração/e do Escrever...* Em 1864, é conhecido e utilizado na Escola Normal pela designação de *Método Português*. Castilho chegou a ser nomeado oficialmente «Comissário Régio do Ensino Repentino». É nestas funções que o encontramos, algumas vezes, na Escola Normal de Lisboa.

⁽⁵⁾ Art.º 24.º do Decreto Regulamentar de 4-12-1860: «O Conselho elege, anualmente, de entre os professores, o que deve servir de Secretário».

⁽⁶⁾ João Nepomuceno de Seixas: professor e escritor falecido em 1873. Apesar de cego, foi professor da Escola Normal Primária, do Liceu de Lisboa e do Conservatório da mesma cidade. Deixou colaboração dispersa por jornais e revistas. Nos anos de 1855 e 1856, escreveu interessantes artigos sobre educação no jornal *Instrução Pública*. É de sua autoria o livro: *O Leão da Literatura ou o Sr. Inocêncio Francisco da Silva visto através do Estereoscopo da sua última carreira*, «por Zebedeu II, aprendiz de Amolador de Escopos Literários na Esquina da Travessa da Parreirinha, n.º 1861». Lisboa, 1861.

⁽⁷⁾ Pedro Maria de Aguiar, nasceu próximo de Pinhel e faleceu no Porto a 30 de Março de 1879. Em Lisboa, foi coadjutor na paróquia de Santa Isabel e prestou importantes serviços públicos, em 1857, por ocasião da febre amarela. Foi professor, capelão e prefeito da Escola Normal. Na cidade do Porto dedicou-se ao ensino e reabilitação de surdos-mudos.

⁽⁸⁾ José Gregório Teixeira Marques (1835-1876). Médico do Hospital de S. José e lente de Clínica Cirúrgica da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa. Foi um dos fundadores da *Revista Médica Portuguesa* que se publicou até 1866.

⁽⁹⁾ José António Simões Raposo, nasceu em Lagoaça em 1840 e morreu em Lisboa em Novembro de 1899. Foi um dos primeiros alunos que frequentaram a Escola Normal de Marvila. Em 1883 era inspector da 1.ª Circunscrição Escolar. Foi director da Escola Normal Primária de Lisboa, para o sexo masculino, de 1897 a 1899. Desempenhou as funções de presidente do «Grémio Popular de Lisboa», vereador do pelouro da Instrução da Câmara Municipal e secretário da secção do ensino gráfico da Sociedade de Geografia, de que foi um dos fundadores. Foi professor da Casa Pia durante 18 anos e participou em congressos pedagógicos internacionais. Publicou vários trabalhos pedagógicos, dos quais salientamos *O Primeiro Livro da Escola*, que chegou a atingir cerca de quarenta edições.

⁽¹⁰⁾ Francisco Adriano de Faria Júnior desempenhou as funções de Director da Escola Normal Primária de Lisboa, para o sexo masculino, desde Janeiro de 1900, até Outubro do mesmo ano.

⁽¹¹⁾ D. José Maria da Silva Martens Ferrão de Carvalho (1815-1884), foi professor de História Eclesiástica em S. Vicente de Fora (1851) e cônego da Sé Patriarcal (1852). Foi também professor e assistente espiritual no Seminário de Santarém. Eleito bispo de Bragança em 1875.

⁽¹²⁾ Oficial de Marinha, professor e político, nasceu Mariano Ghira, em Lisboa (1825) e morreu nesta cidade em 1877. Foi professor e reitor do Liceu de Lisboa. Exerceu o cargo de «Comissário de Estudos», que andava associado ao de reitor.

⁽¹³⁾ Para ingressarem na Escola Normal, os candidatos tinham de prestar provas «por escrito» e provas orais. As provas «por escrito» constavam de Ortografia, Caligrafia e Problemas Aritméticos. As provas orais constavam de Leitura em prosa e verso, Gramática e análise, Doutrina moral e civilidade, Sistema métrico (*Livro de Actas*: 15-10-1864).

⁽¹⁴⁾ Vitorino João Carlos Dantas Pereira, director da Real Escola de Mafra, em carta dirigida ao director da Escola Normal, datada de 25 de Outu-

bro, informava que «os Pais do aluno Francisco Duarte são extremamente pobres e que uma doença da gravidade da do filho não poderá ser tratada na casa paterna com o apurado cuidado que ela exige». (*Acta n.º 23*, de 3-11-1864).

⁽¹⁵⁾ Além de professor, escritor e político, Andrade Corvo (1824-1890) era também agrónomo. Deste modo, era a pessoa indicada para propor normas «para dirigir a quinta anexa» e de regular «os exercícios práticos de agricultura».

⁽¹⁶⁾ Os alunos-mestres eram nomeados todos os meses por ordens de serviço, para exercerem várias actividades dentro da Escola: leitores para o refeitório; acólitos; vigilantes; conservador da livraria; matrículas e estatística da Escola Anexa; sacristão; chefe do coro; enfermeiros; patrão da bomba; segundo patrão; amanuenses da secretaria. Também havia nomeações para «presidentes do estudo» e «instrutores de ginástica». (*Livro de «Ordens de Direcção» — Ano de 1864*).

⁽¹⁷⁾ Os dois alunos doentes ficaram «completamente curados no dia 10 de Janeiro de 1865». A direcção avisou «todos os demais alunos» para se apresentarem no dia onze, «recomeçando desde essa data igualmente as aulas diurnas e nocturnas da Escola Anexa». Foi paga ao enfermeiro do Hospital Nacional e Real de S. José, Lourenço José da Costa, «a importância correspondente a 21 dias de trabalho, à razão de oitocentos réis diários». (*Ordem de Serviço n.º 278*).

PREGÕES DE LISBOA

— UM ASPECTO DE LISBOA PITORESCA

Lisboa, a das horas matutinas!
Pão ganho a correr e a cantar!
Garotos dos jornais e as varinas,
Pregões sonoros, vozes cristalinas,
Sangue moço, descalço, a moirejar!

Apregoava-se a fruta, a hortaliça;
O peixe-espada e o choco para tijelada;
A laranja da China, sã, roliça;
O morango de Sintra e a camoesa
Maça em voz bem alta e cantada.
E a dama fidalga e a burguesa,
A castiça senhora alfacinha,
Acordava, então, de manhãzinha,
Ao clarim dos pregões em alvorada.





Estes versos de Raul Lacerda publicados na *Revista Ollisipo*, fazem parte da obra intitulada «Lisboa 1900». Como eles, muitos outros escritos entre finais do séc. XIX e meados do séc. XX, evocam os pregões de Lisboa como fazendo parte dos hábitos da Lisboa «alfacinha», de «há cem anos», de «tempos idos».

Na conjuntura político-social que caracteriza a 2.ª metade do séc. XIX, assiste-se a um aparente desenvolvimento e progresso do País, conferido pela afirmação do Liberalismo e surto da burguesia e a política económica de fomento de Fontes Pereira de Melo, escondendo uma realidade social impregnada de valores tradicionais adversa à inovação e à transformação, ressaltando bem depressa os problemas e as crises sentidas já em finais do séc. XIX com o Ultimato em 1890, a crise financeira em 1891 e o declínio da Monarquia.

No domínio das artes e das letras predomina uma corrente conservadora, de acordo com a mentalidade e «o gosto oficial». A persistência das antigas formas e estilos faz-se sentir sobretudo nas artes, «uma sucessão monótona e crescente de pintores neo-românticos, tratando com as mesmas técnicas os mesmos tons, onde o camponês e o cenário rural «típicos» eram exaltados formosamente e artisticamente, com desprezo pela cidade e pelos valores urbanos» (MARQUES, A 1.ª REPÚBLICA PORTUG., P. 94).

Também na literatura, a sobrevivência do romantismo, que se manifesta na escolha dos temas — o quotidiano, o típico, o folclore — e a forma como são abordados — com amor e exaltação, saudade e angústia dum tempo passado — documentam o panorama igualmente conservador; conservadorismo este que se vai manter ainda por longo tempo, arrastando-se pelo séc. XX, apesar da oposição, adepta do liberalismo progressista e sensível às inovações e correntes estrangeiras, caracterizada na famosa Geração de 70, progressista, crítica, defensora das novas ideias, contudo «o século XIX prolongava-se pela República dentro, popular na raiz, *saudosista* nos frutos» (FRANÇA, pág. 14).

Uma observação atenta dos temas populares, tão caros a Malhoa — os bêbados, o fado, a volta das romarias — bem como as tonalidades melancólicas de Alfredo Keill e as naturezas-mortas de Columbano, carregadas de nostalgia, exemplificam bem este período.

É nesta ambivalência progresso/retro-

cesso, avanço/recuo, que assistimos do ponto de vista social ao contraste de uma sociedade burguesa e liberal adoptando uma hierarquia tradicional, ansiosa de adquirir títulos nobiliárquicos (como constata Joel Serrão no seu artigo «BARÃO» no Dicionário de História de Portugal, a respeito dos títulos de barões e viscondes sobretudo a partir de 1848), e bens outrora pertencentes à nobreza e à Igreja. Enfim, como disse então Óscar Lopes, «(...) a mudança de regime não acarretou alterações profundas, nem nas estruturas económicas e sociais, nem nas tendências ideológicas e estéticas.» (LOPES, pág. 355).

É neste contexto sociológico que se abordam os pregões de Lisboa como aspecto do quotidiano, típico, popular, dirigido ao público numa linguagem acessível, simples; recordados com nostalgia e a saudade dos «belos tempos do passado», segundo alguns, «há muito afastados» de uma Lisboa cujo «cosmopolitismo de cidade europeia» é responsável, segundo Luís Chaves, pelo desaparecimento de muitas das suas tradições.

Contudo, o pregão traduz algo mais que um mero aspecto do típico e quotidiano de Lisboa.

Fenómeno social de comunicação oral, as suas origens remontam à Antiguidade. Gregos e Romanos utilizaram-nos nos mais diversos sectores: na vida política, religiosa, militar e comercial; em Roma existia já o cargo de pregoeiro oficial (Praecone) ao serviço do Estado.

O pregão detecta-se igualmente em outras civilizações, como a oriental e a árabe. Dele nos dão testemunho Duarte Barbosa nas suas viagens ao Oriente ou Frei João dos Santos no Reino de Monomotapa.

Durante a Idade Média foi amplamente utilizado nos vários sectores da vida nacional, acompanhado por vezes (tal como na Antiguidade) de trombetas, tambores, sinetes ou outros meios complementares, a fim de captar mais fácil e rapidamente a atenção do público para os avisos, leis, acontecimentos ou outros factos de interesse público. Diz-nos Oliveira Marques: «O conhecimento pú-



Endereço: Rua
- O homem de Lisboa -
- Terra de Lisboa -

O saloio,
o «cascas» da fava e ervilha



O ferro-velho
compra e vende mercadoria

blico (das leis) fazia-se através de pregoeiros, mais ou menos letrados — podiam até ser tabeliães — que liam, em voz alta, nas praças públicas ou em locais certos, os textos que a todos convinha saber» (MARQUES Portug. na Crise do Séc. XIV, p. 286).

Garcia de Resende, no séc. XV, refere uma sentença de morte nos seguintes termos «(...) e o pregão dizia assi: justiça que manda fazer El-Rei Nosso Senhor, manda degolar D. Fernando, duque que foi de Bragança (...)» (RESENDE, cap. 46).

Havia pregões mandados deitar pelo rei, e outros dos quais o rei apenas tomava conhecimento por escrito, como revela o interessante documento de D. João II citado por Francisco Cântico:

— «Vi a carta que me escreveste sobre os pregões, que dizeis que se lançaram, da defesa que nenhuma barca não passasse deste Ribatejo para lá, nem para cá, a saber: desde a vila de Almada até Alcochete... hei por bem que, tanto que

Os turcos vendiam sapatilhas



«Ainda as estrelas luziam no céu
já andavam pelas ruas o leiteiro e as vacas...»





esta verdes, mandeis apregoar que todas as barcas possam ir e vir com tudo o que quiserem, como o que se poderá fazer se os ditos pregões por meu mandado não foram lançados, (...), (CÂNCIO, *Coisas e Loisas de Lisboa Antiga*, p. 322).

Com o advento e expansão da Imprensa, o pregão passa a ser cada vez menos utilizado, se bem que ainda o possamos encontrar em sentenças de morte no séc. XIX, como vem referenciado nas *Memórias do Marquês de Fronteira e d'Alorna* a respeito da sentença de morte de seu tio D. Pedro de Almeida, ex-Marquês d'Alorna:

«Eu e meu irmão não ouvimos este pregão sem derrarmos torrentes de lágrimas, no que éramos acompanhados pela boa família que nos cercava.» p. 90.

Contudo, é o pregão de cariz popular,

ligado à venda ambulante, que persiste e chega até nós.

É este o pregão que os amantes de Lisboa recordam e fixam, quer nas suas telas, como o fez Roque Gameiro (e muitos outros), quer nos versos de Cesário Verde e António Nobre ou nas memórias de Sousa Bastos, João Pinto de Carvalho e tantos outros.

Tratados ao sabor da época — no sentido de regionalismo, de exaltação de valores nacionais, de saudosismo (aconselhamos a leitura atenta de algumas destas obras) — foram tema de conferências, artigos e crônicas jornalísticas, descrições de Lisboa (géneros igualmente muito em voga), fotografias, ilustrações e gravuras. Qualquer que tenha sido a opção, todas elas serviram para descrever o bulício e a alegria/algar-

ra» do dia a dia de Lisboa — «(...) por tudo e por nada a gente de Lisboa grita, brada, apita e canta. É o seu desabafo, a sua moda, a sua evasão. Apregoar é para a cidade uma maneira de cantar (...) (ABELHO, pág. 84).

Algumas são descrições mais cuidadas ou minuciosas, fixando o traje desta ou daquela figura, como o faz Ferreira de Andrade a respeito da saloia: (FIG. 1)

«Corpete colorido, de gola revirada e mangas justas, saiote de cor viva;...» (ANDRADE, pág. 66) ou a forma como certos vendedores apresentam a mercadoria:

«A preta da fava-rica (...) muito limpa, trazia à cabeça a sua mercadoria cuidadosamente tapada com um pano alvinicante» (...) (CÂNCIO, *Lx.ª de Outros Séc. Cem Anos de Pitoresco*, p. 118). (FIG. 2)

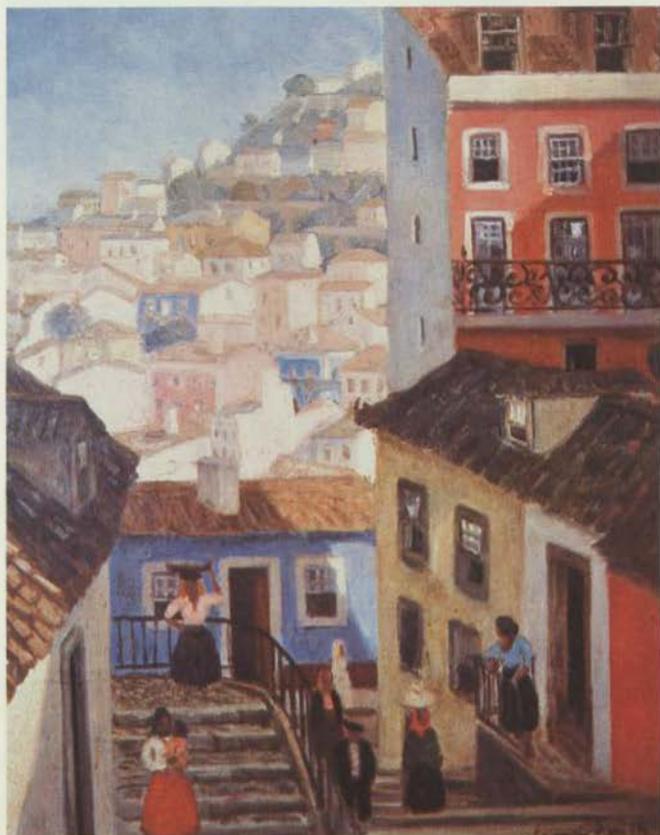
Indissociável da figura que os suporta, alguns pregões ficaram na memória associados ao encanto da voz, à graciosidade da figura, à simpatia ou alguma particularidade do vendedor. É o caso da preta da fava-rica, como refere Francisco Cântio: «o seu pregão era característico com a pronúncia própria da gente de cor» ou o da varina cujo pregão «sadio e bem gritado, enchia de ecos os becos e travessas», ou do rapaz dos fósforos «uma figura simpática pela sua alegria,

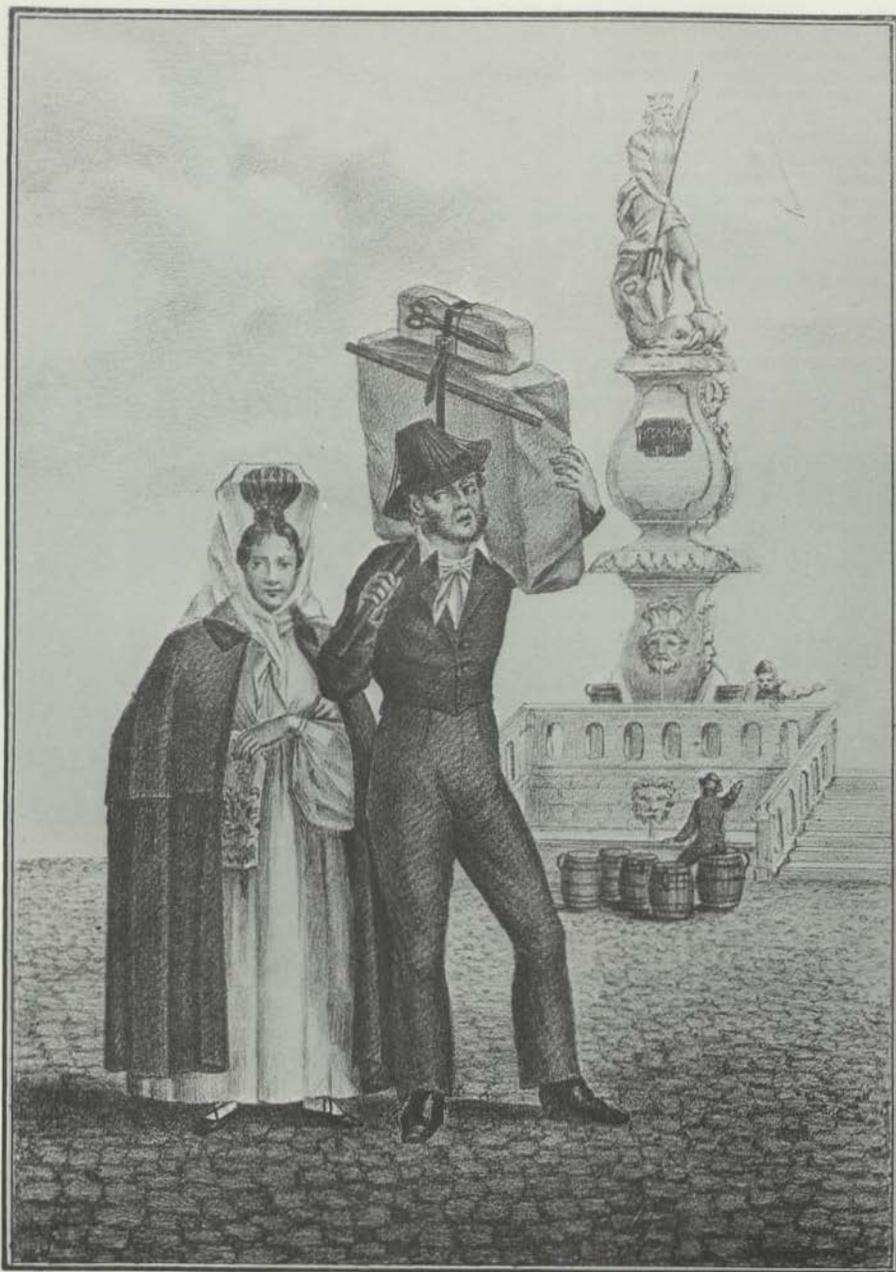


A saloia «de corpete
colorido...»

A preta da fava-rica «trazia à cabeça
a sua mercadoria cuidadosamente tapada com um
pano alvinitante.»

As varinas «largavam ao ar e aos ecos das ruas
seus pregões gritados e cantantes.»





pelo interesse de agenciar a vida», ou da salaioa que chegou a ser motivo de cantiga muito em voga na altura. Francisco Cântico cita-nos os seus versos:

Quero cantar a salaioa,
Já que outra moda não sei,
Minha mãe era salaioa,
Eu com ela me criei.

Sou salaioa, trago botas,
Também trago o meu mantéu,
Também tiro a carapuça
A quem me tira o chapéu.

Já fui amada de um grande,
Lindos olhos me piscou,
Também quis dar-me um abraço,
E estas falas me soltou:

Oh salaioa, dá-me um beijo,
Que eu te darei um vintém,
Os beijos de uma salaioa
São caros mas sabem bem.

Oh salaioa, dá-me um beijo,
Que eu te darei um pataco,
Um vintém é pelo beijo,
O outro é pró tabaco.

Figuras particulares foram os contrabandistas que «formavam tipos inconfundíveis» (CÂNCIO, ARQ. AIFAC., pp. 18, 31, 32) ou os ferro-velho «feira da ladra com dois pés» (FIG. 3 e 4) (CÂNCIO, F. Lx.ª de Outros Séc. Cem Anos de Pitoresco, p. 86).

Mas alguns ficaram célebres pelos seus pregões, cujo cariz particular os al-cunhava, foi o «Uma Jóia», cauteleiro que apregoava:

«— Quem quer uma jóia! Quem quer uma jóia!...»

Ou aqueles cuja entoação lhes conferiu uma marca inconfundível, como:

«— Azeiti...i...i...»

«— Dôci...i...i...»

«— Leiti...leiti...i...»

«— I...érrre, érrre...mexilhão!»

(FIG. 5)

Augusto Lopes recorda: «O tremoço era vendido por umas garotas muito aranjadinhas que treinavam uns pregões de encantar...», ou o «Levas pancada da mulher...» (LOPES, págs. 182 e 186), al-cunha posta pelos rapazes do seu tempo.

Guilherme Felgueiras, no seu artigo «Lisboa dos líricos pregões», em 1943, refere-se ao canto, voz e personalidade musical desses textos:

«Há pregões lisboetas que são inspirados trechos musicais, notas moduladas de alegria, animando a alma das ruas, dando-lhes ambiente festivo. Se o cancionero popular é uma «bíblia em música», como o classificou o autor de «Os Simples», a venda ambulante, apregoada, é uma «rapsódia enfeitada de ritmos», uma «orquestra bárbara e sem comandos», em que há sons caóticos, aturdeantes e agressivos, uma verdadeira algazarra gutural...» (FELGUEIRAS, pág. 281).

Também Luís Chaves tenta dar-nos uma imagem fiel e completa da diversidade de sons, música e gritos de pregões que se cruzavam no ar, sendo curiosa a sua preocupação ao transmitir-nos minuciosamente:

«Multidão de gritos, lamúrias, provocações, ameaças, doçuras de doneio, lirismo de cantores sem profissões cruzam os ares, e por vezes ao desafio, enchem recantos de acordes dissonantes na abertura solene das manhãs claras.

Os contrabandistas «formavam tipos inconfundíveis»

O amolador e a sua flauta de Pã



O ferro-velho,
segundo litografia de Macphail



Pregões que sobem, descem; arrastam-se, voam; vão de escantilhão, rolam; outros abrem melodia de curta ondulação, correm escalas, formulam frases musicais de sabor arcaico, estalam ênfases triunfais de hinos solentes em cantochão.» (CHAVES, pág. 88).

Na verdade, poucos pregões (quanto ao seu trecho musical) foram passados a escrito, talvez porque a diversidade e forma própria que cada um dava ao seu canto corresse o risco de se perder, ou impossibilitasse um trecho musical comum a todos eles, no entanto, Augusto Lopes lastima o seu desconhecimento de música pela impossibilidade de nos transmitir a música dos pregões.

Indissociáveis no tempo e no espaço, caracterizavam a época, a hora, adivinhando-se percursos em que se escutavam, conforme atestam os escritos:

«— Quando o Outono começava tingindo o céu de Lisboa (...) o rapaz das castanhas (...) colocava-se às esquinas (...)» (CÂNCIO, Lx.^a de Outros Séc. Cem Anos de Pitoresco p. 24).

(FIG. 6)

«— Em Maio, garotitos descalços revolvem o lixo, apanhando cascas de fava e ervilha que os vaqueiros das quintarolas lhes pagam (...) o pregão endiabrado e infantil:

«... e o burrinho... lev'ás... cascas!» (FELGUEIRAS, pág. 285).

(FIG. 7)

«Logo de manhã cedo grupos de varinas (...) largavam ao ar e aos ecos das ruas os seus pregões gritados e cantantes».

(FIG. 8)

«— Ainda as estrelas luziam no céu já andavam pelas ruas o leiteiro e as vacas (...)» (CÂNCIO, Lx.^a de Outros Séc. p. 70).

«— (...) à tardinha, entre o murmúrio dos pregões nostálgicos de "O leite..."» (ARAÚJO, *Legendas de Lisboa*, pág. 132).

(FIG. 9)

«— Pelo sítio donde vem o som distinguem-se itinerários. Adivinham-se pontos cardiais conforme a intensidade e a direcção das vozes (...)» (CÂNCIO, Lx.^a Tpos Idos, 2, p. 293).

Nesta diversidade de pregões, nesta «estridente algazarra cantante», como lhe chamou Norberto de Araújo, merece menção o estudo no número 64 da *Revista Municipal* em 1955, reeditado em «Lisboa nas Auras do Povo e da História — ensaios de etnografia» (cujo título só

por si é significativo), em que Luís Chaves propõe a classificação dos «pregões actuais» em dois tipos: o cantado e o gritado.

O pregão cantado é proveniente de «tempos passados» e o pregão gritado, que degenerou do anterior, é segundo o autor «sem escola nem canto», ou seja, sem a musicalidade do pregão cantado.

O pregão cantado, em vias de extinção, é explicado segundo o autor pela necessidade de vender mais e melhor, tendo-se tornado alguns notáveis como o dos vaqueiros que «formavam verdadeiros madrigais», enquanto o pregão gritado, aquele que perdura entre nós, é sinal da decadência do pregão cantado.

O exemplo mais significativo é o pregão das varinas cuja figura ilustra e explica bem, na opinião do autor, «a pressa que as não deixa musicar os pregões» (CHAVES, Lx.^a nas Auras do Povo e da História, p. 130), também poderíamos acrescentar os ardinhas e os cauteleiros como bons exemplos do pregão gritado.

Luís Chaves sugere também uma classificação baseada na entoação dada

aos pregões: declarativo, admirativo e interjectivo, interrogativo e vocativo.

Outra tentativa de os catalogar foi apresentada por Alfredo Augusto Lopes na conferência que proferiu nos *Amigos de Lisboa* em 1943. Trata-se, sobretudo de uma listagem de vendedores ambulantes ordenada segundo critérios: mercadoria vendida, mercadoria comprada (ferro-velho, mulheres do trapo, mulheres que compram cabelo), trabalho prestado (pequenas indústrias ambulantes como o amolador), e aqueles que nem compram nem vendem mas pedem apregoando (rapazes conhecidos pelos «cascas» da fava e ervilha). Torna-se, portanto, mais fastidiosa, não incidindo especificamente sobre os pregões — que são apresentados numa pequena listagem — mas oferece-nos, contudo, um levantamento mais exaustivo dos produtos vendidos nas ruas, com uma outra sugestão de os classificar segundo o vendedor ambulante (esta mais origi-

nal): como se apresentava, como apresentava a sua mercadoria e outros requisitos da sua venda. Ainda relativamente ao pregão, e na tentativa de nos dar uma visão completa sobre ele, dá-nos outras achegas sobre a modulação musical, as zonas preferidas pelos vendedores para vender, pregões acompanhados por instrumentos, como o do amolador (flauta de pã, ou o deita-gatos (bate ferrinhos), (FIG. 10)

Para além destas descrições de Lisboa, podemos tomar conhecimento de pregões pela legislação — Editais do Senado, Posturas Camarárias, etc., assim como de percursos, datas, zonas proibidas, concessões e diversas formas de «iludir posturas», que com a sedimentação do comércio foram cada vez mais rigorosas e selectivas. Por exemplo, na Coleção Oficial da Legislação Portuguesa, redigida por José Máximo de Castro Leite e Vasconcelos, relativa ao ano de 1850, deparamos com o artigo

O leiteiro, Coleção Doumet



49.º: «Dos pregoeiros ou distribuidores», que a seguir se transcreve:

«Art. 49.º — Os pregoeiros, vendedores e distribuidores, poderão apregoar, vender ou distribuir qualquer impresso não proibido; e nunca apregoarão de noite, nem outra coisa mais do que o título do impresso. A infracção em qualquer destes dois casos será punida com a multa de cinco mil a cinquenta mil reis; e no de insolvência com a prisão equivalente, sem prejuízo das mais penas a que possa estar sujeito o impresso, segundo as disposições desta Lei.

§único. O Governo, quando assim o exigir a segurança pública, poderá proibir o pregão, ou publicação pelas ruas de todo e qualquer impresso.»

Também, a partir de 1899, foram proibidas cornetas, tambores, ferrinhos e bater em painéis, sendo apenas permitido apregoar «por meio da sua voz». A partir de 1921 os vendedores ambulantes começaram a pagar impostos.

Apresentados como uma faceta típica de Lisboa, os pregões foram utilizados como tema popular do «folclore» lisboeta. Podemos, contudo, assegurar, que muito mais há para estudar a seu respeito, mas ficaremos nesta abordagem particular dos pregões — Pregões de Lisboa — ou seja os pregões «actuais» (como lhes chamou Luís Chaves) dos vendedores ambulantes, em suma, os pregões que chegaram até nós representando a degeneração dos primitivos pregões.

Resta-nos reconhecer o importante contributo dado por todos os autores — escritores, poetas, artistas plásticos — na preservação desta realidade do quotidiano lisboeta. Independentemente da forma como abordam o tema, interessa, sobretudo, reconhecer o mérito que tiveram ao fixar esta realidade trazendo-a até nós, que por não se integrar na esfera do erudito, como acontece com muitos outros textos nas «margens» da literatura, são votados ao esquecimento, quando a memória das gentes os apaga dos relatos transmitidos oralmente.

É esta protecção, no seu interesse preservador, que merece de todos nós o respeito e reconhecimento, por haverem registado boa parte dos fenómenos do quotidiano da vida de Lisboa, o que nos permite hoje construir a sua história.

BIBLIOGRAFIA

ABELHO, Azinhal — *Lisboa num Cravo de Papel*, Lisboa, C.M.L. 1968

ANDRADE, Ferreira de — *Que Diferente é Lisboa. Crónicas Alfacinhas*, Lisboa, Publicações Turísticas, 1968.

ARAÚJO, Norberto — *Legendas de Lisboa*, Lisboa, Secretariado da Propaganda Nacional, 1943.

BARREIROS, José Jorge — *Alguns Aspectos da Vida em Lisboa (1850-1926)*, Lisboa, I.S.C.T.E., 1983.

BASTOS, Sousa — *Lisboa Velha. Sessenta Anos de Recordações — 1850 a 1910*, Lisboa, 1947.

CÂNCIO, Francisco — *Arquivo Alfacinha*, Vol. 1 e 2, Lisboa, Inst. Port. de Arqueologia, Hist. e Etnog., 1953.

CÂNCIO, Francisco — *Coisas e Loaisas de Lisboa Antiga*, Lisboa, Inst. Port. de Arqueologia, Hist. e Etnog., 1940.

CÂNCIO, Francisco — *Lisboa de Outros Séculos. Cem Anos de Pitoresco*, Lisboa, Inst. Port. de Arqueologia, Hist. e Etnog., 1940.

CÂNCIO, Francisco — *Lisboa — Tempos Idos*, Vol. 1 e 2, Lisboa, Inst. Port. de Arqueologia, Hist. e Etnog., 1957.

CARVALHO, João Pinto de — *Lisboa de Outrora*, Vol. 1 — 3, Lisboa, Ed. «Amigos de Lisboa» 1938.

CARVALHO, João Pinto de — *Lisboa de Outros Tempos*, Vol. 1 e 2, Lisboa 1898.

CASTILHO, Júlio de — *Lisboa Antiga. O Bairro Alto*, Vol. 5, Lisboa, Ed. da Câmara Municipal de Lisboa, 1966.

CASTRO, Armando — *A Transformação da Vida Económica Portuguesa (1820-1851)* in «História de Portugal», Vol. 6, Lisboa, Publicações Alfa, 1983.

CHAVES, Luís — *Lisboa nas Auras do Povo e da História*, Vol. 1 — 4, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1961.

CHAVES, Luís — *Os Pregões Populares nas Ruas de Lisboa*, in «Revista Municipal» n.º 64, Lisboa, 1955.

FELGUEIRAS, Guilherme — *Lisboa dos Líricos Pregões...* in «Boletim da Junta de Provisão da Estremadura», 2.ª série, n.º 1, Lisboa, 1943.

FRANÇA, José-Augusto — *A Arte e a Sociedade Portuguesa no séc. XX*, 2.ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1980.

FREIRE, João Paulo — *Lisboa do meu tempo e do passado. Do Rossio à Rotunda*, vol. 2, Lisboa, Parceria António M. Pereira, 1932.

GAMEIRO, Roque — *Lisboa Velha*, Lisboa, 1925.

GONÇALVES, José Júlio — *Alguns Aspectos e Problemas da Evolução e Condicionamento da Imprensa em Portugal* in «Boletim da Academia Internacional da Cultura Portuguesa», Lisboa, 1969.

LACERDA, Raul — *Lisboa 1900. Os Pregões* in «Olisipo, Boletim dos Amigos de Lisboa», n.º 22, Abril, 1943.

LOBATO, Gervásio, — *Lisboa em Camisa*, Lisboa, Parceria António M. Pereira, 1923.

LOPES, Alfredo Augusto — *Vendedores Ambulantes* in «Olisipo», Lisboa, n.º 26 e n.º 27, 1944.

LOPES, Óscar — *Vectores Culturais Portugueses desde o Liberalismo à Actualidade* in «História de Portugal», vol. 6, Lisboa, Publicações Alfa, 1983.

MARQUES, A. H. de Oliveira — *A 1.ª República Portuguesa*, 3.ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1980.

MARQUES, A. H. de Oliveira — *Portugal na Crise do séc. XIV e XV*, Lisboa, Editorial Presença, 1986.

NORONHA, Eduardo — *Alfama. Gente do Mar*, Lisboa, Livraria Civilização, 1939.

RESENDE, Garcia — *Crónica de D. João II*. SARAIVA, António José — *História da Literatura Portuguesa*, 8.ª ed., Porto, Porto Editora, 1975.

SEGURADO, Jorge — *Lisboa no Passado e no Presente*, Lisboa, Ed. Excelsior, s.d.

SEQUEIRA, Gustavo de Matos — *Lisboa. Oito Séculos de História*, Lisboa, C.M.L., 1942.

SERRÃO, Joel — *Dicionário da História de Portugal*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, s.d.

SILVA, Fernando Emygdio de — *Cousas e Louças. Crónicas (1903-1910)*, vol. 1 e 2, Lisboa, Editorial Notícias, 1958.

SOUZA, Alberto de — *Alfacinhas. Os Lisboetas do Passado e do Futuro*, Lisboa, C.M.L., s.d.

VASCONCELLOS, José Leite de — *Etnografia Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1960.

VASCONCELLOS, José Leite de — *As Negras dos Tremoços* in «Revista Lusitana», vol. 17, Lisboa, 1914.

Enciclopédia Portuguesa e Brasileira da Cultura, Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1945.

Livro de Posturas Antigas, Lisboa, C.M.L., 1974.

Memórias do Marquês da Fronteira, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1928.

O Povo de Lisboa, Exposição Iconográfica, Lisboa, C.M.L., 1978.

Os rapazes das castanhas



“Quentes e boas!”



FORMAÇÃO DE JOVENS NA C.M.L.

frequentar cursos de formação nas áreas de jardinagem, calcetaria e azulejaria.

Trata-se da segunda acção, no género, lançada pela Câmara Municipal, desde que criou, em Setembro de 1986, as Escolas de Jardinagem e Calcetaria.

Este ano, os cursos contam com a frequência de 106 jovens, seleccionados entre cerca de 500 e que estão distribuídos pelas seguintes áreas: 24 para o curso de calcetaria, 10 para aprendizagem de azulejaria artística e os restantes para a formação em jardinagem.

Estas acções de formação revestem-se de grande significado social e administrativo na medida em que não só proporcionam preparação adequada a dezenas de jovens, mas também porque criam condições que permitirão reforçar, com pessoal qualificado, nas referidas áreas, os quadros camarários.

A cerimónia do início dos cursos realizou-se no dia 5 de Janeiro, sob a presidência do Vereador do Pelouro do Pessoal, Dr. Lívio Borges que, na altura saudou os novos alunos formulando votos para que tenham os melhores êxitos não só para proveito pessoal mas também para que, com o seu saber, possam contribuir para o embelezamento da cidade.

O Vereador do Pelouro do Pessoal, Dr. Lívio Borges, dirige palavras de saudação e estímulo aos novos candidatos dos cursos de formação

Por iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa, com o apoio financeiro em 55% do Fundo Social Europeu, mais de cem jovens, entre os 18 e os 25 anos, estão a

ROBALO GOUVEIA NA TOPONÍMIA DA CIDADE

O Prof. Robalo Gouveia, ginasta olímpico e dirigente desportivo, falecido em Junho de 1986, tem, desde o dia 6 de Janeiro, por deliberação unânime da Câmara Municipal de Lisboa, o seu nome ligado a uma rua, na zona das Olaias, em reconhecimento dos méritos e serviços prestados a favor da cidade através do desporto e da educação física.

Com efeito, Robalo Gouveia, atleta olímpico em 1952, desempenhou, durante doze anos, as funções de presidente da Federação Portuguesa de Ginástica, tendo sido também membro do Comité Olímpico Português e Vice-Presidente da União Europeia da Ginástica. Como professor de educação física deixou obra assinalável no Instituto Militar dos Pupilos do Exército, no decurso de trinta anos, tendo ainda colaborado em várias escolas e clubes de Lisboa.

À cerimónia inaugural da placa toponímica presidiu o Vereador do Pelouro do Desporto da CML, Dr. Vítor Gonçalves, estando presentes vários dirigentes de instituições desportivas, familiares do homenageado e outras individualidades.

Aspecto da cerimónia
inaugural da placa
toponímica em homenagem
a Robalo Gouveia



CÂMARA FOMENTA LEITURA

A promoção da cultura nas suas várias vertentes tem sido uma das iniciativas criativas da Câmara Municipal de Lisboa. Assim, e no prosseguimento da campanha lançada para divulgação de livros e formação do leitor, realizou-se, no dia 14 de Janeiro, no Palácio Galveias, com a presença do Vereador do Pelouro da Cultura, Arqt.º Vítor Reis, a distribuição, a título de subsídio, de cerca de 3600 volumes de diferentes espécies bibliográficas, às seguintes entidades:

Belém Clube	313 volumes
Centro de Convívio para a 3.ª Idade da Associação de Moradores do C. Grande	285 volumes
Grupo Cooperativo Elo	300 volumes
Grupo Dramático Musical e Recreativo	385 volumes

Liga Portuguesa dos Deficientes Motores	324 volumes
Recolhimentos da Capital	266 volumes
Patronato da As. Protectora das Crianças	286 volumes

No âmbito da mesma iniciativa vão, também, ser instaladas bibliotecas municipais nas Escolas Oficiais do Ensino Primário n.ºs 41, 75 e 193, respectivamente com, 392, 385 e 386 volumes. Ao Estabelecimento Prisional da Polícia Judiciária de Lisboa serão atribuídos 304 volumes.

A propósito desta iniciativa recorda-se que, desde 1959 até ao início de Janeiro do ano em curso, a Câmara Municipal de Lisboa dotou, a título de subsídio, um total de 308 bibliotecas, com cerca de 85 mil volumes.

Momento em que o Arq.º Vítor Reis, Vereador do Pelouro da Cultura, procede à distribuição das Bibliotecas



NUNO ABECASIS REELEITO PRESIDENTE DA UCCLA

O Eng.º Nuno Abecasis, Presidente da Câmara Municipal de Lisboa foi reeleito Presidente da UCCLA — União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa, no decorrer dos trabalhos da IV Assembleia Plenária daquela organização internacional, realizada, em Macau, de 18 a 20 de Janeiro.

Na ocasião, foram também reeleitos para o próximo biénio, os seguintes membros do comité executivo: vice-presidentes João Baptista Cosme, presidente do Conselho Executivo da Cidade de Maputo e José Aparecido de Oliveira, Governador do Distrito Federal de Brasília, e o Secretário-Geral da União, Comandante Pinto Machado, Vereador da Câmara Municipal de Lisboa.

Recorda-se que nesta IV Assembleia Plenária da UCCLA participaram, pessoalmente ou por delegação, todos os membros da União, bem como representantes do LNETI, IPE, EPUL e LNEC na qualidade de membros observadores da UCCLA. De salientar, ainda que, pela primeira vez, esteve presente na reunião uma delegação de Goa, chefiada pelo respectivo Presidente da Câmara, o que despertou grande interesse entre os cir-

cunstantes, tendo a Assembleia deliberado estreitar os laços e contactos com aquela cidade, foco de cultura e língua portuguesa, no sentido da sua integração na União.

Participou, também, na reunião e como convidada, uma delegação da Federação de Pais/Alunos portugueses em França que apresentou o projecto do Instituto Miguel Torga, destinado a ministrar o ensino superior naquele País; a jovens de todas as Nações de língua portuguesa. A UCCLA apoiou o projecto apresentado.

No decurso dos trabalhos foram aprovados, por unanimidade, os relatórios de actividade bem como as contas da União, relativos a 1987, apresentados pelo Secretário-Geral, Comandante Pinto Machado.

Foi igualmente aprovado por unanimidade, o Plano de Actividades e do Orçamento para o ano de 1988. Mereceram, ainda, aprovação diversas moções e propostas referentes a alterações dos estatutos, à cooperação entre as cidades membros e seu património cultural.

A Assembleia apreciou também uma proposta do Vereador do Turismo e Desporto da CML, Dr. Vitor Gonçalves, na qual se definem os moldes em que se realizarão os Jogos da UCCLA, que terão este ano a sua primeira edição em Lisboa.

No âmbito dos trabalhos da Assembleia foi admitido como membro observador da União, o Centro de Estudos e Formação Autárquica (CEFA).

No seu regresso a Lisboa, o Eng.º Nuno Abecasis, em declarações aos órgãos de Comunicação Social, congratulou-se com os bons resultados da IV Assembleia Plenária da UCCLA e a forma como os trabalhos decorreram. Salientou o significado da deliberação que atribui, a partir deste ano, o Prémio Camões ao melhor aluno de Português do ensino secundário das várias capitais que compõem a União, e disse que, durante o ano em curso, será definido o regulamento para a atribuição do prémio Fernando Pessoa «à personalidade que melhor se identifique com o espírito da União».

O Eng.º Nuno Abecasis anunciou, depois, que, na próxima Primavera, visitará Luanda, onde será assinado um acordo de geminação entre Lisboa e a capital da República Popular de Angola. Nessa altura, disse ainda, a Câmara de Luanda deverá aderir à UCCLA realizando-se, assim, «o pleno da União» criada em 1985.



Representantes da Câmara Municipal assistem ao solene pontifical

S. Vicente, padroeiro de grande tradição de Lisboa, foi festejado, no dia que lhe é dedicado, 22 de Janeiro, com cerimónias litúrgicas e devotas manifestações dos fiéis, realizadas na Sé Patriarcal.

Presidiu às cerimónias o Bispo Auxiliar do Patriarcado, D. Albino Cleto, que celebrou solene pontifical.

A Câmara Municipal associou-se às cerimónias comemorativas tendo estado representada, em virtude da ausência no estrangeiro, em visita oficial, do seu Presidente, Eng.º Nuno Abecasis, pelo Vereador do Pelouro dos Abastecimentos, Dr. Pombo Cardoso, acompanhado de funcionários superiores do Município.

«FESTIVAIS DE OUTONO» ANIMAM LISBOA

A Cidade de Lisboa vai ser palco de novas manifestações culturais através dos «Festivais de Outono», a realizar anualmente, entre os meses de Setembro e Dezembro, nos termos de um protocolo assinado, nos Paços do Concelho, no dia 26 de Janeiro, entre a Câmara Municipal de Lisboa, o Instituto de Formação, Investigação e Criação Teatral e o Cine-Fórum do Funchal. O protocolo foi assinado pelos presidentes da Câmara Municipal de Lisboa, Eng.º Nuno Abecasis, do Cine-Fórum do Funchal, José Maria da Silva e do I.F.I.C.T., Adolfo Gutkin.

Os Festivais, divididos pelos sectores de Teatro, Música erudita e não erudita, têm como objectivos principais impulsionar a participação cultural dos lisboetas, permitir à iniciativa privada apoiar um programa cultural de grande projecção e prestigiar internacionalmente a capital.

Nos termos do protocolo, a CML compromete-se a participar com vinte mil contos em dinheiro, para além de outras facilidades, tais como a cedência, a título gratuito, de teatros e outros recintos para espectáculos, e fazer a promoção e publicidade das diversas iniciativas integradas em cada festival.

Na oportunidade, o Presidente da Câmara, Eng.º Nuno Abecasis, salientou o amplo significado desta iniciativa para o fomento cultural e artístico e, a propósito afirmou: «Não temos fundos ilimitados mas posso afirmar que a Câmara é fiel aos seus compromissos e nunca faltou à sua palavra». Sublinhou, depois, que as verbas atribuídas este ano pelo Município ao Pelouro da Cultura atingem cerca de 900 mil contos!

Por sua vez, o Arqt.º Vítor Reis, Vereador do Pelouro da Cultura da CML, disse que, embora a organização do Festival não seja da Câmara, esta tem como «perspectiva apoiar as instituições de forma a criar-lhes condições para que possam levar avante programas deste género».

Aspecto da cerimónia da assinatura do protocolo. De pé, os vereadores Dr. Carlos Robalo e Arqt.º Vítor Reis



BATALHÃO DE SAPADORES BOMBEIROS DE LISBOA PROMOVIDO À CATEGORIA DE REGIMENTO

O Batalhão de Sapadores Bombeiros de Lisboa, a cuja abnegada acção a população da cidade muito deve, passou à categoria de Regimento no dia 26 de Janeiro.

A promoção para Regimento foi assinalada com uma cerimónia solene, realizada em frente do Mosteiro dos Jerónimos, sob a presidência do Chefe do Estado, Dr. Mário Soares, e com a presença de numerosas individualidades entre as quais o Presidente da Câmara Municipal, Eng.º Nuno Abecasis, o Ministro da Administração Interna, José Silveira Godinho e o Presidente do Serviço Nacional de Bombeiros, Eng.º José Laranjeira.

No âmbito do programa, duas companhias, com banda e fanfara, prestaram guarda de honra ao Presidente da República que, de seguida, passou revistas às tropas.

Para assinalar o significado da cerimónia, usou, então da palavra o Presidente da Câmara, Eng.º Nuno Abecasis, que, depois de saudar o Chefe do Estado, afirmou: «O dia de hoje é de festa para Lisboa e, simultaneamente, traduz uma forma de a cidade exprimir a sua gratidão aos que, permanentemente, agem como guardiões de bens e vidas. Por tudo isso temos muito orgulho em afirmar que os nossos bombeiros estão classificados entre os melhores da Europa, tanto no campo físico como no cultural e intelectual. São homens preparados para nos momentos de crise tomarem as decisões adequadas».

Prosseguindo nas suas considerações sobre a notável acção dos bombeiros a favor das populações, referiu os esforços por eles desenvolvidos quando Lisboa foi vítima das grandes cheias, e acrescentou: «Esta passagem do ex-Batalhão a Regimento, não é mais do que um reconhecimento da comunidade para com estes briosos soldados da paz».

Seguidamente, o Presidente da República condecorou a bandeira do Regi-

mento com a insígnia de membro Honorário da Ordem de Mérito. Por sua vez, o Presidente do Município procedeu à entrega dos novos símbolos que foram benziados pelo Padre Vítor Melícias.

A encerrar as cerimónias, realizou-se uma demonstração de ginástica educativa e aplicada pela Escola de Recrutados, seguida de homenagem aos antigos Sapadores Bombeiros.

Recorda-se, a propósito, que o Regimento de Sapadores Bombeiros conta com um efectivo de 900 bombeiros, 100 viaturas operacionais instaladas em 10 quartéis estrategicamente localizados na cidade e pratica mais de cem intervenções diárias. O seu antecessor, BSB, que lhe transmitiu um «dossier» recheado de acções meritorias ao serviço da população e oficialmente reconhecidas, foi criado em 1 de Julho de 1930, sucedendo ao então chamado Corpo de Bombeiros Municipais. Salienta-se, ainda, que o BSB, em 1982, obteve o 1.º prémio do concurso internacional de manobras de BOBLIEGEN atestando, assim, o seu valor e dedicação.

Aspecto da cerimónia solene da passagem do Batalhão de Sapadores Bombeiros a Regimento





MONUMENTO A SÃO JOÃO BOSCO

São João Bosco, patrono dos padres salesianos, tem, desde o dia 31 de Janeiro, em Lisboa, um vistoso e artístico monumento, implantado na Praça com o seu nome, frente ao Cemitério dos Prazeres.

A cerimónia inaugural revestiu-se de grande solenidade contando com a presença do Chefe do Estado, Dr. Mário Soares, do Cardeal Patriarca, D. António Ribeiro, do Vereador Dr. Carlos Robalo, em representação do Presidente do Município, e de numerosas outras individualidades políticas, militares e religiosas.

No uso da palavra, o Provincial dos Salesianos, padre David Bernardo, pôs em relevo o significado da cerimónia, agradeceu a presença das entidades ofi-

ciais e salientou a especial colaboração recebida da Câmara Municipal de Lisboa.

Na oportunidade, o Dr. Carlos Robalo leu uma mensagem enviada pelo Presidente da CML, Eng.º Nuno Abecasis, associando-se a homenagem e em que salientava, nomeadamente, que com a inauguração do monumento a São João Bosco, «Lisboa e o País ficaram mais enriquecidos».

Recorda-se, a propósito, que a urbanização da Praça de São João Bosco, onde está colocado o monumento, e todas as obras da nova rotunda e base da estátua, foram executadas pela Câmara Municipal de Lisboa.

O monumento é da autoria de Luís de Matos: tem seis metros de altura, pesa 5400 kg e foi executado na Fundação de Fernando Lage, em Oliveira do Douro, Vila Nova de Gaia.



Aspecto da cerimónia da assinatura do protocolo da cooperação entre Lisboa e S. Paulo

O estabelecimento de uma eficaz cooperação nas áreas do Desporto e do Turismo, entre Lisboa e S. Paulo, constitui o objectivo principal do protocolo assinado, em Fevereiro, pelos Drs. Victor Gonçalves e Wagner Rossi, representantes, respectivamente, do Pelouro do Desporto e Turismo da CML e da Secretaria dos Negócios de Desporto e Turismo daquele Estado brasileiro.

O referido protocolo, no que respeita ao turismo, prevê a realização de semanas promocionais nas duas cidades sobre temas turísticos, culturais, gastronómicos, lúdicos; a incentivação dos contactos entre os operadores turísticos e a definição quanto à participação do Estado de S. Paulo no Congresso das Actividades Turísticas das Cidades de Expressão Portuguesa a realizar, em Lisboa, no mês de Novembro do ano em curso.

Quanto ao sector desportivo, para além de se salientar a sua importância para a formação integral dos cidadãos, prevê-se a permuta de experiências e a análise dos projectos desenvolvidos no Estado de S. Paulo e na cidade de Lisboa, no sector desportivo. Foi ainda resolvido promover em ambas as cidades a realização de Jogos Desportivos dirigidos à população juvenil, com posterior intercâmbio entre os vencedores de cada modalidade.

**LISBOA E S. PAULO VÃO
COOPERAR NAS ÁREAS
DE DESPORTO E TURISMO**

CML COOPERA COM A UNIVERSIDADE NOVA

A Câmara Municipal de Lisboa, através da Direcção de Serviços de Salubridade e Transportes, e a Universidade Nova de Lisboa-Faculdade de Ciências e Tecnologia, por intermédio do Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente, vão colaborar no desenvolvimento das tecnologias relativas ao sistema de resíduos sólidos, nos termos de um protocolo assinado, no dia 18 de Fevereiro, nos Paços do Concelho. Assim, as duas entidades comprometem-se a permutar informações sobre o desenvolvimento de projectos e de actividades de investigação relevantes, relacionadas com programas de actuação no domínio dos resíduos sólidos da cidade; estudos de viabilidade de remoções selectivas; optimização do ciclo tecnológico da Estação de Tratamento de Resíduos de Lisboa (ETRS), através de vários meios adequados.

Com vista à optimização dos objectivos previstos, a Universidade Nova — Faculdade de Ciências e Tecnologia — ministrará cursos de formação ao pessoal técnico e intermédio da CML enquanto esta proporcionará estágios complementares de formação e visitas de estudo aos alunos daquela Universidade.

O protocolo foi assinado pelo Vereador Pedro Feist, por delegação do Presidente do Município, Eng.º Nuno Abecassis, e pelos profs. Doutores Leopoldo Guimarães e José F. Santos Oliveira, respectivamente, Director da Faculdade de Ciências e Tecnologia-UNL e Presidente do Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente — FOCT-UNL.

Na ocasião da assinatura do protocolo acima referido, foram apresentadas ao público, na Praça do Município, as 40 novas viaturas adquiridas para reforço da frota de recolha de lixo na capital.

Momento em que os representantes das Instituições contratantes assinam o respectivo protocolo



RECUPERAÇÃO ARQUITECTÓNICA DE LISBOA APRECIADA NO PARLAMENTO EUROPEU

A recuperação arquitectónica do Centro de Lisboa, através de um programa financeiro comunitário, constitui o conteúdo principal de um pormenorizado relatório apresentado na Comissão Política Regional do Parlamento Europeu, na sessão do dia 18 de Fevereiro, pelo eurodeputado inglês, nascido na capital portuguesa, Christopher Beaseley.

Christopher Beasley destacou, com realce especial, o estado de degradação de alguns edifícios de Lisboa, particularmente de habitação nos bairros mais antigos e característicos, pronunciando-se

pela urgência em melhorar as condições habitacionais dos respectivos moradores.

Na mesma sessão da Comissão Política Regional participou como convidado o Eng.º Nuno Abecasis, Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, que, na sua intervenção, a certa altura disse: «A recuperação arquitectónica de Lisboa tem de permitir que os habitantes dos bairros do centro da Cidade continuem a poder viver nos mesmos. Seria fácil, acrescentou, recuperar esses bairros, se o quiséssemos fazer para os mais ricos da Europa. Porém, nós pretendemos fazê-lo para que lá permaneçam os seus actuais habitantes». «Os navegadores, os tripulantes das caravelas que percorreram o mundo — disse ainda o Eng.º Abecasis — eram dos bairros que se pretende reconstruir e por isso não se pode deixar perder para a Europa a memória do tempo em que ela cruzou o seu destino com o de outros povos através das Descobertas dos Portugueses».

No decorrer das suas declarações, o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa vincou, acentuadamente, o significado histórico dos bairros característicos da Capital tais como Alfama e disse ser necessário preservá-los na sua «tradição e dignidade humanas». Nesse sentido e na oportunidade, o Eng.º Abecasis manifestou o desejo de que Lisboa fosse designada Cidade Europeia da Cultura em 1994, visto ser esse o ano da celebração do V Centenário dos Descobrimentos Portugueses.





Aspecto da cerimónia de assinatura do protocolo entre a CML e a Aprofim

LISBOA VAI TER PALÁCIO DE CONGRESSOS

Lisboa vai ter, em 1990, o seu Palácio de Congressos e um Hotel de luxo da cadeia Hilton, a construir no topo do Parque Eduardo VII, na sequência de um contrato assinado, no dia 8 de Março, nos Paços do Concelho, entre a Câmara Municipal e a Agência Suíça de promo-

ção imobiliária APROFIM. Assinaram o documento contratual o Eng.º Nuno Abeçasis, Presidente da Câmara Municipal e o Sr. Nessim Gaon, presidente da empresa Aprofim. Assistiram à cerimónia Vereadores e funcionários superiores da CML, o representante da Aprofim em Portugal, Sr. Tito Basto, e outras individualidades.

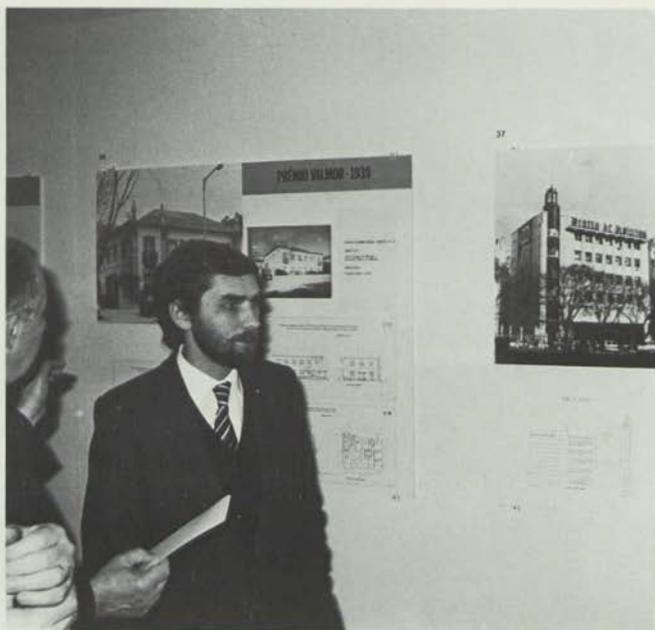
Na oportunidade, o Eng.º Nuno Abeçasis referiu a importância socioeconómica do empreendimento, bem como o seu contributo para a modernização da capital, afirmando, a dado passo: «Com a concretização deste projecto, Lisboa vai poder receber, em Junho de 1990, por ocasião das celebrações das Cortes Gerais do Municipalismo da Europa, cerca de sete mil presidentes de Câmaras Municipais de toda a Europa. Nessa altura, salientou — Lisboa será ouvida desde as mais pequenas aldeias da Europa até aos confins dos Urales. Recordou, a seguir, alguns episódios da evolução cronológica do lançamento do projecto e disse que este fora bem amadurecido, ao longo de mais de seis anos, no decur-

so dos quais «tudo fora dito, pensado e repensado».

O Presidente do Município referiu, depois, a projecção do grupo Aprofim e disse tratar-se de um «dos maiores empreendedores e investidores da Europa e que a sua presença constitui um bom testemunho da confiança que deposita em Portugal e no seu futuro».

Nos termos do contrato, agora assinado, a Câmara Municipal de Lisboa cedeu à Aprofim, na zona compreendida entre a Av. Sidónio Pais e a Alameda Cardeal Cerejeira, uma parcela de terreno com a área de 43 500 metros quadrados para a construção do novo Hotel Hilton. Em contrapartida, aquela cadeia de hotéis construirá, sem quaisquer encargos para o Município, no espaço contíguo de um hectare, um Palácio de Congressos, com capacidade para cinco mil pessoas, equipado com modernos dispositivos, contemplando ainda um auditório principal e vários pavilhões polivalentes.

A contrapartida da Aprofim envolve uma verba estimada em 3,5 milhões de contos.



EXPOSIÇÃO COMEMORATIVA DOS 50 ANOS DO PRÉMIO MUNICIPAL DE ARQUITECTURA

Os 50 anos da criação do Prémio Municipal de Arquitectura, bem como dos edifícios galardoados em Lisboa com o Prémio Valmor, foram assinalados com uma exposição organizada pela Câmara Municipal, através do Museu da Cidade, no Centro de Arte Moderna da Gulbenkian.

A exposição inaugurada no dia 17 de Março, com a presença do Vereador do Pelouro da Cultura da CML, Arqt.º Vítor Reis, foi preenchida com uma mostra, em grandes painéis, das obras arquitectónicas premiadas na Capital desde 1902, ano da atribuição do primeiro Prémio Valmor. Cada painel integrava a planta e alçados da obra premiada e indicava os autores dos projectos e os proprietários do prédio.

Os visitantes da exposição puderam, assim, fazer uma análise pormenorizada das 43 obras galardoadas com o Prémio Valmor bem como as distinguidas com o Prémio Municipal de Arquitectura e os 15 projectos que obtiveram menções honrosas.

O Vereador da Cultura da CML, Arqt.º Vítor Reis observa alguns painéis da exposição

CÂMARA DISTINGUIDA COM MEDALHA DE OURO DA A.I.P.

A Câmara Municipal de Lisboa foi distinguida com a Medalha de Ouro da Associação Industrial Portuguesa em reconhecimento da colaboração que tem prestado à Feira Internacional de Lisboa.

A deliberação daquela associação ao distinguir a CML, salienta o particular apoio e empenhamento demonstrados pelo Município e pelo seu Presidente, Eng.º Nuno Abecasis, ao constituir, em 1985, a favor da AIP e pelo prazo de 70 anos, o direito de superfície sobre as parcelas de terreno em que se encontra implantada a FIL. Considerou ainda o «estimulante auxílio desde sempre dispensado às actividades da AIP e da FIL reconhecendo-lhes, desse modo, alto interesse nacional e também municipal».

A cerimónia da entrega do galardão realizou-se, no dia 17 de Março, estando a CML representada pelo Vereador Pedro Feist.

Na presença do Primeiro-Ministro, membros do Governo e da Associação Industrial Portuguesa, o Vereador Pedro Feist agradece a distinção concedida à CML





Aspecto da cerimónia da posse do Director do Gabinete de Acessos a Lisboa.
Eng.º Manuel Veloso

POSSE DO DIRECTOR DO GABINETE DE ACESSOS A LISBOA

«A melhoria do trânsito na cidade de Lisboa será uma realidade, em 1992», declarou o Presidente da Câmara Municipal, Eng.º Nuno Abecasis, no dia 21 de Março, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, no decurso da cerimónia de posse do Eng.º Manuel Veloso, no cargo de Director do Gabinete de Acessos a Lisboa, recentemente criado. Presentes também o Secretário de Estado das Vias de Comunicação, Eng.º Falcão e Cunha, os Presidentes da Assembleia Municipal e do Automóvel Clube de Portugal, elementos da Vereação, funcionários superiores do Município e outras individualidades.

No uso da palavra, o Eng.º Nuno Abecasis fez o elogio do empossado e ao destacar as suas qualidades técnico-profissionais disse «ser raro encontrar gente com a envergadura do Eng.º Manuel Veloso a trabalhar nos serviços públicos», acrescentando, a propósito: «Vai, agora, entrar numa nova fase da sua vida, que não será fácil, pois ser-lhe-ão entregues obras de muitos milhões de contos, obedecendo às melhores técnicas de que podemos dispor».

Prosseguindo nas suas considerações, o Eng.º Abecasis relatou, em pormenor, alguns dos projectos que, brevemente, serão concretizados para melhoria do tráfego na Capital, afirmando a dado passo: «Para os que pensam que

a Cidade adormeceu, temos a dizer-lhes que este ano vamos meter mãos a obras das maiores que já fizemos em Portugal. Daqui a quatro anos, o trânsito na cidade de Lisboa estará profundamente alterado e aquilo que hoje parece impossível, isto é, circular na capital, será, então, uma realidade». «Esta cidade — acrescentou, ainda, — estará à dimensão de um povo que foi capaz de descobrir o Mundo, e a nova descoberta será a da dignidade».

Entre as obras anunciadas destacam-se, entre várias outras, a construção da primeira circular regional interior de Lisboa, a realizar em conjugação com a Junta Autónoma de Estradas e que nacerá do prolongamento da Av.ª do Uruguai, ligando Benfica à Ameixoeira, via Auto-Estrada do Norte; a abertura para desanuviar a cidade da circulação de camiões TIR.

O Eng.º Abecasis agradeceu, depois, ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações o apoio que tem dispensado à CML, avaliando junto do Banco Europeu de Investimentos um elevado conjunto de obras da cidade.

O Gabinete de Acessos a Lisboa — GAL — cujo Director foi agora empossado, tem como principal missão projectar, realizar os concursos, propor a adjudicação e acompanhar a construção dos eixos viários da responsabilidade da CML, no plano integrado, bem como outras obras da mesma natureza. Assegurará, também, a articulação e coordenação dos projectos-acções a desenvolver com os Organismos do Estado intervenientes, nomeadamente, a JAE, Brisa e Auto-Estrada de Portugal etc.

LISBOA E RABAT CIDADES GEMINADAS

Lisboa e Rabat assinaram, no dia 22 de Março, o protocolo de gemação, no decurso de uma cerimónia realizada no Padrão dos Descobrimentos. Assinaram o acordo o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Eng.º Nuno Abecasis, e o seu homólogo de Rabat, Dr. Hamza Kettani. Assistiram elementos da comitiva marroquina, Vereadores da Câmara de Lisboa e outras individualidades.

No uso da palavra, o Eng.º Abecasis salientou o significado do protocolo para o fortalecimento das relações de fraternidade e cooperação entre portugueses e marroquinos e, recordando os laços históricos de ambas as cidades, disse: «Os dois povos estiveram, por várias vezes, envolvidos na História por diferentes tipos de incompreensões, mas, felizmente, estamos hoje noutra fase de entendimento». E, noutro passo da sua intervenção, salientou: «Lisboa e Rabat são capitais de vocação atlântica, com portas viradas para um oceano ainda pouco explorado e que constitui, certamente, uma boa via para o desenvolvimento que se pretende entre estas cidades. A posição de fronteiras de Lisboa e de Rabat sobre o Oceano Atlântico é um valor extraordinário que se não for bem utilizado pode tornar-se num valor marginalizado». Prossequindo o Eng.º Abecasis referiu o significado político-social e económico dos protocolos de gemação e afirmou: «São mais fáceis de fazer e de serem respeitados, até porque os Municípios não têm exércitos. A nossa política externa é, exactamente, a assinatura dos referidos acordos que não só aproximam as pessoas como facilitam a criação de empresas mistas e o desenvolvimento turístico. Um acordo de gemação — disse, ainda, — é um documento activo de construção da História».

Por sua vez, o Presidente do Município de Rabat, Dr. Hamza Kettani, lembrou, também, alguns episódios da história comum dos dois países e salientou que a assinatura de acordo de gemação constitui uma «pedra angular de cooperação luso-marroquina que, entre outras finalidades, vai permitir uma troca de experiências em matéria de administração autárquica». «Um acordo de gemação — salientou — é um instrumento de cultura humana, pois facilita a livre

circulação de ideias e de informação ao mesmo tempo que prevê o intercâmbio de pessoas, serviços e produtos».

A delegação marroquina, constituída pelo Dr. Hamza Kettani e por 3 conselheiros municipais, chegou a Lisboa, na manhã do dia 21, tendo sido recebida, em sessão de boas-vindas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho. Na ocasião, o Presidente do Município, Eng.º Nuno Abecasis saudou o seu homólogo marroquino e entregou-lhe, com o ceri-

monial do estilo, a chave de honra da cidade de Lisboa. Em seguida, houve troca de presentes entre os dois Presidentes e a assinatura do Livro de Honra da cidade.

O programa da permanência da delegação de Rabat na capital portuguesa foi, ainda, preenchido com diversas visitas, nomeadamente, ao Museu da Cidade, aos Bairros de Alfama e Mouraria e ao Gabinete Técnico de Habitação e empreendimentos urbanísticos.

O Dr. Hamza Kettani assina o Livro de Honra da Cidade



Momento da assinatura do protocolo de gemação LISBOA/RABAT





O Grupo «Mocidade para Cristo» vencedor do Festival em plena actuação

Um aspecto da representação de «Hamlet» pelo Grupo de Teatro de Carnide

GRUPO «MOCIDADE PARA CRISTO» VENCE FESTIVAL DE TEATRO DE AMADORES

O Grupo «Mocidade para Cristo», com a representação da peça «Contraste», conquistou o 1.º Prémio da edição deste ano do Festival de Teatro de Amadores de Lisboa, organizado pela Câmara Municipal.

Em segundo lugar classificou-se o GOTA — Grupo Oficina de Teatro Amadores, com a apresentação da peça «Estrada».

O terceiro classificado foi o Grupo de Teatro da Sociedade Filarmónica Comércio e Indústria da Amadora com a peça «Elektra».

O prémio de Teatro Infantil foi atribuído ao Grupo de Teatro do Beato pela representação da peça «Pinóquio».

Não foi atribuído o prémio Miguel Roviço por falta de textos com qualidades dramáticas. Entretanto, foram atribuídos os seguintes troféus:

Melhor Encenação — a João Barros na peça «Estrada»;

Melhor Interpretação Feminina — a Matilde Caramelo, pela interpretação da personagem «Elektra»;

Melhor Interpretação Masculina — a João Paulo pela interpretação da personagem Rui na peça «Tesouro»;

Melhor Interpretação Plástica — à peça «Tesouro»;

Melhor Música — ao Núcleo de Música da Zona 2 pela Música para a peça «Tesouro».

Foram, ainda, atribuídas as seguintes menções honrosas:

De Interpretação Masculina: a Domingos Galamba, na personagem de Orestes em «Elektra»; e a Pedro Teixeira, em várias personagens de «Pinóquio». De texto Dramático: à peça «Mulheres de Atenas», de Carla Mafalda Santos.

O júri deste Festival foi constituído por João Matos e Silva, Glicínia Quartín, Bento Martins, José Nogueira Ramos, João D'Ávila, Luís Figueiredo Tomé e Silvestre Fonseca.

A cerimónia da entrega dos prémios realizou-se no dia 31 de Março, no Teatro S. Luiz, sob a presidência do Vereador da Cultura da Câmara Municipal, Arqt.º Vítor Reis. Na ocasião e extra-concurso, o Grupo de Teatro de Carnide representou a peça «Hamlet».



EDIÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

NÚMERO AVULSO: 500\$00